publicações SEI

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA BAHIA

Série Estudos e Pesquisas

88

Carlos Etchevarne e Rita Pimentel (orgs.)

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA BAHIA

SEP
88
Série Estudos e Pesquisas
publicação SEI
SALVADOR
2011

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento
Zezéu Ribeiro

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Informações Geoambientais
Antonio José Cunha Carvalho de Freitas

Ficha Técnica

Organizadores
Carlos Etchevarne (Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica)
Rita Pimentel (SEI)

Coordenação de Cartografia e Geoprocessamento
Mapa
Ana Lúcia da Silva Teixeira
Base Temática
Angélica Manina de Moraes Cunha Neta

Coordenação de Biblioteca e Documentação
Normalização
Raimundo Pereira Santos

Coordenação de Disseminação de Informações
Ana Paula Porto

Editoria Geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão
Laura Dantas (Linguagem)
Aline Santana (Padronização e Estilo)

Editoria de Arte
Nando Cordeiro

Projeto Gráfico
Elisabete Cristina Teixeira Barretto
Julio Vilela

Editoração
Ludmila Nagamatsu

Produção
Renata Santos

Patrimônio Arqueológico da Bahia. / Carlos Etchevarne, Rita Pimentel (organizadores). – Salvador: SEI, 2011.
132 p. il. (Série estudos e pesquisas, 88).

ISBN 978-85-85976-89-7

1. Sítios arqueológicos - Bahia. 2. Patrimônio Arquelógico – Bahia. Arqueologia – Bahia. I. Etchevarne, Carlos. II. Pimentel, Rita Maria Cruz. III. Série

CDU 902.2 (813.8)

Av. Luiz Viana Filho, 435, 2º andar – CAB – CEP 41750-002 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3315-4822 / 3115-4707 – Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br – sei@ba.gov.br

Foto: Julio C. M. de Oliveira.

SUMÁRIO

7 **APRESENTAÇÃO**

9 **PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA BAHIA. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO ATUAL DA QUESTÃO**
Carlos Etchevarne

16 REFERÊNCIAS

17 **PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO. DEFINIÇÕES NO CAMPO JURÍDICO BRASILEIRO E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO DA PESQUISA ACADÊMICA E DA ARQUEOLOGIA DE CONTRATO**
Carlos Etchevarne, Carlos Costa e Luydy Fernandes

18 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E SUA APLICABILIDADE

22 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CAMPOS DA ARQUEOLOGIA DE CONTRATO E A ACADÊMICA

25 REFERÊNCIAS

25 LEGISLAÇÃO CONSULTADA

27 **PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-COLONIAL. OS SÍTIOS DE SOCIEDADES DE CAÇADORES COLETORES E DOS GRANDES GRUPOS DE HORTICULTORES CERAMISTAS, ANTES DA CHEGADA DOS PORTUGUESES**
Carlos Etchevarne e Luydy Fernandes

28 SÍTIOS SAMBAQUIS

31 SÍTIOS DE ARTE RUPESTRE

38 SÍTIOS CERAMISTAS DA TRADIÇÃO ARATU

42 SÍTIOS CERAMISTAS DA TRADIÇÃO TUPI

45 REFERÊNCIAS

47 **MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS DE ARTE RUPESTRE NA BAHIA**
Carlos Etchevarne, Carlos Costa, Fabiana Comerlato, Alvandyr Bezerra

48 PINTURAS E GRAVURAS NA BAHIA

57 GRAVURAS EM LAJEDOS NA BAHIA

67 GRAFISMOS DO PIEMONTE DA CHAPADA DIAMANTINA. UM EXEMPLO DE ABORDAGEM INTERPRETATIVA

75 REFERÊNCIAS

77 **ARQUEOLOGIA NAS CIDADES COLONIAIS PORTUGUESAS. O EXEMPLO DE SALVADOR**
Carlos Etchevarne, Carlos Costa e Aurea Tavares

84 ANTIGA IGREJA DA SÉ DE SALVADOR. UM EXEMPLO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA EM CENTRO URBANO COLONIAL

89 VESTÍGIOS DA PRESENÇA AFRICANA NOS ENTERRAMENTOS DA SÉ

92 REFERÊNCIAS

93 **ARQUEOLOGIA DAS INSTALAÇÕES JESUÍTICAS NA BAHIA**
Carlos Etchevarne, Carlos Costa e Luydy Fernandes

94 O COLÉGIO DOS JESUÍTAS DE SALVADOR

100 O COLÉGIO DOS JESUÍTAS DE PORTO SEGURO

101 VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS: ESTRUTURAS FIXAS, ESPAÇOS IDENTIFICADOS E FUNÇÕES PRESUMÍVEIS

107 IGREJA DE SANTA INÊS, EM CAMAMU

110 REFERÊNCIAS

111 BANCO DE DADOS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ARQUEOLOGIA
Anderson Silveira
111 UM PANORAMA SOBRE AS TÉCNICAS DE ARMAZENAMENTO
114 PRODUTORES E PRODUTOS DOS BANCOS DE DADOS – OS NOVOS POSICIONAMENTOS DOS PESQUISADORES
121 REFERÊNCIAS

123 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA ORIENTAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA BAHIA
Carlos Etchevarne, Alvandyr Bezerra, Carlos Costa e Fabiana Comerlato
125 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS ARQUEOLÓGICOS: AS EXPERIÊNCIAS NA BAHIA
126 VILA DE PIRAGIBA
132 CURAÇÁ
134 CHAPADA DIAMANTINA
137 TRABALHOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PROJETOS DE ARQUEOLOGIA DE CONTRATO NA BAHIA
139 REFERÊNCIAS

141 GLOSSÁRIO

APÊNDICE
145 LOCALIZAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO ESTADO DA BAHIA

APRESENTAÇÃO

Neste número especial da *Série Estudos e Pesquisas* da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), dedicado ao patrimônio arqueológico da Bahia, quisemos apresentar uma pequena amostragem do portentoso conjunto de sítios arqueológicos existentes no território baiano que, em grande parte, ainda hoje espera ser catalogado, classificado, estudado e incorporado a um programa de preservação e gestão pública. É fascinante pensar no enorme acervo de documentos arqueológicos, distribuído em toda a extensão do estado, que permitiria recompor aspectos socioculturais das populações que o habitaram em diferentes momentos históricos, das mais antigas sociedades pré-coloniais até os grupos pós-coloniais que formaram parte do processo de industrialização da Bahia, no século XIX. Esta publicação constitui um verdadeiro passo à frente, em termos de órgãos públicos, na percepção do valor histórico extraordinário que o patrimônio arqueológico detém, sendo este o primeiro estudo sobre Arqueologia publicado por uma secretaria estadual.

É conveniente ressaltar que, devido ao formato e sobretudo ao objetivo da publicação, não puderam ser apresentadas, nos artigos que compõem este volume, todas as variadas situações arqueológicas existentes. No entanto, procuramos incluir aquelas que foram consideradas mais representativas, seja pela frequência com que ocorrem, seja pela especificidade, merecedora de ser apontada.

A publicação foi preparada pensando em um público não especialista, mas com interesse nos temas arqueológicos, e também no *staff* administrativo que planeja políticas públicas de crescimento econômico. Existe, ainda, a possibilidade de ser utilizada por docentes do ensino fundamental e do ensino médio que queiram se debruçar no universo da Arqueologia baiana para informar melhor seus alunos. Por isso, sem perder o rigor científico, se tentou utilizar uma linguagem clara, direta e pouco hermética. Às vezes, os tipos de sítios arqueológicos foram tratados aqui de forma ampla, caracterizando-os e associando-os a determinados períodos. Entretanto, há também artigos em que foram apresentados estudos específicos de localidades arqueológicas, mostrando as abordagens metodológicas e os resultados das pesquisas, de forma que possam ser compreendidas, no essencial, a prática de campo e a consequente interpretação. Ademais, um artigo foi intencionalmente dedicado à informatização dos dados arqueológicos e sua disponibilização para utilização por administradores

públicos, ressaltando assim a imperatividade do uso da tecnologia eletrônica em qualquer planejamento que envolva o patrimônio arqueológico.

Assim, é necessário salientar que tentamos deixar transparecer alguns pressupostos que norteiam todo o trabalho de pesquisa aqui apresentado, especialmente a convicção sobre o grande valor informativo dos sítios e materiais arqueológicos acerca dos processos históricos e, ainda, o reconhecimento da potencialidade de dinamização econômica sustentável de uma região, intrínseca ao patrimônio arqueológico. Por esta razão, consideramos a formulação de um amplo programa de preservação e sua correta gestão uma necessidade urgentíssima, diante do avassalador ímpeto dos grandes programas de desenvolvimento econômico.

Por fim, com relação aos autores dos artigos, cabe mencionar que formam parte do Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica, reconhecido pela UFBA e cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). A equipe está composta por professores, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação de instituições brasileiras e também de uma portuguesa (a Universidade de Coimbra), com atuação em diferentes regiões baianas, no campo da Arqueologia, da Museologia e da Educação Patrimonial. O Bahia Arqueológica está representado por sete de seus membros, que têm uma longa tradição em projetos de pesquisa e ações permanentes dentro do estado. Portanto, os artigos refletem não somente suas experiências de campo e laboratório, dados, resultados e reflexões arqueológicas, senão suas ideias sobre a dimensão social daquilo que é considerado patrimônio arqueológico.

Carlos Etchevarne
Coordenador do Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica

Rita Pimentel
Coordenadora Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA BAHIA. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO ATUAL DA QUESTÃO

*Carlos Etchevarne**

Para o cientista arqueólogo, um objeto ou um sítio arqueológico pode ser definido como o vestígio ou o conjunto de vestígios materiais que provém de alguma ação, no passado, do indivíduo em sociedade. Assim, deve-se considerar como arqueológico qualquer resto de tipo artefatual (seja ele objeto ou transformação ambiental) que remeta aos grupos humanos que hoje não têm mais representantes viventes. Com esta concepção é possível afirmar que os materiais arqueológicos são, ainda que em diversos graus, testemunhos dos processos sócio-históricos que ocorreram em um determinado local ou território.

Efetivamente, para a ciência arqueológica, o valor histórico do objeto ou sítio arqueológico reside nas possibilidades que ele oferece de "documentar" fatos habituais ou extraordinários realizados por um determinado grupo humano no passado. Os artefatos líticos lascados, assim como a composição das fogueiras, depõem tanto acerca da sociedade de caçadores-coletores como os restos de uma linha de montagem de uma fábrica de final do século XIX, sobre algum local de um país capitalista no Ocidente. Esta percepção traz implícita a valorização da categoria de artefato que possa expressar, o mais eloquentemente possível, uma determinada configuração sociocultural, não importa o nível de desenvolvimento tecnológico e econômico ou de complexidade social que ela represente.

Já o termo patrimônio arqueológico envolve, ou pelo menos deveria envolver, uma atitude valorativa do objeto ou sítio arqueológico, não mais do pesquisador ou especialista, mas da própria comunidade na qual o material esteja inserido fisicamente. Isto é, a declaração de um espaço ou artefato como patrimônio, seja ele arqueológico, artístico, cultural, natural ou qualquer que seja o seu caráter, implica, necessariamente, na constituição de um laço de pertinência entre ele e um grupo. Esses laços podem estar justificados com base em elaborações efetuadas sobre diversos motivos – históricos, religiosos, étnicos, cívicos, entre outros – que o próprio grupo estabeleça como primordiais. A noção de patrimônio, então, contém implicitamente o fato de existir uma relação de identidade comum e de pertinência coletiva. Desse ponto de vista seria unicamente um grupo ou, em termos mais amplos, uma sociedade que deveria determinar aquilo que considera como próprio, ou seja, aquilo que é seu patrimônio. A observação do crescente fenômeno de patrimonialização, por parte de alguns grupos sociais contemporâneos, permite identificar muito bem, nesse processo, o peso da atitude valorativa ou do sentimento coletivo para com o objeto a patrimonializar.

* Doutor pelo Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris). Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); investigador colaborador do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; coordenador do grupo de pesquisa Bahia Arqueológica.

No caso do material ou sítio arqueológico do território brasileiro e, especificamente, o baiano, a sua definição como patrimônio está praticamente desvinculada da comunidade envolvente. São os pesquisadores ou os agentes especializados dos órgãos públicos de preservação cultural que, quando possível, identificam, caracterizam e registram, em cadastro nacional ou estadual, aquilo que deva ser considerado patrimônio arqueológico. Uma vez assim declarado passa, automaticamente, a ter o estatuto de tombado. Isto faz com que exista, em geral, uma distância entre o objeto preservado e a sua apropriação por parte da comunidade envolvente. Quando se trata de sítios arqueológicos de populações pré-coloniais, o distanciamento pode aumentar em função da diferença entre os elementos vestigiais e a cultura material da sociedade contemporânea. É aqui que se concretiza um paradoxo de difícil resolução: a constituição de um patrimônio a ser preservado sem a intervenção da sociedade que o deveria acolher.

O patrimônio arqueológico da Bahia está classificado, convencionalmente, em função da sua vinculação a populações pretéritas que habitaram o território – que hoje conforma o estado baiano – em momentos anteriores, concomitantes ou posteriores à chegada dos colonizadores portugueses. Esta periodização leva em conta os efeitos radicalmente transformadores da colonização, a interrupção da dinâmica dos processos sociais entre os diferentes grupos étnicos indígenas, a introdução de novas tecnologias, de espécies vegetais e animais e, sobretudo, de uma maneira de perceber e se apropriar da natureza. Desta forma, a chegada do colonizador constitui um verdadeiro divisor de águas entre o que aconteceu antes e o que veio depois, com a sua presença.

Imagem 1 – Sítio Engenho de Itacimirim, Porto Seguro. Fragmentos de formas de pão de açúcar (início do séc. XVI). Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 2 – Sítio Engenho de Itacimirim, Porto Seguro. Jarra portuguesa do início do séc. XVI. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Portanto, a natureza dos sítios e dos materiais arqueológicos varia em função de se tratar de vestígios de grupos referentes a um desses momentos históricos mencionados acima, como também existem diferenças no que tange ao potencial informativo. Das populações pré-coloniais identificam-se sítios de antigas instalações permanentes ou temporárias, locais de oficinas líticas (para a produção de artefatos em pedra), áreas cemiteriais, entre outras. Dos grupos essencialmente, mas não unicamente, coletores e pescadores, os sítios mais notáveis são os chamados sambaquis, que correspondem a construções intencionais feitas com acúmulo de conchas, produto do descarte da alimentação. Os sambaquis podem ser encontrados em diferentes pontos da Baía de Todos os Santos (Periperi, Porto Santo, Salinas da Margarida, entre tantos outros), no litoral norte baiano (Baixio, por exemplo), sobre o Rio Buranhém, em Porto Seguro, e o João de Tiba, em Santa Cruz Cabrália.

Aos grupos de caçadores coletores também são atribuídos os incontáveis sítios com representações gráficas rupestres. A convencionalmente chamada arte rupestre está representada na Bahia, de modo exemplar, em quase todas as regiões, salvo no litoral, com pinturas e gravuras em abrigos, lapas, paredões, lajedos, afloramentos rochosos etc. A Chapada Diamantina, o Vale do São Francisco, o oeste baiano e até o semiárido contam com sítios de representações rupestres de estilos que ainda merecem ser melhor definidos, considerando-se os motivos, a cromaticidade e os traços.

Imagem 3 – Serra das Paridas IV, Lençóis. Painel com figuras de cervídeos sobre um suporte de arenito silicificado. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Os sítios de grupos horticultores ceramistas, com altos componentes demográficos, a ponto de constituírem grandes aldeias, estão muito bem representados em todas as regiões baianas, especialmente aqueles que correspondem aos grupos associados às tradições ceramistas, denominadas arqueologicamente Tupi e Aratu. Por serem sociedades com grandes possibilidades adaptativas, os vestígios arqueológicos dessas populações, especialmente os cerâmicos, são encontrados em locais ecologicamente muito diversos, sob a condição de que tenham um alto potencial de recursos alimentares para abastecer uma população numerosa.

Imagem 4 – Sítio Barra dos Negros, Morro do Chapéu. Recipiente funerário vinculado aos grupos Tupi.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

No que tange aos grupos coloniais, os sítios arqueológicos referem-se aos núcleos urbanos das primeiras instalações portuguesas, qualquer que seja a escala, como Salvador, Ilhéus, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, e as antigas missões de Olivença, Trancoso, Arraial d'Ajuda, Vale Verde, entre muitas outras. Existem, ainda, os remanescentes das unidades residenciais produtivas, feitorias e engenhos de açúcar, especialmente no Recôncavo Baiano.

Já os sítios pós-coloniais referem-se a locais de habitação e de produção dentro de cidades ou em áreas rurais correspondentes ao século XIX, momento em que o Brasil se torna independente de Portugal e, concomitantemente, inicia o processo de transformação socioeconômica, envolvendo a industrialização. Também a esse período, como resultado da atividade da mineração, pertencem alguns povoamentos abandonados, ou parte deles, que se fundaram

Imagem 5 – Sítio Marcolino, Rio de Contas. Escavação de uma urna funerária associada aos grupos Aratu. Foto: Fabiana Comerlato.

e floresceram no auge do garimpo do diamante, na Chapada Diamantina. Servem como exemplos os casos dos povoados de Igatu, Estiva e Ventura, entre outros, nos municípios de Andaraí, Lençóis e Morro do Chapéu, respectivamente.

Como pode ser deduzido, dos sítios correspondentes aos três períodos mencionados acima, os sítios pré-coloniais são de vital importância para completar a construção histórica do processo de ocupação humana do território. De fato, eles são os únicos documentos de que se dispõe para a reconstrução do que for possível da vida social dos grupos indígenas pré-coloniais. Por esta razão, a desaparição desses sítios significa a perda total da possibilidade de identificar essa rica e complexa história.

Na Bahia, o enorme universo de sítios arqueológicos, que parece estar invisível aos olhos das pessoas leigas, está sendo inventariado, muito lentamente, por grupos de especialistas. Esta atividade, que envolve apenas o primeiro momento de aproximação, isto é, de identificação do sítio arqueológico seguida de cadastramento, está muito longe de ser a ideal. Reduzido número de profissionais, escassos ou nulos recursos e, sobretudo, a ausência de uma política de preservação por parte dos órgãos públicos fazem com que, em muitas situações, os vestígios arqueológicos estejam ameaçados de desaparecimento sem ter sido, sequer, mapeados.

Os programas de desenvolvimento econômico que exigem a execução de projetos de grande impacto ambiental têm sido vistos, nos últimos tempos, como uma alternativa para o reconhecimento do potencial arqueológico de algumas áreas. De fato, a legislação federal vigente impõe atividades de prospecção arqueológica prévias a qualquer obra que implique a

transformação do solo[1]. Construção de usinas hidroelétricas, traçado de estradas, implantação de linhas de transmissão, abertura de novas áreas de urbanização, por exemplo, devem, por lei, ser precedidos de um projeto de identificação de sítios arqueológicos e, no caso de estes existirem na área do empreendimento, há a obrigatoriedade legal de efetuar um programa de salvamento. A este tipo de atividade, que não conforma uma proposta de pesquisa científica *stricto sensu*, se convencionou designar Arqueologia de contrato ou Arqueologia empresarial. Evidentemente, atividades desta natureza são executadas nas mais variadas condições, atreladas sempre ao próprio projeto do empreendimento. Se, por um lado, deve se admitir que as circunstâncias de elaboração e execução de um projeto de prospecção e salvamento arqueológico não são as mais desejáveis, por outro deve se reconhecer que, pelo menos no presente, trabalhos de Arqueologia de contrato evitam a destruição de sítios.

O patrimônio arqueológico da Bahia pode ser tratado com sensibilidade especial por algumas instâncias administrativas de certos órgãos públicos estaduais, especialmente o Derba, que, nos últimos anos, tem propiciado, com o amparo da legislação patrimonial, trabalhos de acompanhamento, monitoramento e salvamento deveras importantes. Estes permitiram conhecer o potencial arqueológico de regiões até então desconhecidas e desenvolver trabalhos de educação patrimonial com a população. Servem como exemplo os trabalhos de Rio de Contas, Itacaré e Camamu, entre outros, realizados mediante convênio entre o Derba e o MAE/UFBA.

Em linhas gerais, pode se dizer que, através da Arqueologia de contrato, se esta for científica e eticamente conduzida, é possível obter informações importantes sobre ocorrências de áreas arqueológicas que não poderiam ser conseguidas pela via tradicional da Arqueologia acadêmica, em função das severas restrições orçamentárias a que está sujeita (CALDARELLI; SANTOS, 2000; OLIVEIRA, 2005).

No que concerne às pesquisas efetuadas no âmbito da Arqueologia acadêmica, a trajetória traçada tem sido caracterizada pela descontinuidade e pelo esforço extraordinário, por parte dos pesquisadores, para manter em funcionamento programas permanentes. Depois das pioneiras atividades de levantamento arqueológico do Prof. Valentin Calderón, da Universidade Federal da Bahia, nas décadas de 1960 e 1970, somente foi possível instaurar um programa sistemático desse tipo na década de 1990, com o Programa de Mapeamento de Sítios Arqueológicos do Litoral Sul (Costa do Descobrimento) e Recôncavo Baiano, como parte das atividades do Departamento de Antropologia e do Museu de Arqueologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Este programa proporcionou dados importantes sobre as populações pré-coloniais, as primeiras instalações portuguesas e, ainda, sobre os primeiros momentos do contato (ETCHEVARNE, 2000, 2001). A partir desse reconhecimento preliminar, foram estabelecidas linhas de atuação para a consolidação da pesquisa nessas regiões e a preparação de um conjunto de diretrizes voltadas para a preservação dos sítios

[1] Existem dispositivos legais que protegem os sítios arqueológicos, regulam a pesquisa e exigem atividades de identificação, registro, preservação e salvamento, como a Lei Federal 3924, de 1961, a Resolução Conama nº 001, de 1986, a Resolução Conama nº 006, de 1987, a Portaria 07 do IPHAN, de 1988, e a Portaria 230 do IPHAN de 2002, entre outras.

arqueológicos encontrados. Em 2006 iniciou-se um programa de mapeamento de sítios com pinturas e gravuras rupestres do estado da Bahia, que foi um ponto de partida para ações permanentes em vários municípios com esse tipo de patrimônio. O programa compreende três etapas, a primeira de identificação e caracterização dos sítios, a segunda de sensibilização e preparação das comunidades para a preservação e gestão dos locais com sítios de arte rupestre e a terceira, de organização de modelos de gestão participativa nas comunidades.

Deve ser reconhecido que os órgãos responsáveis pela proteção ao patrimônio arqueológico – o Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (Ipac) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em nível federal –, se encontram limitados, pela escassez de recursos humanos e materiais, para desenvolver suas funções de controle e fiscalização sobre a preservação dos sítios arqueológicos. Esta situação, em linhas gerais, repete-se em quase todo o Brasil.

Ademais, observa-se que as administrações municipais, que poderiam constituir setores ou equipes de funcionários destinados a promover a preservação, ainda que o seja por motivação de ordem econômica (visto que os sítios arqueológicos, se bem acondicionados e protegidos, podem ser alvo de visitação), não têm manifestado interesse especial para organizar programas de conservação e gestão destes sítios. Diante de alguma movimentação nesse sentido, as mudanças políticas partidárias das administrações locais suscitaram a desintegração das iniciativas.

Diante do panorama que oferece o patrimônio arqueológico na Bahia, caracterizado por ser um universo rico e altamente emblemático dos diferentes processos de ocupação territorial, e considerados a desinformação das comunidades envolventes, a apatia administrativa, a carência de recursos financeiros e os escassos quadros profissionais especializados, cabe pensar que todas as ações possíveis deveriam ser concebidas e executadas de forma articulada. Isto quer dizer que, para maximizar esforços e obter resultados positivos, deveria ser elaborado um programa interinstitucional cooperativo, passível de envolver todas as instâncias das esferas públicas – federal, estadual e municipal. Porém, qualquer tipo de iniciativa nesse sentido não poderá ser conduzida sem a participação da comunidade.

Para que a solução do paradoxo mencionado no início seja possível, isto é, para que o material ou o sítio arqueológico passe a ser considerado realmente patrimônio cultural de uma sociedade, deverá ocorrer, necessariamente, uma transformação de atitude dos indivíduos diante dele. Assim, o patrimônio arqueológico deverá ser entendido como elemento mnemônico, um marco físico, concreto, que aluda diretamente a eventos sociais passados, transcorridos no mesmo espaço em que se vive. Por esse poder evocativo, o indivíduo poderá se sentir incorporado a um *continuum* histórico, do qual ele próprio é um ator. Dito de outra maneira, o patrimônio arqueológico deverá proporcionar os fundamentos para a localização existencial de um indivíduo ou sociedade em um espaço e em um tempo determinados, fisicamente identificáveis, o que quer dizer, em última instância, objetivar sua condição histórica. Dessa forma, enquanto o material arqueológico se transforma em patrimônio, o indivíduo se investe da sua condição de cidadão.

REFERÊNCIAS

CALDARELLI, Solange B.; SANTOS, M. do Carmo M. dos. Arqueologia de Contrato no Brasil. *Revista USP:* Antes de Cabral, São Paulo, n. 44, 2000. Dossiê.

ETCHEVARNE, Carlos. O índio e o colonizador: documentos arqueológicos sobre o contato, em Porto Seguro. In: CATÁLOGO da Exposição Os Índios, Nós. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 2000. p. 30-33.

_____. O índio e o europeu em Porto Seguro, uma perspectiva arqueológica. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, v. 12/13, 2001.

JORGE, Vitor O. Conservação e valorização de sítios arqueológicos: algumas reflexões. *Olhar o Mundo como Arqueólogo.* Coimbra: Quarteto, 2003.

OLIVEIRA, J. Eremites de. Por uma Arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania. In: FUNARI, Pedro P.; ORSER JR., Charles E.; SCHIAVETTO, Solange N. O. (Org.). *Identidade, discurso e poder.* São Paulo: Fapesp/Annablumme, 2005. (Estudos de Arqueologia Contemporânea).

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO. DEFINIÇÕES NO CAMPO JURÍDICO BRASILEIRO E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO DA PESQUISA ACADÊMICA E DA ARQUEOLOGIA DE CONTRATO

*Carlos Etchevarne**
*Carlos Costa ***
*Luydy Fernandes****

O interesse oficial pela proteção dos sítios e objetos arqueológicos, mediante dispositivos legais, nasce praticamente junto com as primeiras ações que poderiam ser classificadas como predecessoras da prática arqueológica científica. De fato, a partir do século XVI, no momento em que se inicia o processo de revivescência dos modelos estéticos e arquitetônicos da Antiguidade Clássica, começa-se, concomitantemente, o espólio seletivo, por parte de famílias abastadas da Roma renascentista, dos monumentos arruinados do período imperial romano. Palácios urbanos, como os da quinhentista Via Giulia, entre outros, foram decorados, interna e externamente, com obras retiradas dos antigos edifícios que perduraram até essa época. Esta prática colecionística desobedeceu às proibições – impostas pelos éditos papais de Pio II, em 1462, e de Sixto IV, em 1472 – destinadas à preservação dos monumentos e a coibir a retirada de material arqueológico dos territórios dos Estados Pontifícios (TRIGGER, 1992, p. 44).

Com a descoberta, no início do século XVIII, das cidades romanas de Pompeia e Herculano, destruídas e sepultadas durante a erupção do Vesúvio em 79 d.C., um mundo completo de espaços e objetos se apresenta aos olhos da sociedade napolitana da época, através das escavações empreendidas pelo príncipe d'Elbeuf, Emanuel Mauricio de Lorena. A descoberta dessas cidades marca definitivamente o rumo da Arqueologia, na medida em que é possível, a partir desse evento, a interpretação dos objetos arqueológicos nos contextos originais, visto que se tratava de duas cidades em plena atividade quando da destruição vulcânica. A informação sobre a ambição e o usufruto privado das peças herculanenses por parte de d'Elbeuf deve ter impulsionado a primeira legislação de proteção arqueológica por parte da corte borbônica do reino de Nápoles, que então proíbe qualquer tipo de intervenção no subsolo para a extração de peças arqueológicas sem a autorização do rei (PAPACCIO, 1995).

Ainda que as circunstâncias políticas e sociais sejam muito diferentes, pode se dizer que esse início da Arqueologia, marcado pelo interesse do Estado em proteger os sítios e materiais arqueológicos, expressa claramente dois aspectos intrínsecos à noção de tais sítios e materiais enquanto patrimônio. O primeiro aspecto refere-se ao reconhecimento do seu valor como

* Doutor pelo Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris). Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); investigador colaborador do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; coordenador do grupo de pesquisa Bahia Arqueológica.

** Doutorando e mestre em Arqueologia pela Universidade de Coimbra. Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); pesquisador bolsista do centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

***Doutorando em Antropologia e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

documento histórico, social ou estético de propriedade do Estado. O segundo, diretamente derivado do primeiro, diz que a guarda e a conservação do patrimônio arqueológico são ao mesmo tempo prerrogativa e obrigação também do Estado.

Ao longo dos quase 300 anos seguintes, os países ocidentais desenvolveram arcabouços legislativos dos mais variados, que identificam locais e objetos arqueológicos que devem ser classificados e inventariados como de importância nacional e, por isto, dignos de ser preservados, assim como determinam as instâncias administrativas que se ocuparão da sua gestão. Desta forma, os sítios e materiais arqueológicos assumem o estatuto jurídico de patrimônio nacional.

Na segunda metade do século XX, uma nova dimensão no reconhecimento e na inventariação dos bens arqueológicos se instaura quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) cria, em 1972, a figura jurídica transnacional de reconhecimento da importância de uma localidade como Patrimônio Cultural da Humanidade, podendo-se incluir nesta categoria os sítios arqueológicos. No Brasil, o único exemplo de estação arqueológica pré-colonial incluída no inventário da UNESCO é o Parque Nacional da Serra da Capivara, com mais de 740 sítios arqueológicos, registrados até 2005, dos quais 540 são com pinturas rupestres (GUIDON, 2006, p. 68).

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E SUA APLICABILIDADE

Ao tratar das questões legais relacionadas ao patrimônio arqueológico, o primeiro documento a ser considerado por questões de hierarquia legal, e por este sentido o mais decisivo, é a Carta Magna da Nação, ou seja, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. A importância da Constituição Federal como normativa legal na proteção dos bens "arqueológicos e pré-históricos" reside no fato de tornar esta parcela do patrimônio cultural como "bem da União" (art. 20, inciso X). Em consequência desta condição, passa a ser dever da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, isto é, todas as instâncias do poder público, proteger os sítios arqueológicos (art. 23, inciso III). Na medida em que os "sítios de valor [...] arqueológico [...] e científico" constituem patrimônio cultural brasileiro, entendidos como portadores de "referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]", passa também a ser competência dos poderes executivos a criação das condições para a preservação, proteção, coibição e punição de danos, gestão, valorização e uso social público de tais bens (art. 216).

Na continuação na linha da hierarquia legal, segue à Constituição a Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Como primeiro eixo regulado pelo texto legal, delega-se ao poder público a responsabilidade pela proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico, definindo-o e criando os critérios de propriedade – que é sempre da União –, de preservação, de

salvaguarda e de pesquisa nesses espaços. E é justamente por serem entendidas como bens da União, cuja proteção é obrigatória por parte dos entes federativos, que as áreas com sítios arqueológicos (conhecidos ou por descobrir) são controladas para qualquer tipo de utilização privada ou pública. Isso só pode ocorrer depois de terem sido realizadas pesquisas autorizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que procederá ao controle, proteção e fiscalização dos sítios arqueológicos e dos objetos que deles são coletados.

Neste aspecto, cabe ressaltar que não se deve entender que essa normativa, protegendo os locais onde estão os sítios, determina a perda da propriedade particular para a União ou implica a anulação do uso privado dos espaços. A condição dada pela lei é que, antes do uso contemporâneo, sejam realizadas a pesquisa e a consequente produção de conhecimento, com a promoção da devida proteção aos bens resgatados e, com esta base, possa se pensar no uso responsável desses espaços. Isto, para a época de promulgação da lei (isto é, início dos anos 60 do século XX), configura um salto significativo, pois já se prevê o estabelecimento do diálogo de agentes supostamente antagônicos, unindo interesses socioeconômicos à proteção do patrimônio arqueológico.

Como pode se perceber, se trata de uma lei que tem como princípio a pesquisa e a produção do conhecimento como elementos propiciadores da proteção. Justamente por isto é que as atividades de investigação associadas à guarda do patrimônio arqueológico constituem o segundo eixo regulamentado pela Lei nº 3.924/61. É com este princípio que se encontram definidos no texto legal quais agentes poderão realizar os estudos arqueológicos, como eles poderão ser realizados, quem procederá à guarda dos vestígios materiais coletados, além de aspectos relacionados à cooperação internacional. Com tamanha força direcionada para as pesquisas, não poderia escapar prever a aplicação de sanções ao descumprimento da lei, caso sejam feridos os princípios por ela preconizados.

Com o intuito de especificar aspectos tratados de maneira abrangente na Lei nº 3.924/61 promulgou-se a Portaria MinC/IPHAN nº 007 de 1º de dezembro de 1988. Ela tem a função de regular os pedidos de permissão/autorização de pesquisa arqueológica, determinando os critérios de solicitação, de confecção de projetos de pesquisa, de documentação necessária para instruir os pedidos, de resultados e produtos esperados a serem apresentados nos relatórios técnicos e de prazos de execução das atividades. Embora o poder desta portaria possa parecer extremamente limitado, é ela, como complemento à lei, que constitui a principal ferramenta de regulação da relação entre os arqueólogos e o IPHAN, uma vez que estabelece as regras que nortearão as atividades dos profissionais que demandam da União o direito de pesquisa.

Com o crescimento exponencial das obras de engenharia ou de empreendimentos econômicos que causam impactos ambientais, o Brasil viu emergir a partir da década de 80 do século XX um novo campo de atuação do profissional arqueólogo: a Arqueologia por contrato ou Arqueologia empresarial (CALDARELLI, 1996; CALDARELLI; SANTOS, 2000). A partir desta nova inserção de trabalho, a Arqueologia deixa de ser apenas um campo de conhecimento e atuação acadêmico, exclusivo das ciências, e passa a ser um campo empresarial, abrindo mercado aos

trabalhos arqueológicos associados às obras de engenharia, criando o profissional autônomo, que atua como consultor.

No que concerne ao aspecto legal, vem do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) a principal normativa que versa sobre empreendimentos que causam transformações no ambiente natural: a Resolução Conama nº 1 de 23 de janeiro de 1986. Esta normativa define o que é impacto ambiental, os empreendimentos que causam tais impactos e a necessidade de realização de Estudos de Impacto Ambiental e de Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/Rima). Tais estudos e relatórios são feitos no sentido de se conhecer a influência negativa e/ou positiva do empreendimento no meio físico, biológico e socioeconômico – dentre os quais se incluem os "sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade" – e, por consequência, possibilitar a proposição de alternativas de acompanhamento, monitoramento, reposição, reparação, compensação ou mitigação dos danos promovidos.

Esta nova face da Arqueologia, que cresce a cada ano e impõe novas práticas de pesquisa de campo, adequadas às realidades dos diferentes empreendimentos, levou à necessidade de regulação da atuação arqueológica no setor empresarial no âmbito do órgão patrimonial federal. É desta forma que, em 17 de dezembro de 2002, o Ministério da Cultura, através do IPHAN, institui a Portaria nº 230. Esta portaria define as diferentes fases de execução dos trabalhos arqueológicos realizados, precedendo os empreendimentos que causam impactos ambientais, determinando as necessidades a serem atendidas e os resultados a serem alcançados em cada momento do trabalho.

Este princípio regulador das atividades por fases, previsto na Portaria nº 230/02, é obtido pelo IPHAN da Resolução Conama nº 6 de 16 de setembro de 1987, que define três fases para a execução dos EIAs/Rimas em empreendimentos causadores de impactos ambientais: Licença Prévia (LP); Licença de Implantação (LI) e Licença de Operação (LO). Seguindo este princípio, os trabalhos arqueológicos são adaptados às diferentes fases do empreendimento, quando: durante a LP se realiza o "diagnóstico arqueológico", que consiste na avaliação do potencial arqueológico de uma área; na LI, se realiza o "levantamento arqueológico", que consiste na localização dos sítios que serão potencialmente afetados pelo empreendimento e que estão situados nas áreas de impacto direto e indireto da obra; ainda durante a LI e antes da LO, finalmente se faz o "resgate arqueológico", que consiste na escavação e no estudo dos sítios localizados, antes que ocorra o possível impacto negativo das obras nos remanescentes de ocupações passadas.

Associados a essas fases, a Portaria nº 230/02 ainda apresenta a imperatividade de execução dos trabalhos de educação patrimonial e extroversão do conhecimento produzido sobre o patrimônio arqueológico nas comunidades impactadas pelos empreendimentos (COSTA; COMERLATO, 2007). Em última análise, pode-se concluir que um dos objetivos da Portaria nº 230/02 é compatibilizar os procedimentos do IPHAN para proteção do patrimônio arqueológico com aqueles adotados pelo Ibama para o meio ambiente.

Um mês depois de publicada a Portaria nº 230/02, o IPHAN cria a Portaria nº 28 de 31 de janeiro de 2003, cujo objetivo é especificar a necessidade de realização de trabalhos arqueológicos na

Imagem 1 – Brotas de Macaúbas. Atividades dentro do programa de educação patrimonial, voltado para os sítios arqueológicos, desenvolvido pelo grupo de pesquisa Bahia Arqueológica. Foto: Fabiana Comerlato.

Imagem 2 – Município de Wagner. Participação da comunidade nas atividades de educação patrimonial com ênfase nos sítios arqueológicos. Foto: Fabiana Comerlato.

área de depleção de reservatórios de água de empreendimentos hidrelétricos, sejam aqueles em construção ou em fase de renovação de licença.

Por fim, no que concerne aos aspectos mais recentes da legislação, passíveis de aplicação às questões de proteção do patrimônio arqueológico, é cabível a menção às leis federais nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009 e nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009; uma cria o Estatuto dos Museus e a outra, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), respectivamente. Embora, a princípio, pareça não ter relação com toda a discussão aqui apresentada, este fato traz à tona problemas que deverão ser brevemente encarados pelo IPHAN em conjunção com o Ibram. Tais problemas baseiam-se na seguinte constatação: sem dúvida, as questões relacionadas à pesquisa com escavação de sítios arqueológicos são de competência do IPHAN, uma vez que corresponde a este órgão permitir/autorizar as investigações arqueológicas em território nacional. No entanto, depois que os sítios são escavados, os acervos arqueológicos coletados passam por todo um processo de curadoria, que culmina com sua necessária salvaguarda nas instituições museais, onde tais acervos ficam preservados para fins educativos, sociais e científicos (COSTA, 2007). E é justamente aí que se inicia o impasse, no momento em que os materiais são integrados nas instituições museais. Como há de se deduzir, legalmente as questões relacionadas a essas instituições, agora, passam a ser competência do Ibram. Logo, no campo legal fica-se ante um problema de conflito de competências na gestão dos acervos arqueológicos que, certamente, deverá ser enfrentado pelas instâncias criadas pela União para a proteção do patrimônio, no sentido de se estudarem os critérios para a gestão compartilhada IPHAN/Ibram desta parcela do patrimônio.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CAMPOS DA ARQUEOLOGIA DE CONTRATO E A ACADÊMICA

Conforme dito acima, o surgimento e a atualização desse corpo legislativo abriram um novo campo para os pesquisadores, até então restritos ao âmbito acadêmico e exclusivamente atuando por meio de projetos de pesquisas das universidades. De início, foi sobre esses mesmos investigadores que incidiu a oportunidade e a responsabilidade de executar os salvamentos arqueológicos das grandes obras de impacto ambiental. Data dessa mesma época o começo das tensões e o estabelecimento de uma série de distinções fundamentais entre ambas as formas de se exercer a Arqueologia. As fricções surgem de uma diferença de concepção do que é patrimônio e do que é relevante manter-se ou não, preservar-se ou não, pesquisar-se ou não, perante a marcha do que está posto como desenvolvimento econômico.

Dentro desse viés, torna-se evidente uma parcela de incompreensão ou mesmo de incômodo com que os administradores e engenheiros responsáveis pelas obras observam os arqueólogos – e seu trabalho, alheio ao mundo eminentemente técnico e matemático – que foram, por força legal, incluídos nas construções com grandes impactos ambientais.

O cuidado com o ambiente natural, diretamente voltado para a flora e a fauna, já faz parte das medidas mitigadoras e preservacionistas há muito tempo, o que permitiu os ajustes e acomodações necessários entre os biólogos e os administradores e executores das obras de impacto. Esta situação ainda não se deu com os arqueólogos porque, além do relativamente pouco tempo de convívio, há outro obstáculo a ser vencido: o desconhecimento ou, melhor dizendo, o pseudoconhecimento do objeto de estudo da Arqueologia.

Quando os biólogos tratam de aspectos voltados para o meio ambiente, suas ações são envoltas e contextualizadas por um senso comum atualmente muito calcado em preocupações prementes e sensíveis. Afinal de contas, não há hoje muitas pessoas que ignorem os efeitos das alterações climáticas globais. Esse fator ao menos permite traduzir aquelas ações dos biólogos contratados para uma concepção pragmática de causa-efeito, ação-reação, essencial/necessária-supérfluo/dispensável e, por fim, custo-benefício que norteia a lógica de engenheiros/administradores. E não poderia ser de outro modo, pois foram eles, intensivamente e por longos anos, treinados e exercitados nas suas academias para pensar e proceder com eficiência.

Quando os arqueólogos são, por força legal, inseridos nesse universo das obras de impacto e, portanto, das barragens, entram nessa lógica classificadora. Para complicar a situação, o objeto de estudo da Arqueologia também é avesso a essa lógica. O choque de profissionais que se delineia pode ser percebido através do questionamento dos engenheiros aos arqueólogos sobre o próprio objeto de estudo, na maioria das vezes fragmentário e lacunar, mas, sobretudo, pouco espetacular, por se tratar de peças do cotidiano doméstico.

Há mais um confronto, decorrente da matéria-prima de certos artefatos que são o motivo de estudo dos arqueólogos. Sendo os sítios líticos lascados os tipos mais comuns entre os encontrados, certamente serão coletadas centenas de quilos de pedras quebradas que pouco ou nada dizem aos olhos dos não especialistas.

Todas essas situações mostram um lado da Arqueologia de contrato que não aparece nos relatórios e nos comentários das apresentações em eventos científicos. Também não é comum a publicação dos confrontos entre os arqueólogos e os responsáveis pelas obras. Contudo, não é o aspecto. Também é possível encontrar engenheiros/administradores que mostram uma sensibilidade incomum, atendendo amigavelmente às necessidades do trabalho de campo, e estão verdadeiramente interessados no bom andamento e no que é encontrado nas escavações. Contudo, mesmo nesses agradáveis e distendidos ambientes, quando começam a surgir restrições tanto de tempo como de recursos, as prioridades da Arqueologia são redimensionadas e restringidas. Afinal, a obra está sujeita aos interesses de mercado.

No que concerne à operacionalização do trabalho, tanto a Arqueologia acadêmica quanto a de contrato estão sujeitadas a três pilares básicos ou TEV: Tempo, Equipe e Verba (FERNANDES, 2007). A primeira consideração a ser previamente feita é que as três constantes já estão presentes quando da elaboração da proposta de intervenção arqueológica apresentada

ao empreendedor (no caso da Arqueologia de contrato) ou a algum órgão financiador de pesquisas científicas.

Por "tempo" entende-se a duração total da campanha arqueológica, contando-se desde o seu início, com a chegada dos pesquisadores ao local, até o final (da campanha, mas não do trabalho com os artefatos coletados, que legalmente há de prosseguir em laboratório, sendo essa a parcela mais morosa), com o encerramento das escavações e a destinação dos vestígios para o seu local de guarda provisória. Nesse intervalo está inscrito o tempo de resgate/escavação de cada sítio julgado merecedor de tal abordagem, que se espera ser o mais próximo possível do tempo total disponível, assegurando assim uma maior otimização/rendimento das ações. Ou seja, deve-se chegar ao local e, de imediato, dar início aos trabalhos.

Por "equipe" considera-se o pessoal necessário para fazer o programa funcionar, ou seja, executar os serviços da melhor maneira possível. O grupo apresenta uma polarização nítida: os pesquisadores e os trabalhadores braçais, havendo outras categorias com posições intermediárias.

A "verba" consiste no recurso financeiro disponível para cumprir os trabalhos e, em última instância, é o parâmetro definitivo que condiciona e determina os dois itens anteriormente citados. A rigor, trata-se do primeiro termo da equação, quer dizer, a verba define a equipe e o tempo. Noutras palavras, o custo de uma determinada equipe por um período de tempo terá de ser sempre igual ou, preferencialmente, menor que a verba disponível.

Usando os itens do TEV pode-se melhor estabelecer as distinções entre os tipos de Arqueologia em pauta. A fonte da verba indica estar-se perante um trabalho de Arqueologia de contrato ou acadêmica. A primeira tem, comumente, montantes maiores de recursos. Em compensação, o tempo dedicado às escavações dos sítios pela Arqueologia acadêmica é muito mais dilatado. No que tange às equipes, se por um lado a Arqueologia de contrato tem recursos para empregar muito mais pesquisadores do que a acadêmica, por outro a presença de arqueólogos graduados é pequena, havendo poucos por equipe, cuja composição mostra quase totalmente trabalhadores braçais e, no máximo, alguns estagiários. Eventualmente, a depender do grau de importância do sítio escavado, outros arqueólogos ou cientistas podem ser trazidos para situações específicas derivados dos contextos revelados. No caso de uma escavação guiada pela Arqueologia acadêmica são os próprios alunos universitários que compõem a equipe, que conta com a presença de vários professores doutores e é complementada por outros profissionais assistentes, mestres em diferentes campos auxiliares que se candidatam para participar desses trabalhos. Dessa forma, nota-se que essas escavações são uma grande e prática oportunidade de troca de informações e de aprendizado direto numa situação real.

Por fim, há que se ter em consideração que não se pode associar a Arqueologia de contrato a algo de baixa qualidade em face da Arqueologia acadêmica. Em ambas as esferas encontram-se exemplos de boas e de más intervenções e escavações realizadas e os resultados dependem notadamente do rigor científico e do comportamento ético dos profissionais arqueólogos atuantes.

REFERÊNCIAS

CALDARELLI, Solange B. Avaliação dos impactos de grandes empreendimentos sobre a base de recursos arqueológicos da Nação: conceitos e aplicações. In: CALDARELLI, Solange B. (Org.). *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.* Goiânia, IGPHA/UCGO, 1996. p. 57–64.

CALDARELLI, Solange B.; SANTOS, M. do Carmo M. dos. Arqueologia de contrato no Brasil. *Revista USP:* Antes de Cabral. São Paulo, v. 1, n. 44, p. 52–73, 2000. Dossiê.

COSTA, Carlos A. S. A legalidade de um equívoco: acerca dos processos legais para a guarda de materiais arqueológicos em instituições museais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 14., 2007, Florianópolis. *Anais*... Florianópolis: SAB, 2007.

COSTA, Carlos A. S.; COMERLATO, Fabiana. Sugestões para educação patrimonial em arqueologia por contrato. *Canindé:* revista do Museu de Arqueologia de Xingó, Xingó, SE, n. 9, p. 195–200, 2007.

FERNANDES, L. A. Algumas considerações sobre as campanhas arqueológicas em barragens. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO CIENCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1., 2007, Salvador; ENCONTRO BRASILEIRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2., 2007, Salvador. *Anais*... Salvador: Edufba, 2007. p. 1–13.

GUIDON, Niéde. Arte rupestre em São Raimundo Nonato: uma experiência brasileira. In: SEMINÁRIO ARTE RUPESTRE NO NORDESTE BRASILEIRO: Pesquisa, preservação e gestão de sítios arqueológicos de pinturas e gravuras rupestres. 2006, Salvador. *Memórias*... Salvador: Fast Design, 2006.

PAPACCIO, Valerio. *Marmi ercolanesi in Francia. Storie di alcune distrazioni del príncipe E. M. d´Elbeuf.* Napoli: Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, 1995.

TRIGGER BRUCE, G. *História del pensamiento arqueológico.* Barcelona: Editorial Crítica, 1992.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

Lei nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Portaria IPHAN 07 de 01 de dezembro de 1988. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações de pesquisas e escavações em sítios arqueológicos previstas na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.

Portaria IPHAN 230 de 17 de dezembro de 2002. Compatibiliza as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia.

Portaria IPHAN 28 de 31 de dezembro de 2003. Determina a necessidade de prever a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento arqueológico nos pedidos de renovação da licença ambiental de operação para áreas situadas na faixa de depleção dos reservatórios de empreendimentos hidroelétricos de qualquer tamanho ou dimensão no território nacional.

Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986. Determina o que é impacto ambiental, caracteriza os empreendimentos que causam mudanças no meio ambiente e determina a necessidade de EIA/Rima nos licenciamentos de atividades modificadoras do meio ambiente.

Resolução CONAMA 006 de 16 de setembro de 1987. Edita regras gerais para o licenciamento ambiental de obras de grande porte, especialmente aquelas nas quais a União tenha interesse relevante como a geração de energia elétrica, no intuito de harmonizar conceitos e linguagem entre os diversos intervenientes no processo.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-COLONIAL. OS SÍTIOS DE SOCIEDADES DE CAÇADORES COLETORES E DOS GRANDES GRUPOS DE HORTICULTORES CERAMISTAS, ANTES DA CHEGADA DOS PORTUGUESES

*Carlos Etchevarne**
*Luydy Fernandes***

Os vestígios arqueológicos relativos às populações pré-coloniais encontram-se em todas as partes do território da Bahia, não havendo exclusão de nenhum dos ambientes naturais atuais. Efetivamente, podem ser encontrados locais com restos de habitação, acampamentos ou de oficinas nas zonas da Mata Atlântica, no Semiárido, no Vale do São Francisco, na Chapada Diamantina e no domínio do cerrado, no Além São Francisco. A profusão e a variedade de sítios arqueológicos são um excelente indicador da pluralidade de sistemas adaptativos criados pelos grupos humanos, em diferentes períodos anteriores à chegada dos portugueses.

A rigor, se for feito uso de analogias com outras partes do Brasil, do Nordeste em particular, deve-se pensar que existiu uma ocupação humana recuada até, pelo menos, a transição Pleistoceno/Holoceno, isto é, entre 12 mil e 10 mil anos atrás. As informações sobre esse período provêm de regiões próximas ao estado da Bahia, como a da Gruta do Padre, no município de Petrolândia, Pernambuco, na altura em que o Rio São Francisco tinha uma cachoeira, antes da barragem de Itaparica. Nessa gruta, Valentin Calderón, arqueólogo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), encontrou, na metade dos anos 60, poucos instrumentos líticos em sílex, finamente talhados que, por seu formato, são apelidados de "lesmas". Por serem produzidos com procedimentos padronizados, mesmo sendo poucos exemplares, foram considerados por Calderón como uma verdadeira indústria, que denominou de Itaparica, em função da localidade do achado. Estes instrumentos foram datados, pelo seu contexto estratigráfico na Gruta do Padre, de aproximadamente 7.600 anos BP. O arqueólogo Pedro Schmitz descobriu artefatos parecidos no estado de Goiás, em área de cerrado, com uma antiguidade que abarca um período entre 11 mil e 9 mil anos BP (SCHMITZ, 1987, p. 25, 1991, p. 14). Datações mais antigas foram encontradas em São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí, próximo ao limite com a Bahia. No sítio Boqueirão da Pedra Furada, a arqueóloga Niéde Guidon obteve muitas datações sobre fogueiras em diferentes estratos deste sítio, até alcançar, aproximadamente, 50 mil anos, a datação mais antiga do Brasil. Desse modo, fica comprovado que, nos territórios dos estados vizinhos à Bahia, encontraram-se vestígios que remontam ao Pleistoceno superior, e tudo leva a pressupor que, sem barreiras naturais, houve deslocamentos de grupos humanos nesse período também em territórios baianos.

* Doutor pelo Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris). Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); investigador colaborador do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; coordenador do grupo de pesquisa Bahia Arqueológica.

** Doutorando em Antropologia e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Ao longo desses milênios, sociedades compostas de pequenos núcleos unifamiliares ou de poucas famílias, à maneira de bandos, assim como de grupos plurifamiliares, demograficamente maiores, com equipamentos tecnológicos mais complexos e organizados em aldeias, transitaram e se instalaram de forma eventual ou permanente em determinadas áreas que, atualmente, podem não ter as mesmas características paisagísticas que em épocas passadas.

De todo modo, o que vale ressaltar é a existência de uma dinâmica social intensa e variada intra e extragrupos, que envolveria relações amigáveis e belicosas e, sobretudo, uma organização econômica, que incluiria o deslocamento por espaços ecológicos diferentes como forma de maximizar a captação de recursos.

Com esta premissa básica, fica explícito que os sítios arqueológicos pré-coloniais constituem, por um lado, um universo de vestígios que representam apenas frações de tempo na longa vida de uma comunidade. Por outro, deve ser considerado que se trata de um conjunto lacunar, na medida em que só ficou como vestígio aquilo que pode se preservar dos intemperismos e de outros agentes pós-deposicionais. Como consequência, nos restos que chegaram até hoje não está materializada toda a vida social de um grupo, se não alguns aspectos em um tempo específico. A isto, soma-se a natureza dos equipamentos adaptativos produzidos pelos indivíduos em sociedade, que varia consideravelmente quando se trata de caçadores coletores ou de horticultores ceramistas.

Não obstante, reunindo todos os dados proporcionados pelos sítios estudados até hoje, pode se conseguir construir um panorama sócio-histórico geral que dá ideia da diversidade social e da complexidade de soluções adaptativas havidas em território baiano anterior à conquista e colonização europeia. Portanto, sob as já consagradas macrocategorias de caçadores coletores e de horticultores ceramistas, encerram-se variações tecnológicas de preparação de instrumentos, estratégias de ocupação espacial, métodos de captação de recursos do ambiente e, no temporal, mudanças diacrônicas. Feita essa ressalva, cabe apresentar o quadro sociocultural conseguido até esse momento.

SÍTIOS SAMBAQUIS

Uma das formas de assentamento *sui generis* de certos grupos de caçadores coletores são os sambaquis. Estes constituem grandes acúmulos de conchas de moluscos, de extensão variável, resultado da ação deliberada de um grupo. Segundo alguns pesquisadores, as conchas não são apenas os resíduos da alimentação baseada, principalmente, em mariscos. Para a construção dessas colinas de conchas também houve coleta de espécimes malacológicos, destinados exclusivamente para este fim, haja vista que não foram abertos para extração da parte comestível. Nos sambaquis é possível encontrar vários tipos de vestígios enterrados, como fogueiras, instrumentos de pesca, pontas de projétil, quebra-cocos, sepultamentos, pequenas esculturas em pedra e em ossos de baleia, recipientes cerâmicos etc. Esse padrão de instalação principalmente litorâneo, mas também

fluvial, pode ser observado em várias partes do Brasil. Os do estado de Santa Catarina, por exemplo, são os maiores, com conteúdos ricos e variados, além de serem os que melhor se conservaram.

Na Bahia existem restos de sambaquis em várias localidades da faixa de influência oceânica, do norte ao sul do estado, onde as condições ambientais são propícias. Conforme cronistas do período colonial existiam sambaquis próximos à cidade de Salvador, desaparecidos em decorrência do seu aproveitamento como matéria-prima para a fabricação de cal, com que se construíram os maiores edifícios soteropolitanos daquele período.

Alguns sambaquis foram encontrados na área do Recôncavo Baiano, no entorno de Camamu, no Litoral Norte, e também adentrados sobre o Rio Buranhém, em Porto Seguro. Ainda existem notícias de sambaquis sobre o Rio João de Tibas, por Valentín Calderón, no final da década de 1960 (CALDERÓN, 1969, p. 162). Este pesquisador inicia sua carreira como arqueólogo na Bahia, inaugurando um campo científico no estado, com escavações sistemáticas, rigorosamente controladas, no sambaqui da Pedra Oca, no bairro de Periperi, em Salvador. Neste sítio concheiro, Calderón identifica materiais malacológicos diversos, como ostras das espécies *Ostrea arbórea, Ostrea frons* e a *Arca secticostata*, principalmente. Outras espécies de moluscos encontradas são a *Lucina pectinata, Anamalocardia brasiliana, Strombus pugilis*, entre as mais abundantes (CALDERÓN, 1964, p. 74).

Do ponto de vista cultural, o pesquisador localizou, durante a escavação, restos de fogueiras, pedras de trempes e de esteios, no que se refere aos arranjos domésticos. Quanto aos artefatos, muitos se relacionam com o tratamento de vegetais para o consumo, como bigornas, batedores, moedores, e com a preparação de instrumentos cortantes, como alisadores e lâminas de machado. Objetos vinculados a enfeites corporais, como contas de colares, apareceram junto aos esqueletos dos indivíduos enterrados no sambaqui. Uma datação do estrato inferior de Pedra Oca, efetuada com amostra de carvão, pelo método de C14, permitiu datar a base do sambaqui em quase 3.000 anos BP, estrato em que já apareciam fragmentos cerâmicos (CALDERÓN, 1973, p. 26).

Valentín Calderón identifica ainda, no Recôncavo Baiano, o sambaqui da Ilha do Casqueiro, em Santo Amaro, o do Sobrado, na localidade de Porto Santo, na Ilha de Itaparica, e o de Cajaíba, na ilha do mesmo nome, sem fazer referência a outras pesquisas e datações (CALDERÓN, 1969, p. 162).

Sobre o Rio Buranhém, no município de Porto Seguro foram encontrados, nas duas últimas décadas, restos de três sambaquis – denominados Buranhém I, II e IV – que, apesar de não serem muito altos, se destacam sobre a planície de inundação do rio. Os três já se encontram em franco estado de deterioração, por ações antrópicas, especialmente o desmatamento ocorrido nas últimas décadas (ETCHEVARNE, 1998a, 2000).

No primeiro há uma alta concentração de conchas com relação à deposição de sedimentos. No Buranhém II e IV, contrariamente, prevalecem depósitos de sedimentos escuros. O material arqueológico corresponde a peças líticas lascadas – especialmente em quartzo hialino – e cerâmica. Os sambaquis distam vários quilômetros da foz atual do Rio Buranhém, localização que pode ser explicada por duas razões possíveis. A primeira diz respeito à acumulação proposital pelos grupos sambaquianos, via transporte fluvial da foz, onde haveria mangues e abundância

Imagem 1 – Sítio Buranhém I, Porto Seguro.
Aspecto da superfície do sambaqui.
Foto: Carlos Etchevarne.

Imagem 2 – Sítio Buranhém I, Porto Seguro.
Perfil do sambaqui.
Foto: Carlos Etchevarne.

de moluscos, até os locais em que se encontram hoje. A segunda é que os sítios teriam sido construídos em momentos de transgressão marinha, durante as quais, o vale do rio foi invadido e transformado em um braço de mar. Duas transgressões foram registradas geologicamente sobre o litoral baiano (MARTÍN et al., 1999). Uma que, em cerca de 5.100 anos BP, subiu 5 m e outra que, em 2.500 anos BP, alcançou 2,50 m (ETCHEVARNE, 1998a, 1999, 2000). Esta última altura é suficiente para provocar o ingresso do mar até o local dos sambaquis e, sobretudo, coincide com a datação obtida no sítio Buranhém IV, que proporcionou uma idade de 2.800 +- 60 BP (ROBRAHN-GONZALEZ, 2005, p. 151).

SÍTIOS DE ARTE RUPESTRE

Os espaços em que se encontram as pinturas e gravuras rupestres devem ser entendidos como uma parte da cultura material que, pela sua preparação em matérias resistentes (suportes rochosos e pigmentos minerais) e, sobretudo, pela intenção deliberada de que as mensagens imagéticas tenham perdurabilidade, chega até nossos dias diferenciando-se de outros vestígios perecíveis.

Em linhas gerais, as representações gráficas rupestres estão associadas, pelo menos em alguns estilos de grande antiguidade, a grupos de caçadores coletores. Os horizontes pictóricos passíveis de serem reconhecidos como mais recentes, em função das superposições em estratigrafia das camadas de pinturas, vinculam-se, com maior probabilidade, a grupos de horticultores ceramistas.

Os vestígios arqueológicos de grafismos rupestres, encontrados no território do atual estado da Bahia, compõem um acervo extraordinário, seja em quantidade como em variedade, que mereceria um investimento especial e urgente, dirigido para uma catalogação e cadastramento geral, pensando-se *a posteriori* na elaboração de um programa de estudos e na criação de diretrizes de gestão. À importância documental que esses sítios têm, soma-se à vulnerabilidade da sua situação. Efetivamente, as aceleradas transformações ambientais, decorrentes dos empreendimentos econômicos e de infraestrutura regional que marcam profundamente a última década, provocam alterações substanciais nas áreas onde esses sítios se encontram, atingindo os abrigos e paredões com painéis de grafismos. A peremptoriedade na salvaguarda é ainda justificada se se pensa que, esses tipos de sítio, assim como outros de caçadores coletores e horticultores, são os únicos documentos de que se dispõe para entender os processos sócio-históricos anteriores à chegada do colonizador.

Os sítios de arte rupestre não devem ser considerados com funcionalidades únicas. Em alguns casos observa-se a frequência de visitação de grupos pré-coloniais pela quantidade e diferença dos grafismos. Em algumas ocasiões, os grafismos são grandes, coloridos e muito visíveis, ou seja, decididamente ostensivos, como se houvesse uma necessidade de que eles sejam vistos a distância, como alguns exemplares dos paredões da Serra das Paridas, Lençóis, ou as do cânion do sítio Poções, em Pituba, município de Gentio do Ouro. Em outros, contra-

riamente, existiu uma preocupação em tornar as figuras diminutas e dificultar a visibilidade ou, então, francamente ocultá-las. Estes são os casos de algumas figuras do sítio Pingadeira, em Flores, ou o de um bloco do segundo painel de Toca da Figura, em Ventura, ambos no município de Morro do Chapéu. Em ambos os casos, o tratamento das figuras foi cuidadoso e detalhado, exigindo, por parte do pintor, experiência e dedicação. As situações apontadas acima demonstram a diversidade de utilização dos sistemas gráficos, que eram operados em circunstâncias sociais específicas pelos diferentes grupos sociais, cabendo a possibilidade de terem sido utilizados para ritualização propiciatória, demarcação territorial, memória de um evento, registro cíclico calendárico, sistemas contáveis, homenagens a personagens históricos ou míticos, entre outros (ETCHEVARNE, 2007).

Infelizmente não têm sido encontrados, até o presente, sítios em que se possam relacionar as pinturas com algum elemento datável pelos métodos físicos tradicionais. Dois abrigos escavados recentemente proporcionaram carvão de fogueiras passíveis de datação. O abrigo calcário do Serrote do Velho Chico, no município de Curaçá, com diferentes momentos de pinturas e gravuras geométricas, foi ocupado pelo menos por volta de 1.140 anos BP, mas não é possível determinar a vinculação dessa data com alguns dos grafismos representados no abrigo. Em Toca da Figura, Ventura, Morro do Chapéu, duas fogueiras ofereceram idades diferentes, uma de 853 anos BP e outra de 2.445 anos BP, marcando dois momentos de ocupação do abrigo arenítico. Apesar de a fogueira mais antiga ter sido encontrada em um contexto de pintura (isto é, junto a um fragmento de seixo com manchas de pigmentos e a um bloco de hematita), deverão ser feitas análises mineralógicas das figuras e do bloco para estabelecer a qual dos momentos de pintura corresponde o contexto datado.

Por outro lado, as pesquisas feitas sobre inúmeros abrigos e paredões rochosos, na Bahia, permitem estabelecer, de forma preliminar, uma sucessão de horizontes pictóricos incluídos em uma cronologia relativa, isto é, a verificação das sequências de superposições de figuras. Assim, se reconhece que as mais antigas correspondem aos grafismos mais naturalísticos, associados a um horizonte pictórico de grande extensão regional denominada, arqueologicamente, de Tradição Nordeste. Nela, as figuras antropomorfas e zoomorfas de pequenas dimensões representam cenas de captura de animais (veados e emas), coletas, lutas (ritualísticas ou de real beligerância) etc. com detalhes de instrumentos ou vestimentas. Seguem figuras que perdem o realismo, tornando-se sintéticas e de maior tamanho até se tornar figuras sem movimento e de tratamento pouco cuidado. Um sistema gráfico que, de forma geral e pouco aprofundada, é classificado como Tradição Agreste. Paralelamente aparecem elementos que apontam para uma geometrização e consequente abstração dos motivos, que acabam dominando os painéis, na última das superposições. Ainda dentro dos motivos geométricos podem ser divididos aqueles que compõem planos ou áreas muito elaboradas e policrômicas e os que utilizam as linhas. Os motivos com linhas acabam por finalizar a série de estratos que compõem o espectro cronológico dos estilos pictóricos, na Bahia.

Imagem 3 – Sítio Poções, Gentio do Ouro. Motivos geométricos de grande tamanho no paredão do cânion.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 4 – Sítio Serra das Paridas I, Lençóis.
Motivos geométricos posicionados no painel com ostensiva visibilidade.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 5 – Sítio Pingadeira, Morro do Chapéu.
Miniatura de motivos antropomorfos dispostos em círculo posicionados sobre o painel em local de pouca visibilidade.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 6 – Sítio Serrote do Velho Chico, Curaçá. Escavação de quadras na base do painel com pinturas e gravuras.
Foto: Luydy Fernandes.

Imagem 7 – Sítio Toca da Figura, Morro do Chapéu. Carvão de fogueira coletado durante a escavação das quadras, para datação por C14.
Foto: Luydy Fernandes.

Imagem 8 – Sítio Toca do Pepino, Morro do Chapéu. Cena de captura de cervídeos. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

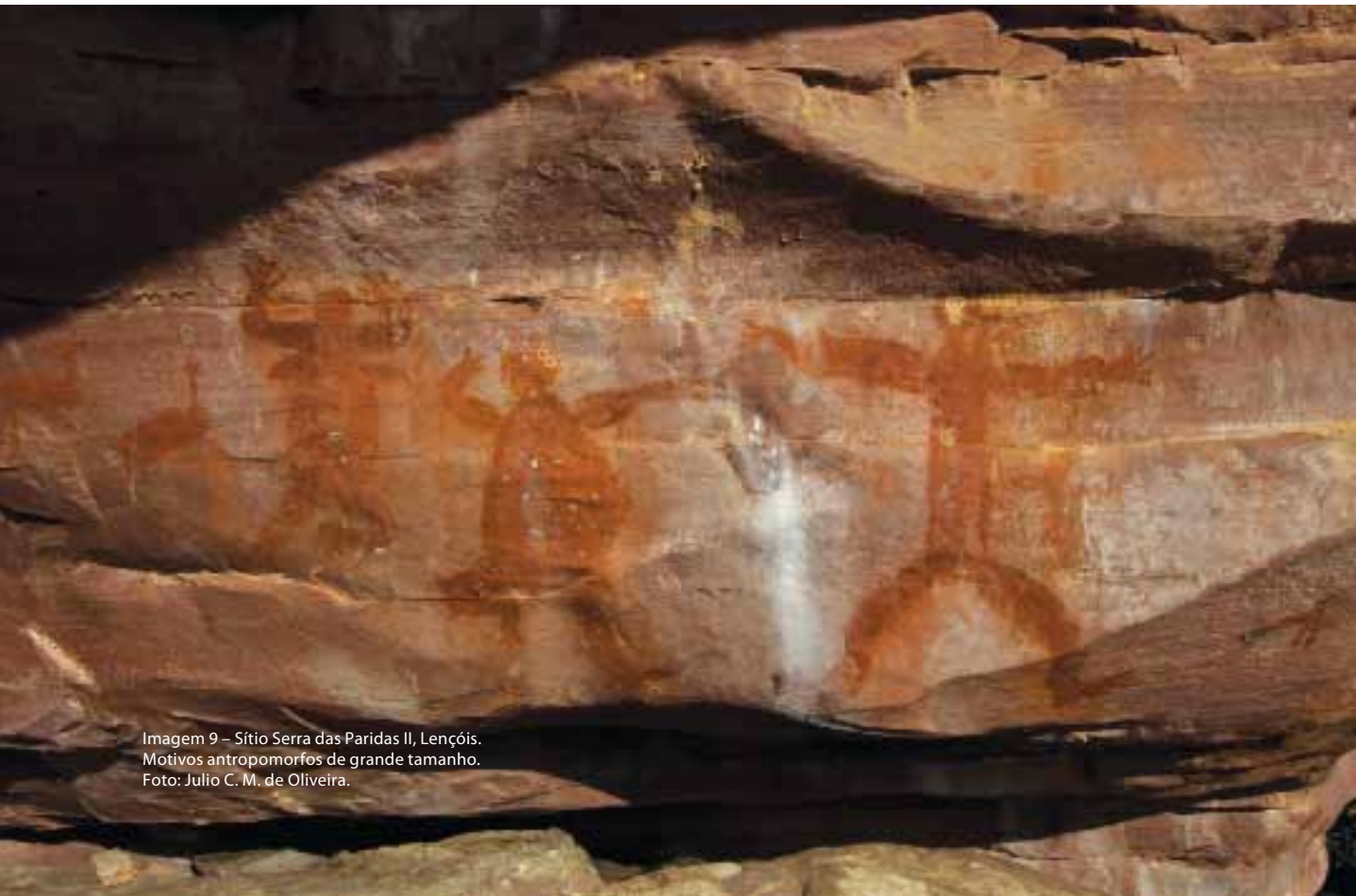


Imagem 9 – Sítio Serra das Paridas II, Lençóis. Motivos antropomorfos de grande tamanho. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 10 – Sítio Poções, Gentio do Ouro. Motivos geométricos lineares de composições elaboradas. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 11 – Sítio Grota do Batedor, Sento Sé. Painel com motivos lineares de composição simples. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

SÍTIOS CERAMISTAS DA TRADIÇÃO ARATU

Os sítios arqueológicos referentes aos primeiros grupos horticultores ceramistas correspondem aos locais com vestígios cerâmicos de uma unidade tecnológica denominada Tradição Aratu. A rigor, até o momento o elemento que serve de diagnóstico para identificar sítios enquadrados nesta categoria são os recipientes funerários ou urnas cerâmicas. A forma do invólucro mortuário é de tal forma padronizada e reiterativa, seja do ponto de vista diacrônico como na sua dispersão territorial, que ela parece apontar, mais do que uma pertinência cultural a um único grupo pré-colonial, a difusão de uma tecnologia de produção de objetos com sua correspondente justificativa ideológica. Isso quer dizer que o fato de se encontrarem urnas Aratu desde o litoral até o cerrado, incluindo áreas de caatinga, não aponta para uma distribuição territorial ampla de um grupo somente, antes se refere a um aspecto comum de grupos culturalmente diferentes.

O padrão de urnas Aratu consiste na repetição de recipientes com morfologia cônica ou periforme, com base estreita e arredondada e com o corpo que se abre até a circunferência máxima situada próxima à abertura. Esta morfologia se repete em enterramentos de indivíduos de qualquer idade, adultos, jovens crianças e recém-nascidos, não importa a área geográfica em que foram encontrados.

A maioria dos casos não apresenta elementos decorativos e o alisamento da superfície externa é bem executado. Não obstante, algumas alterações deste padrão foram observadas na região

litorânea do sul de Recôncavo até o extremo sul da Bahia, em que apresentam uma faixa de 5 a 10 cm beirando a abertura, com apurada decoração corrugada, técnica decorativa que foi aplicada também em outros recipientes domésticos. Ademais, na região de São Desidério e Barreiras, no oeste baiano, alguns exemplares de urnas apresentam uma linha incisa na abertura, o que poderia assinalar um elemento adicionado na região. Na região sul da Chapada Diamantina, município de Jussiape, encontrou-se decoração muito similar a essa linha contornando toda a abertura de uma urna, porém, realizada pela impressão de um cordão na pasta ainda úmida do recipiente. (COMERLATO, 2008).

Imagem 12 – Sítio Marcolino, Rio de Contas. Escavação de uma urna Aratu.
Foto: Carlos Costa.

Imagem 13 – Sítio Pio Moura, São Félix do Coribe. Urna Aratu com esqueleto completo e posição anatômica dos ossos.
Foto: Luydy Fernandes.

Todas as urnas funerárias possuíam opérculo que fechava a abertura para impedir a entrada dos sedimentos na hora do enterramento. Estas tampas são cônicas, semelhantes ao formato de sinos. Os corpos eram enterrados fletidos e inteiros, como primeiro enterramento, já que nos esqueletos não se observam marcas de quebra das articulações e os ossos mantêm uma conexão anatômica lógica. Algumas urnas contêm acompanhamentos funerários como pequenas tigelas cerâmicas, lâminas de machado, rodelas de fuso, pingentes e, no caso das crianças, contas de colares em ossos ou dentes de animais.

Os grupos que produziam este tipo de cerâmica eram cultivadores de tubérculos e provavelmente do milho, mas não da mandioca, haja vista que não foram achados, nos sítios, fragmentos de recipientes apropriados para o seu processamento. O povoamento Aratu procedeu-se pelo padrão organizativo em grandes aldeias, se for considerada a dispersão dos elementos fixos remanescentes, como as próprias urnas. O alto número destas encontrado em algumas localidades permite pensar que, por um lado, eram grupos numerosos e, por outro, que permaneciam residindo durante muito tempo na mesma localidade. No sítio Guipe, em Candeias, na Bahia de Aratu, Valentín Calderón encontrou 54 urnas (CALDERÓN, 1969, p. 164). Já na Praça da Vila de Piragiba, no município de Muquém do São Francisco, no oeste baiano, foram localizadas 120 urnas, o maior número até hoje registrado[1].

O caso do sítio da Praça da Vila de Piragiba é o mais estudado até o presente, pois foi possível retirar boa parte das urnas que estavam em rápido processo de desaparecimento, em função da acentuada erosão fluvial. A datação do sítio é de cerca de 850 anos BP, conseguida pelo método de C14 sobre material ósseo. Esta idade enquadra-se no que se conhece como faixa cronológica para esta tradição ceramista na Bahia, que se estende entre o século IX e o século XIV d.C.. A situação arqueológica e topográfica do sítio Lagoa Queimada, em Santa Inês, Vale do Jequiriçá, se assemelha bastante com o da Vila de Piragiba, o que demonstra a repetição de um modelo de assentamento que talvez, em um período determinado, possa ter sido padrão para esses grupos.

Sobre o que tange aos instrumentos fabricados em rocha, denominados líticos, o que se pode notar é uma grande variabilidade, acompanhando a enorme amplitude geográfica desses grupos Aratu. Como os inúmeros sítios se estendem do litoral até o planalto e das zonas de mata até o semiárido, atravessando toda a Bahia, um dos fatores observados a condicionar a produção lítica reside na disponibilidade da matéria-prima, bem como da qualidade das rochas existentes. Via de regra, alguns tipos bem definidos de rochas se prestam ao lascamento, de modo a serem obtidos instrumentos aptos e eficientes aos trabalhos diários. Os grupos indígenas do passado os sabiam bem reconhecer e localizar as suas jazidas, sendo essas áreas bastante visitadas para a captação dos recursos. Para os artefatos lascados, uma classe de rochas era a mais adaptada e, para os artefatos polidos, outros tipos eram necessários, a depender das suas resistências.

[1] A informação sobre o sítio da Praça da Vila de Piragiba, assim como sobre o Roça de Zé Preto, foi trazida, em 1992, para a Universidade Federal da Bahia, pela geógrafa Ana Cristina Morais Ribeiro, na época atuante na SEI/Seplantec da Bahia.

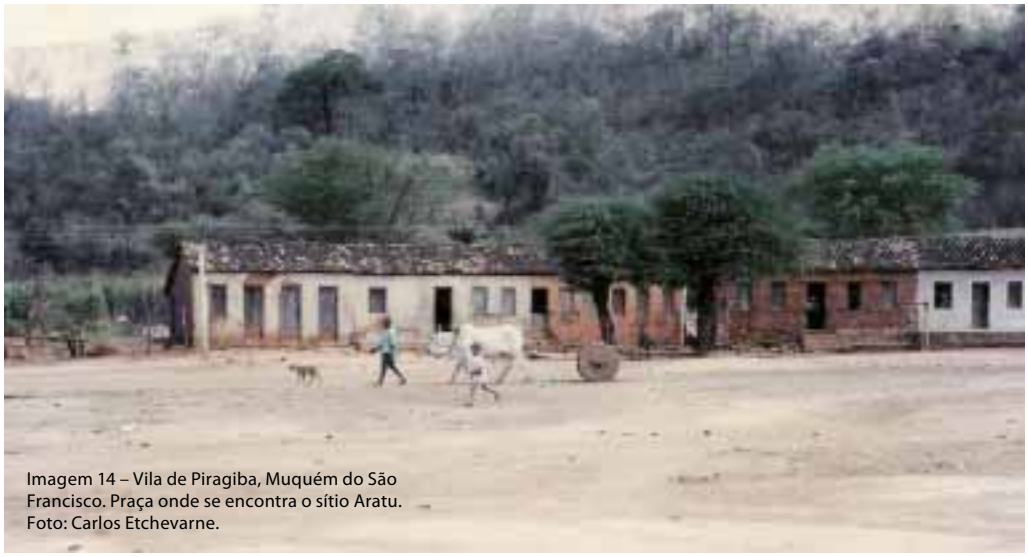


Imagem 14 – Vila de Piragiba, Muquém do São Francisco. Praça onde se encontra o sítio Aratu. Foto: Carlos Etchevarne.

Ao serem avaliadas grandes regiões geográficas, o que se encontra na faixa litorânea são sítios com predominância de lascas, de pequenas a médias, associadas a instrumentos polidos de maiores dimensões, seguramente usados para o cultivo. Os sítios que mais oferecem subsídios para essa avaliação são aqueles escavados no Litoral Norte, situados nas areias do antigo cordão litorâneo (GONZALES; ZANETTINI, 2001). Há ainda o sítio Pedreira, localizado em Camamu, escavado sob os auspícios do Derba, durante os trabalhos de resgate arqueológico da BA-001, e que ofereceu uma grande quantidade de pequenas lascas e instrumentos feitos sobre lascas (FERNANDES, 2007).

Nos domínios da Chapada Diamantina, as lascas aumentam consideravelmente de quantidade e dimensão e surgem os instrumentos lascados. Possivelmente, tal comportamento diferenciado resulte da oferta abundante de matéria-prima de boa qualidade e em grande quantidade apta ao lascamento, o que não se observa na zona litorânea do estado. As lascas são destinadas a serviços que requerem menos força, menos amplitude de movimentos, tais como preparar peles e carnes, raspar madeira ou ossos, fazer pequenos cortes ou orifícios, por exemplo. Os grandes instrumentos, agora lascados, continuam destinados ao cultivo da terra e à produção de alimentos. O sítio que oferece melhor condições para a avaliação desse conjunto artefatual é o Marcolino, escavado recentemente, em 2008, durante o salvamento financiado pelo Derba, nas obras da BA-148, entre Rio de Contas e Jussiape (COMERLATO, 2008).

Imagem 15 – Sítio Praça de Piragiba, Muquém do São Francisco. Artefatos líticos lascados com provável função de lâminas de machado. Foto: Luydy Fernandes.

Por fim, a região oeste, situada à margem esquerda do Rio São Francisco, revela um conjunto de implementos líticos que, até o momento, é o mais bem conhecido dentro do estado da Bahia. Nessa zona nota-se a prevalência de instrumentos lascados em uma grande quantidade, além da cadeia operatória das lascas que decorrem da sua produção, todas elas presentes *in situ*, sendo o sítio de Piragiba o mais estudado, no qual foram recolhidos mais de 400 instrumentos lascados dedicados ao cultivo. Como os outros instrumentos recolhidos nos sítios antes citados, tais artefatos podem ser equiparados a machados, pois seguramente serviram para derrubar a mata e preparar o solo, abrindo campos de cultivo para a produção dos alimentos que sustentavam aquela grande aldeia. Marcas de uso muito evidentes, similares a desgastes e lustros, comprovam o seu intenso uso, a ponto de ser possível ver esses sinais a olho nu, fato bastante raro – dentro do que atualmente se conhece – para a Arqueologia brasileira.

A desaparição das instalações correspondentes à Tradição Aratu parece coincidir com a chegada das diversas ondas migratórias dos grupos do tronco linguístico Tupi que, por suas características semelhantes, competiriam pelos territórios e seus recursos. Alguns sítios litorâneos permitem pensar que houve reocupação de localidades Aratu por parte de grupos Tupi, pela situação de mistura no estrato superficial dos componentes cerâmicos das duas tradições. De qualquer modo, a não ocorrência de material Aratu depois dessa época indica que algum acontecimento importante irrompeu na dinâmica de domínio territorial das sociedades Aratu.

SÍTIOS CERAMISTAS DA TRADIÇÃO TUPI

Da mesma forma que os sítios da Tradição Aratu, aqueles da Tradição Tupi encontram-se espalhados por todas as regiões da Bahia, mas com maior concentração na área litorânea. Os locais com vestígios desses grupos variam em áreas ecológicas, na localização topográfica, nas formas e nas dimensões dos assentamentos, na profundidade da estratigrafia e, às vezes, em alguns componentes artefatuais. A rigor, aquilo que torna indiscutivelmente distinto um sítio Tupi de outro são os objetos cerâmicos. Ou seja, este macrogrupo está definido essencialmente por uma tecnologia de produção cerâmica, doméstica ou ritualística, que o particulariza e o opõe a outros também ceramistas. Em consequência, esta generalização não permite determinar questões vinculadas à identificação étnica *stricto sensu*, podendo ficar englobadas situações sociais de tupinização, por exemplo, típicas do processo de conquista de territórios e a incorporação de contingentes demográficos neles já instalados (ETCHEVARNE, 2009).

Alguns materiais cerâmicos Tupi encontrados nos seis complexos dunares do Submédio São Francisco (Cabeça do Boi, Volta do Rio, Surubabel, Outeiro e Abaré) podem representar uma situação inversa. Esses fragmentos de recipientes cerâmicos com características Tupi, junto a certos objetos líticos polidos (lâminas de machado e tembetás), podem ser interpretados como elementos identificadores de uma penetração Tupi pelo Rio São Francisco. Tratar-se-ia de uma migração em áreas de domínio de outros grupos pré-existentes, como os do tronco

linguístico kariri. Estes poderiam ter oferecido suficiente resistência bélica ou cultural, de modo a impor uma adaptação aos recém-chegados (ETCHEVARNE, 2009, p. 128).

A cerâmica Tupi está caracterizada pela variedade e o apuramento no tratamento de superfície e na modelação do corpo cerâmico. Os recipientes são de tamanhos variados, mas os chamados potes e assadores, destinados à preparação de líquidos e processamento da mandioca amarga, respectivamente, são de grande tamanho. As bordas, não importa de que tipo de peça se trate, são reforçadas, isto é, as paredes dos objetos aumentam consideravelmente na beirada da abertura, colocando-se-lhes roletes adicionais, dando-lhe uma forma ligeiramente triangular. Ademais, grande parte dos potes cerâmicos para reserva de água ou preparação de alimentos líquidos apresenta carenas. Estas são arestas formadas pela mudança de direção nas paredes que passam de abertas a fechadas, criando uma linha de quebra na circunferência do vasilhame.

As decorações cerâmicas são de dois tipos: plásticas e pintadas. As primeiras consistem em alterações na superfície da peça, criando texturas diferentes. A técnica do corrugado, por exemplo, amplamente difusa na cerâmica Tupi, consiste em um relevo ondulante e rítmico, produzido pela pressão dos dedos ou de espátulas sobre os roletes de construção do vasilhame. O inciso, por sua vez, é uma técnica de decoração em que se realizam os motivos com gumes ou pontas finas. O ungulado, ou seja, incisões feitas com as unhas que deixam marcas semicirculares foi usado para compor faixas ou partes do corpo. As pinturas, derivadas de pigmentos minerais, têm suas especificidades. Quando localizadas na parte externa apresentam padrões geométricos. Nas bordas sugerem imitação de cestarias. Quando são internas, especificamente nos recipientes abertos como os assadores e pratos, os motivos são elaborados com linhas de curvas e retas, misturando pontos, de traço muito fino, o que conforma um conjunto delicado de figuras entrelaçadas que, em alguns casos, lembram os motivos das rendas.

Imagem 16 – Santa Cruz Cabrália. Recipiente Tupi do tipo assador, com elementos em vermelho e preto sobre fundo creme-esbranquiçado. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 17 – Sítio Praça da Sé, Salvador. Fragmento de fundo de assador com decoração em arabescos ou rendados.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 18 – Sítio Zé Preto, Vila de Piragiba. Fragmento de recipiente Tupi com decoração plástica corrugada.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 19 – Sítio Dunas de Surubabel, Rodelas. Fragmento de panela decorado com hachurado inciso.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Assim como os grupos vinculados à Tradição Aratu, a maioria dos grupos Tupi também enterrava seus mortos em urnas funerárias, mas não tinha um padrão morfológico específico como recipiente funerário. Cabe pensar que os próprios recipientes utilizados para preparação de bebidas rituais, como o cauim, serviam também como invólucro funerário. Quanto à forma de deposição dos corpos cabe pensar que se tratava de enterramentos primários (o corpo ainda completo) ou secundários, somente o conjunto das partes ósseas devidamente processadas depois de um enterramento primário e desaparecidos os tecidos musculares.

Bem pouco ainda se sabe sobre o conjunto artefatual lítico pertencente a esses grupos Tupi, que rivalizaram em um momento inicial com os grupos Aratu no território baiano, os substituindo por completo ao longo do tempo. Estavam seguramente dependentes da disponibilidade da matéria-prima e devem ter compartilhado do conhecimento do ambiente que os Aratu já detinham, se em algum período estiveram em contato.

Alguns sítios são elementos destacados para uma observação do que produziram. Das pesquisas mais recentes podemos citar, no oeste, a Roça do Zé Preto, na qual foram recuperados instrumentos lascados similares aos machados Aratu, complementados por uma coleção de pequenas lascas. Três sítios em Camamu continham líticos lascados e machados polidos, sendo que em um dos sítios também foram encontrados elementos da colonização portuguesa (FERNANDES, 2007). Na Chapada Diamantina, em um sítio Tupi na margem do Rio Jussiape, denominado Pilões de Baixo, poucas lascas e instrumentos lascados foram recuperados (COMERLATO, 2008). Um estudo mais detalhado desses objetos ainda aguarda ser feito, de modo a melhor serem compreendidas as suas cadeias de produção, bem como o seu uso.

As datações mais antigas dos grupos Tupi, na Bahia, os situam em uma faixa cronológica que se inicia em torno de 700 anos BP e que se prolonga até tempos coloniais, sendo eles os grupos indígenas que mantiveram maior interação com as primeiras frentes de instalações portuguesas na faixa do litoral (CALDERÓN, 1973, p. 26).

REFERÊNCIAS

CALDERÓN, Valentín. *O sambaqui da Pedra Oca*. Salvador, Instituto de Ciências Sociais/UFBA, 1964.

_____. A Fase aratu no Recôncavo e Litoral Norte do estado da Bahia. Museu Paraense Emilio Goeldi. *Avulsas,* Belém, n. 13, 1969.

_____. A pesquisa arqueológica nos estados da Bahia e Rio Grande do Norte. *Revista Dédalo*, São Paulo, n. 17/18, 1973.

COMERLATO, Fabiana. *Salvamento e monitoramento arqueológico no traçado da Rodovia BA-148 – Rio de Contas – Jussiape*. Relatório final. Salvador, 2008.

ETCHEVARNE, Carlos. *Informações arqueológicas referentes ao território da Fazenda Santo Amaro, no município de Porto Seguro, Bahia*. Salvador: Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA. 1998a.

ETCHEVARNE, Carlos. Os sítios arqueológicos da localidade de Piragiba (Bahia). Reflexões acerca do conhecimento arqueológico sobre as práticas funerárias de grupos ceramistas. *Anthropologicas*, Recife, v. 7, n. 3, 1998b.

_____. *Programa de mapeamento de sítios arqueológicos da Costa do Descobrimento e Recôncavo baiano*. Relatório de Pesquisa CNPQ. 1999.

_____. *Programa de mapeamento de sítios arqueológicos da Costa do Descobrimento e Recôncavo baiano*. Relátorio IPHAN. MAE/UFBA. Salvador, 2000.

_____. *Escrito na Pedra. Cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia*. Rio de Janeiro: Dersal, 2007.

_____. Os grupos Tupi na Bahia: uma abordagem arqueológica. OLIVEIRA, Ana P. de (Org.). *Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani.* Juiz de Fora, MG: UFJF, 2009.

ETCHEVARNE, Carlos; FERNANDES, Luydy; BEZERRA, Alvandyr. *O patrimônio arqueológico de Curaçá*. Salvador: CAR, 2009.

ETCHEVARNE, Carlos et al. *Chapada Diamantina. O patrimônio arqueológico de pinturas e gravuras rupestres.* Salvador: LuriPress, 2010.

FERNANDES, Luydy. *Os sepultamentos do sítio arqueológico Aratu de Piragiba-BA*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFBA, Salvador, 2003.

_____. *Relatório final do resgate e monitoramento arqueológico na rodovia BA-001 (Camamu – BR 030)*. Salvador: MAE/UFBA, 2007.

GONZALES, Paulo; ZANETTINI, Erika M. *Programa arqueológico do resgate*: relatório final complexo ecoturístico, etapa 1. São Paulo: Zanettini Arquitetura Planejamento e Consultoria, 2001.

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 3. ed. atual. Recife: Edufpe, 1999.

ROBRAHN-GONZALEZ. *Relatório LD 138 KV Centro de Convenções/Terravista*. Salvador: Coelba, 2005. Digitalizado.

SCHMITZ, Pedro I. Caçadores antigos no sudoeste de Goiás. *Estudos Atacameños*. São Pedro de Atacama, n. 8, 1987.

_____. Áreas arqueológicas do litoral e do Planalto do Brasil. *Revista de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, n. 1, 1991.

MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS DE ARTE RUPESTRE NA BAHIA

*Carlos Etchevarne**
*Carlos Costa***
*Fabiana Comerlato****
*Alvandyr Bezerra*****

Ao definir os sítios com pinturas e gravuras rupestres como monumentos arqueológicos pretende-se ressaltar o caráter mnemônico intrínseco a esses locais, na medida em que aludem à presença de um grupo humano residente ou itinerante que, por questões socioculturais, deixou, propositalmente, um registro gráfico. Mas não é somente por seu caráter evocativo que hoje se pode reconhecer esses lugares como monumentos arqueológicos. De fato, a intencionalidade em transmitir uma mensagem gráfica, seja para um grupo restrito ou para uma população ampla, comporta, *a fortiori*, um componente mnemônico indispensável no gesto de pintar ou gravar, na medida em que se usam códigos compartilhados que deverão, por sua vez, ser decodificados. Ou seja, a ação de representar graficamente ideias, porque disso se trata, implica o uso de conteúdos simbólicos, memorizados e internalizados pelos membros de uma sociedade. Com esse ponto de vista, os sítios de pinturas e gravuras podem ser monumentalizados também pelo componente metonímico que eles encerram.

Designa-se como arte rupestre qualquer tipo de representação gráfica efetuada sobre um suporte rochoso, seja ela pintura, isto é, aplicação de pigmentos, ou então gravura: uma alteração da superfície rochosa mediante a retirada dirigida de parcelas de material petrológico. No estado da Bahia encontram-se ambas as situações espalhadas pela maior parte do território, excluindo-se apenas, até o momento atual da pesquisa, a região litorânea. Isto quer dizer que, em quase todos os ambientes naturais ocorrentes na Bahia, foram encontrados, pelo menos, algum tipo de grafismo pintado ou gravado. No cerrado, na caatinga, no Vale do São Francisco, na Chapada Diamantina e nas áreas ecológicas transicionais foram identificados locais com manifestações de arte rupestre.

Esta ampla dispersão, abarcando praticamente todo o território do estado, pode apontar para o fato de que os grupos realizadores de grafismos construíram modos de vida adaptáveis

* Doutor pelo Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris). Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); investigador colaborador do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; coordenador do grupo de pesquisa Bahia Arqueológica.

** Doutorando e mestre em Arqueologia pela Universidade de Coimbra. Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); pesquisador bolsista do centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

*** Pós-doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); doutora em História, área de concentração Arqueologia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora adjunta do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

**** Graduado em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador arqueologia realizando trabalhos de levantamento, monitoramento, salvamento arqueológico e Educação Patrimonial; membro do Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica desenvolvendo diversos projetos dentro do estado da Bahia.

a cada variação ecológica e se deslocavam em ambientes que tinham, se não as mesmas, pelo menos parecidas características bióticas. Ademais, a quantidade de sítios já registrados e os muitos mais referidos por informantes demonstram que as representações gráficas constituíram eficazes sistemas gráficos de comunicação. Dito de outra maneira, os grupos indígenas pré-coloniais foram capazes de desenvolver linguagens, expressas através de imagens e com uma lógica particular na articulação dos motivos representados, que não se parecem com a das gramáticas dos idiomas contemporâneos. Neste último caso se concatenam fonemas representados por letras que, por sua vez, constituem as palavras. No caso dos grafismos rupestres, eles representam conteúdos significativos, à maneira dos ideogramas.

Os tipos de motivos representados e suas combinações formam unidades estilísticas que são reconhecíveis, pelo especialista arqueólogo, em diferentes partes da Bahia, indicando a possibilidade de que grupos diversos poderiam ter aspectos culturais comuns, entre os quais se inseriam os códigos gráficos rupestres. Esta afirmação leva implícito o reconhecimento de que alguns grupos etnicamente diferenciados compartilhavam certos elementos da cultura material ou simbólica e que, como resultado, o pesquisador contemporâneo não tem as condições metodológicas e instrumentais controláveis para recuperar essa diferenciação identitária a partir dos grafismos rupestres.

Não obstante, pode-se afirmar que as várias sociedades que executaram pinturas e gravuras rupestres podem ser enquadradas, a maioria, em um macro-horizonte sociocultural classificado como bandos de caçadores coletores. Isto quer dizer que desenvolveram uma economia alimentar e, consequentemente, equipamentos tecnológicos baseados na coleta de frutas, sementes, raízes, insetos, ovos, moluscos, entre outros, na caça (de animais terrestres e aéreos) e na pesca. Para certos estilos gráficos, cronologicamente mais recentes, é admissível pensar que foram executados por grupos de cultivadores que se estabeleciam demoradamente em aldeias. À chegada dos colonizadores portugueses na Bahia, as populações indígenas tinham deixado de utilizar os relevos rochosos como suporte para as expressões gráficas ou, em todo caso, não foram registrados pelos cronistas da época.

PINTURAS E GRAVURAS NA BAHIA

No que se referem aos estilos gráficos reconhecidos em território baiano, alguns se vinculam estreitamente aos de estados vizinhos, como Pernambuco, Piauí, Sergipe, Goiás e Minas Gerais, em função da continuidade de paisagens naturais. Certos estilos ou, pelo menos, alguns motivos definidos, ultrapassam as fronteiras estilísticas do Nordeste e aparecem em estados do Centro-Oeste brasileiro, como Mato Grosso. Outros parecem constituir expressões específicas restritas apenas a certas localidades baianas, como as figuras humanas de grande porte, com contornos bem delineados, ou as figuras de parturiente, estas últimas bem concentradas no centro da Chapada Diamantina.

Em termos de ocorrência de estilos foi reconhecida uma tendência na frequência de um ou de outro, a depender da natureza petrológica do suporte rochoso. Efetivamente, a relação entre suporte e motivos gráficos pode ser reconhecida quando identificados os grandes domínios petrológicos da Bahia. Uma classificação preliminar permite separar os domínios petrológicos dos granitos, dos arenitos e dos calcários, sem considerar as nuances de cada um deles, derivadas da morfogênese das rochas, da composição mineralógica e dos efeitos variados do intemperismo.

O modelamento topográfico, produzido através de milhões de anos, das estruturas petrológicas emergentes varia conforme a natureza da rocha. A ação modeladora provoca uma arquitetura rochosa (paredes, teto e chão) que propiciará ou não a permanência de grupos humanos por períodos de duração variável. Os arenitos, por exemplo, constituem situações topográficas como os abrigos, paredões e cânions com superfícies satisfatórias para plasmar os grafismos. Os relevos calcários são fundamentalmente os cársticos (dolinas, grutas e cavernas) e os lapiás, grossas crostas de superfícies erodidas, em cujas bases podem ser encontrados abrigos pouco profundos. Por sua vez, os afloramentos de granitos são muito trabalhados pelo intemperismo e se apresentam sob a forma de grandes matacões, que emergem nas planícies e em cujas bases podem ser encontrados altos paredões e áreas ligeiramente protegidas.

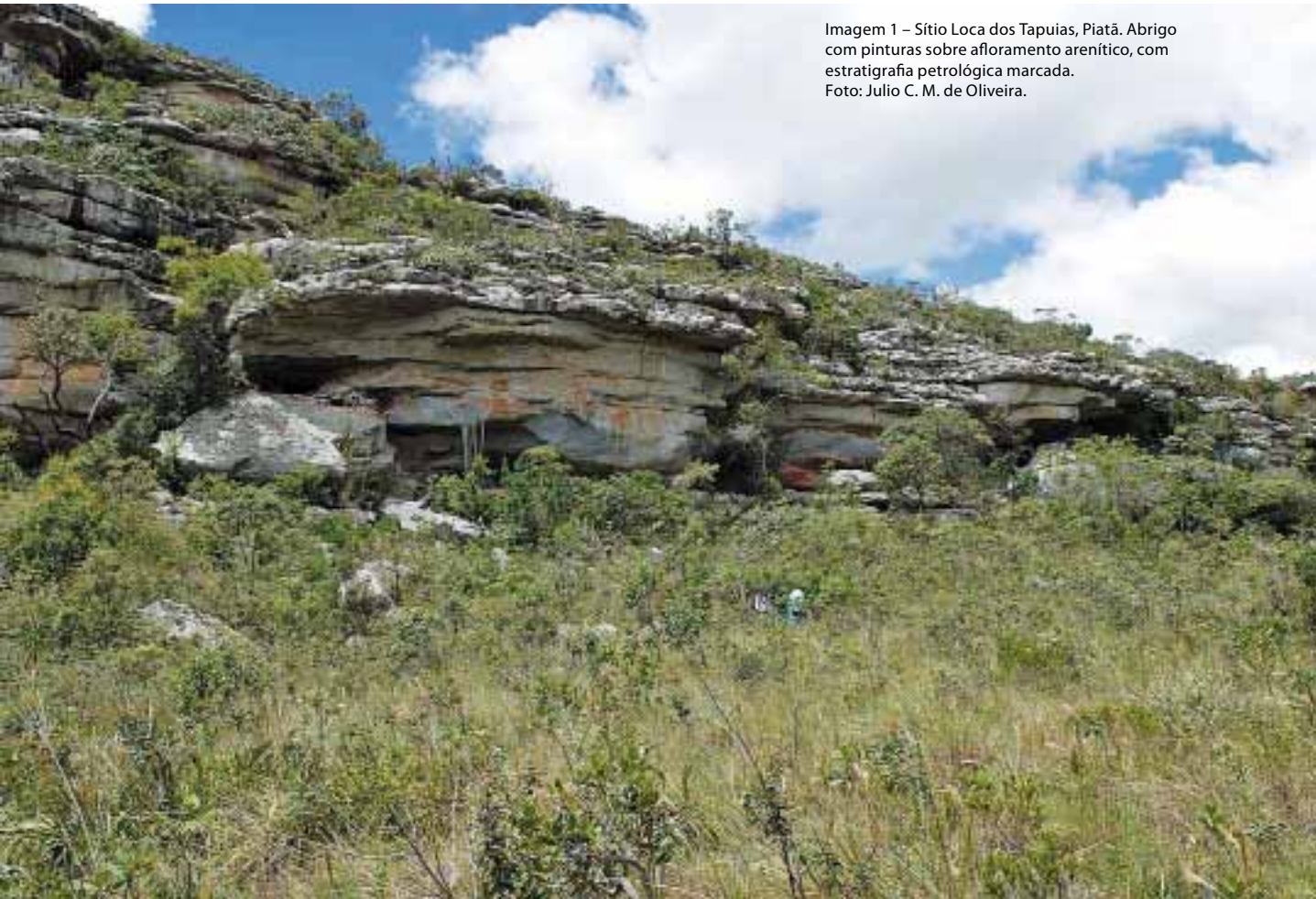


Imagem 1 – Sítio Loca dos Tapuias, Piatã. Abrigo com pinturas sobre afloramento arenítico, com estratigrafia petrológica marcada.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

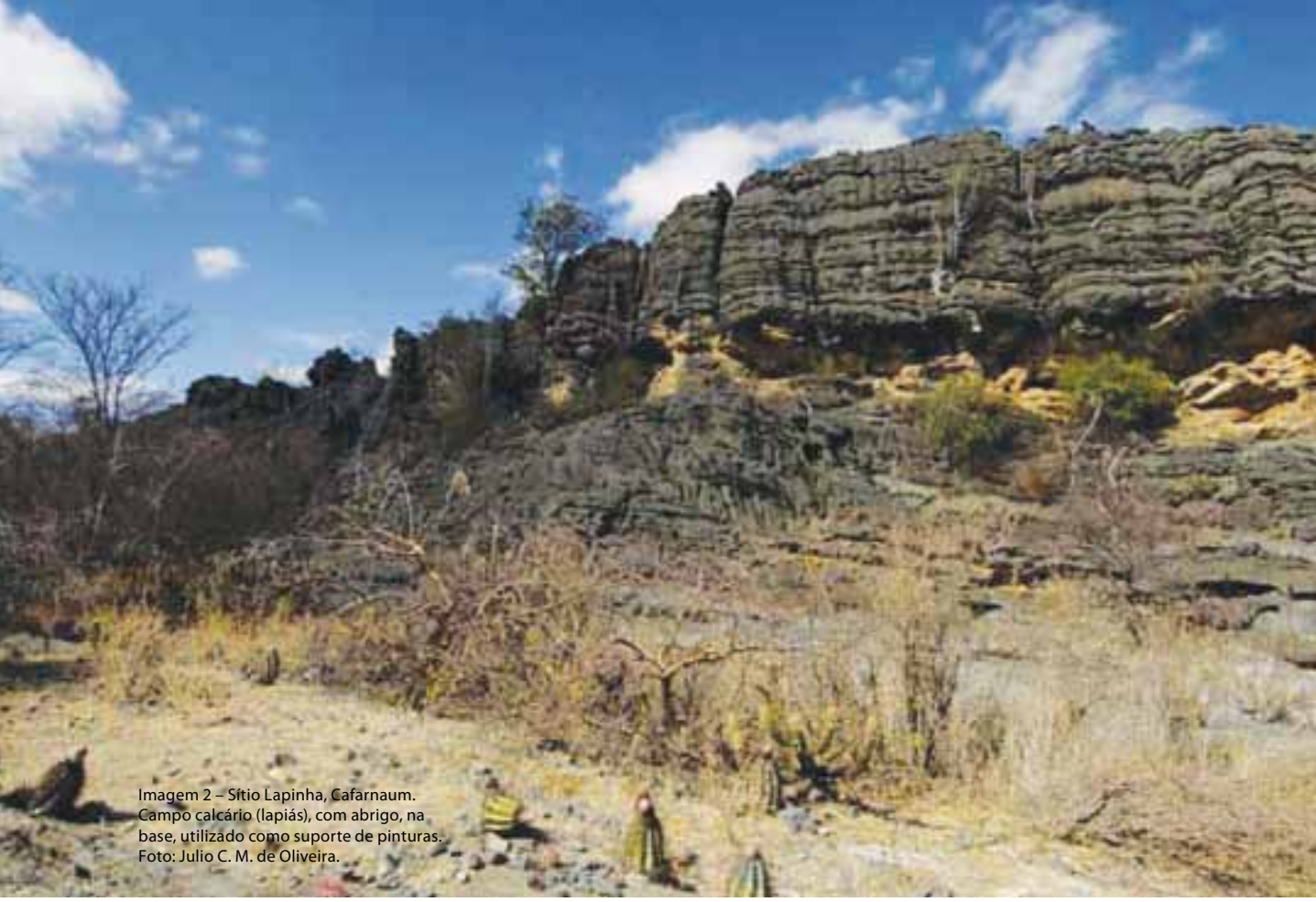
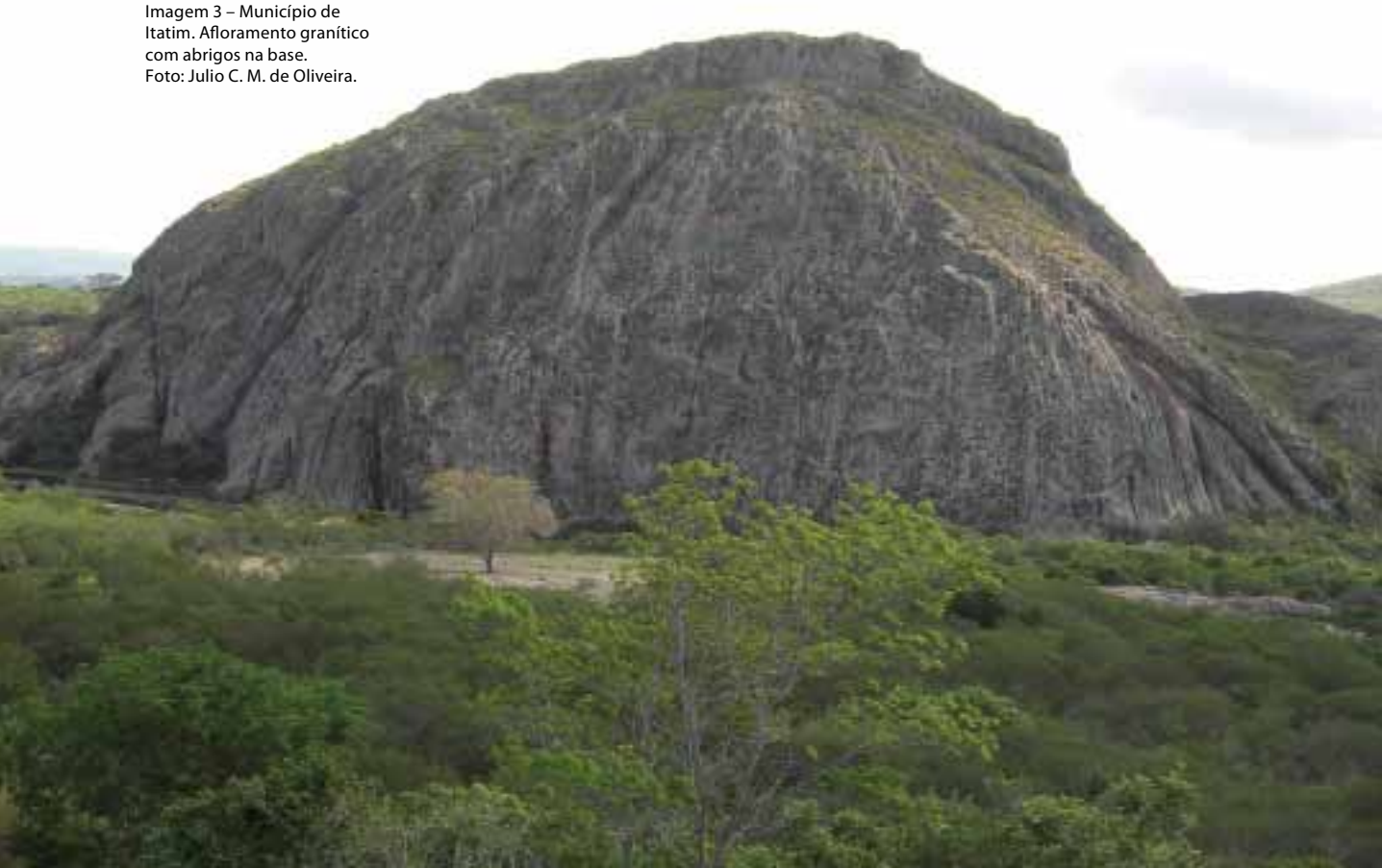


Imagem 2 – Sítio Lapinha, Cafarnaum. Campo calcário (lapiás), com abrigo, na base, utilizado como suporte de pinturas. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 3 – Município de Itatim. Afloramento granítico com abrigos na base. Foto: Julio C. M. de Oliveira.



A diversidade na estrutura petrológica e sua feição na superfície desse tipo de rocha condicionam, em princípio, a realização de certos estilos gráficos, sendo os granitos os que menos condições oferecem para a pintura de figuras muito pequenas e detalhadas. Os arenitos silicificados, por sua vez, pela estrutura petrológica muito compacta, regular e fina, foram escolhidos pelos grupos pintores, que confeccionaram grafismos pequenos e detalhados, executados com traços cuidadosos. Ademais, o acamadamento típico dos arenitos, com marcada horizontalidade, condicionou a estrutura gráfica, fato reconhecido pela disposição também horizontal dos motivos dos painéis. Nos calcários das dolinas foram utilizadas as paredes e os tetos com superfícies alisadas, para motivos de traço médio e figuras tanto grandes como médias.

Alguns sítios são paradigmáticos para exemplificar as relações de grafismos e natureza de suporte rochoso. No caso dos arenitos podem ser citados os sítios Toca do Pepino e Toca da Figura, ambos na localidade de Ventura, no município de Morro do Chapéu. Neles, os painéis que acompanham as linhas de separação entre estratos areníticos estão compostos principalmente por figuras humanas e de animais, incluindo-se alguns elementos vegetais, especialmente palmeiras. Nos dois sítios sobressaem as cenas de captura de cervídeos e de aves pernálticas – classificadas como emas –, coletas de frutos e grupos em confronto, utilizando armas. Na Toca da Figura encontra-se um dos raros exemplos de miniaturas extremas, com a representação de um grupo de veados, o menor dos quais chega a medir 1 cm.

Imagem 4 – Sítio Lagoa da Velha, Morro do Chapéu. Cena com antropomorfo e zoomorfo bípede (ema) em vermelho sobre fundo branco.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

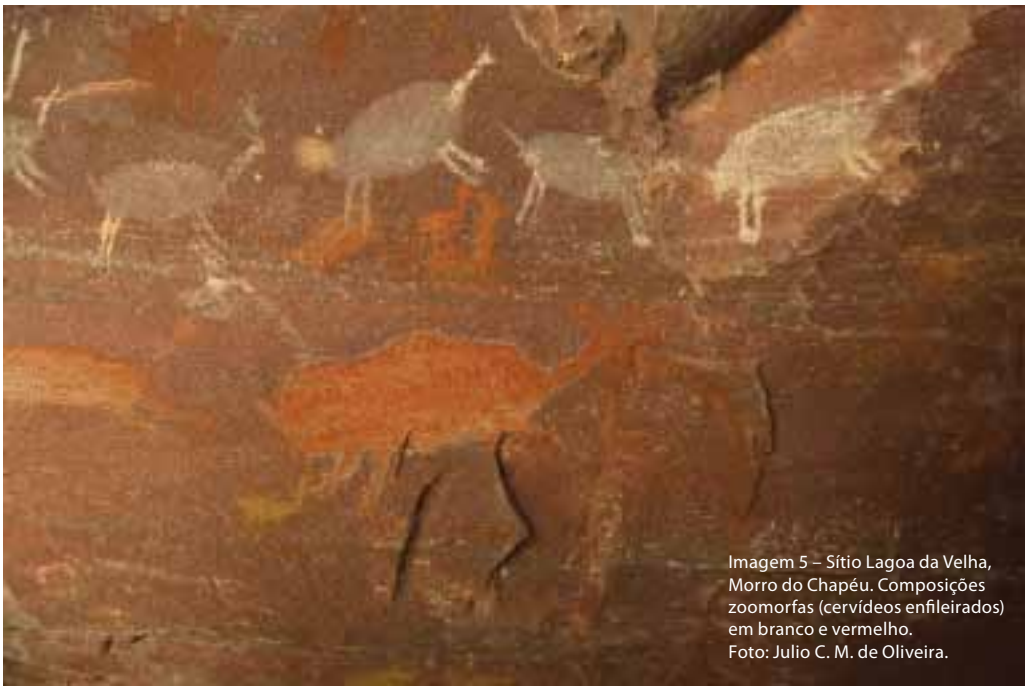


Imagem 5 – Sítio Lagoa da Velha, Morro do Chapéu. Composições zoomorfas (cervídeos enfileirados) em branco e vermelho.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 6 – Sítio Toca da Figura, Morro do Chapéu. Miniaturas zoomorfas (cervídeos).
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Um dos conjuntos de sítios que podem exemplificar os painéis sobre calcários está em Iraquara. São duas dolinas com largos abrigos, Lapa do Sol e Santa Marta. No primeiro prevalecem os motivos geométricos elaborados e policrômicos (vermelho, preto e branco) e as representações de animais quadrúpedes enfileirados, de tratamento simples. No segundo caso, os elementos geométricos são lineares e pouco elaborados, mas também apresentam figuras de animais grandes, grande número de mãos em positivo, de adultos e de crianças e representações identificadas como parturientes. Em Santa Marta, a cor predominante é o vermelho, com poucas ocorrências de preto e amarelo.

Imagem 7 – Sítio Santa Marta, Iraquara. Elementos gráficos geométricos, pisciformes, lagartiformes e mãos em positivo.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

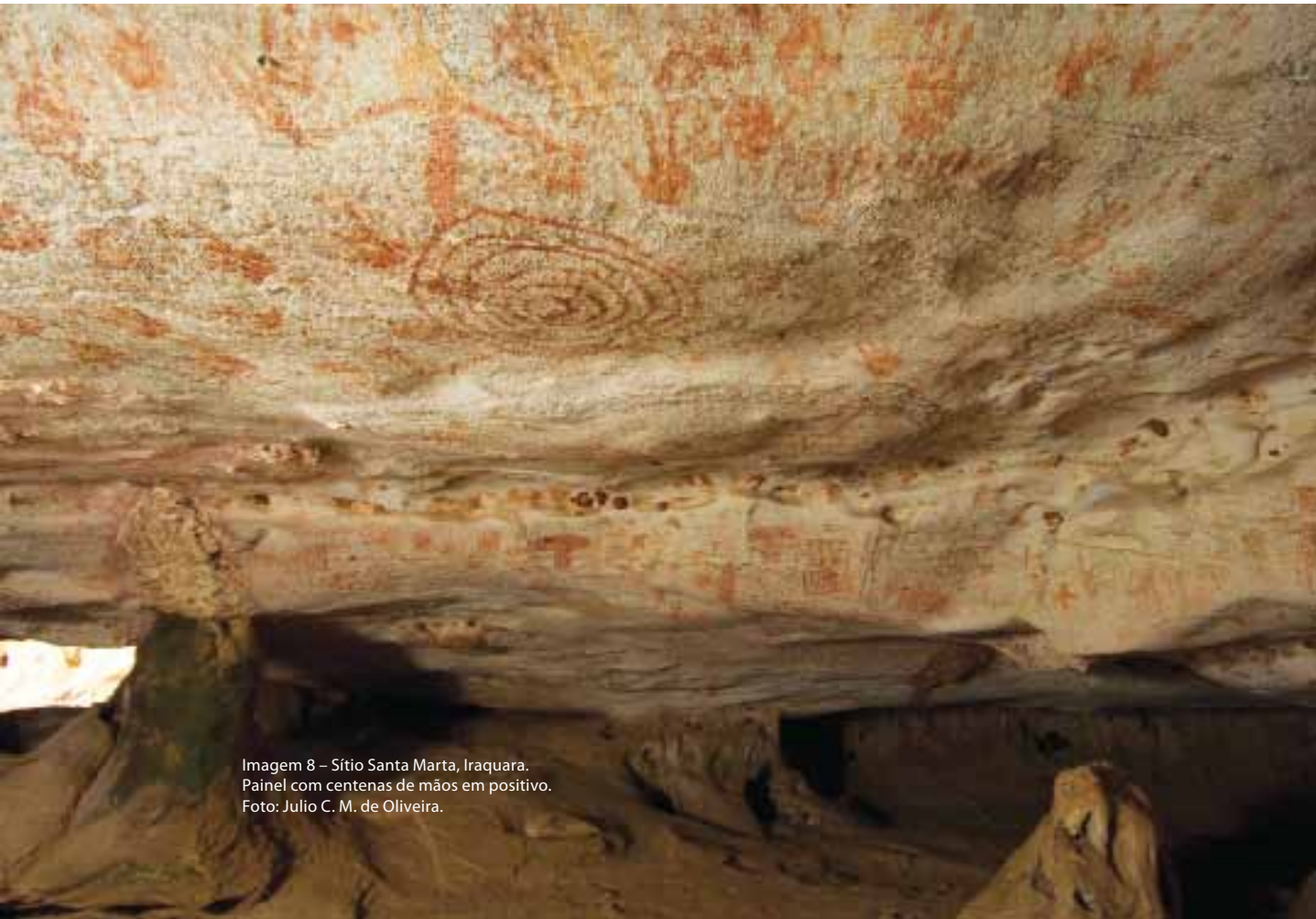


Imagem 8 – Sítio Santa Marta, Iraquara.
Painel com centenas de mãos em positivo.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

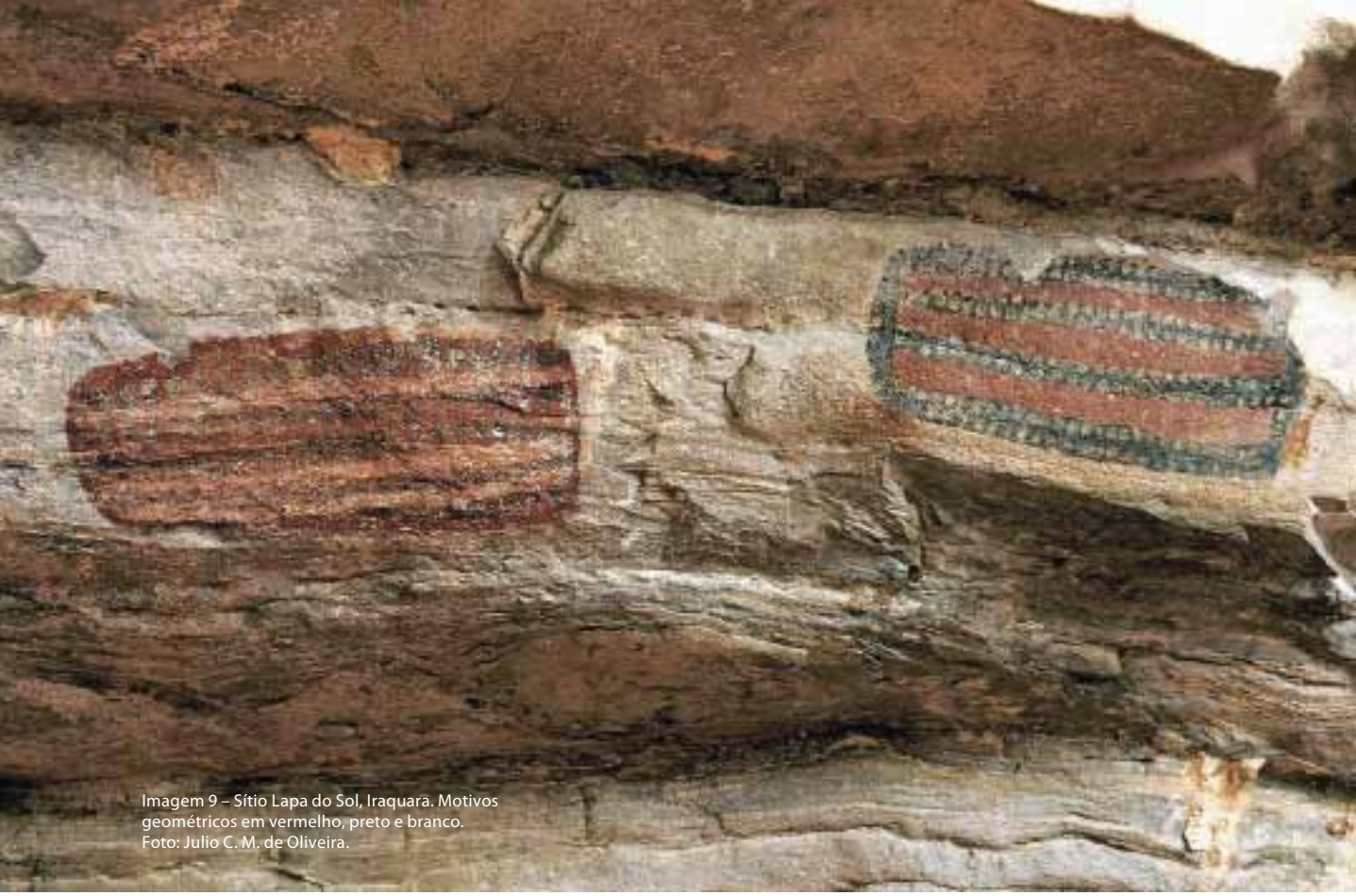


Imagem 9 – Sítio Lapa do Sol, Iraquara. Motivos geométricos em vermelho, preto e branco.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 10 – Sítio Lapa do Sol, Iraquara. Elementos gráficos antropomorfos e pontiformes.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Com relação aos exemplos de sítios de pintura sobre granito podem ser apresentados o caso de Serra Prem, no município de Santa Teresinha, e o de Serrote da Onça, em Monte Santo. As figuras são geométricas, simples, algumas bicromáticas (vermelho e amarelo), representando-se os motivos com uma disposição prevalentemente vertical, aproveitando-se da orientação marcada pela parede rochosa. A irregularidade da estrutura rochosa granítica só permitiu a pintura de traços largos e compridos e motivos relativamente grandes.

Imagem 11 – Sítio Serrote da Onça, Monte Santo. Painel com grafismos geométricos lineares. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Em território baiano, as gravuras têm ocorrência consideravelmente menor que as pinturas. Elas aparecem principalmente sobre arenitos e calcários, mas nunca sobre granitos. Um dos exemplos mais notáveis de gruta com paredes gravadas é o de Moita dos Porcos, em Caetité, onde foram trabalhados grafismos pelas técnicas de incisão por fricção e, posteriormente, de retoque por polimento. Os motivos, muito marcados e profundos, são todos geométricos, predominantemente retos e verticais, havendo alguns curvos e outros côncavos semiesféricos (ETCHEVARNE, 2007, p. 243).

Em Curaçá, no norte do estado da Bahia, sobre o Rio São Francisco, existem exemplos de sítios sobre calcário em que foram executados motivos geométricos gravados, em diferentes períodos. Posteriormente foram realizadas pinturas, algumas das quais não são mais do que preenchimentos dos espaços já gravados, especialmente as depressões semiesféricas. A superposição de figuras demonstra que houve, pelo menos, cinco momentos de grafismos, entre pinturas e gravuras. O último momento gráfico corresponde a pequenas composições, efetuadas com a técnica de *crayon* preto, feitas possivelmente com carvão vegetal, motivos que também são encontrados em outros sítios da Bahia, superpondo-se a outras pinturas, ou seja, no mesmo posicionamento cronológico.

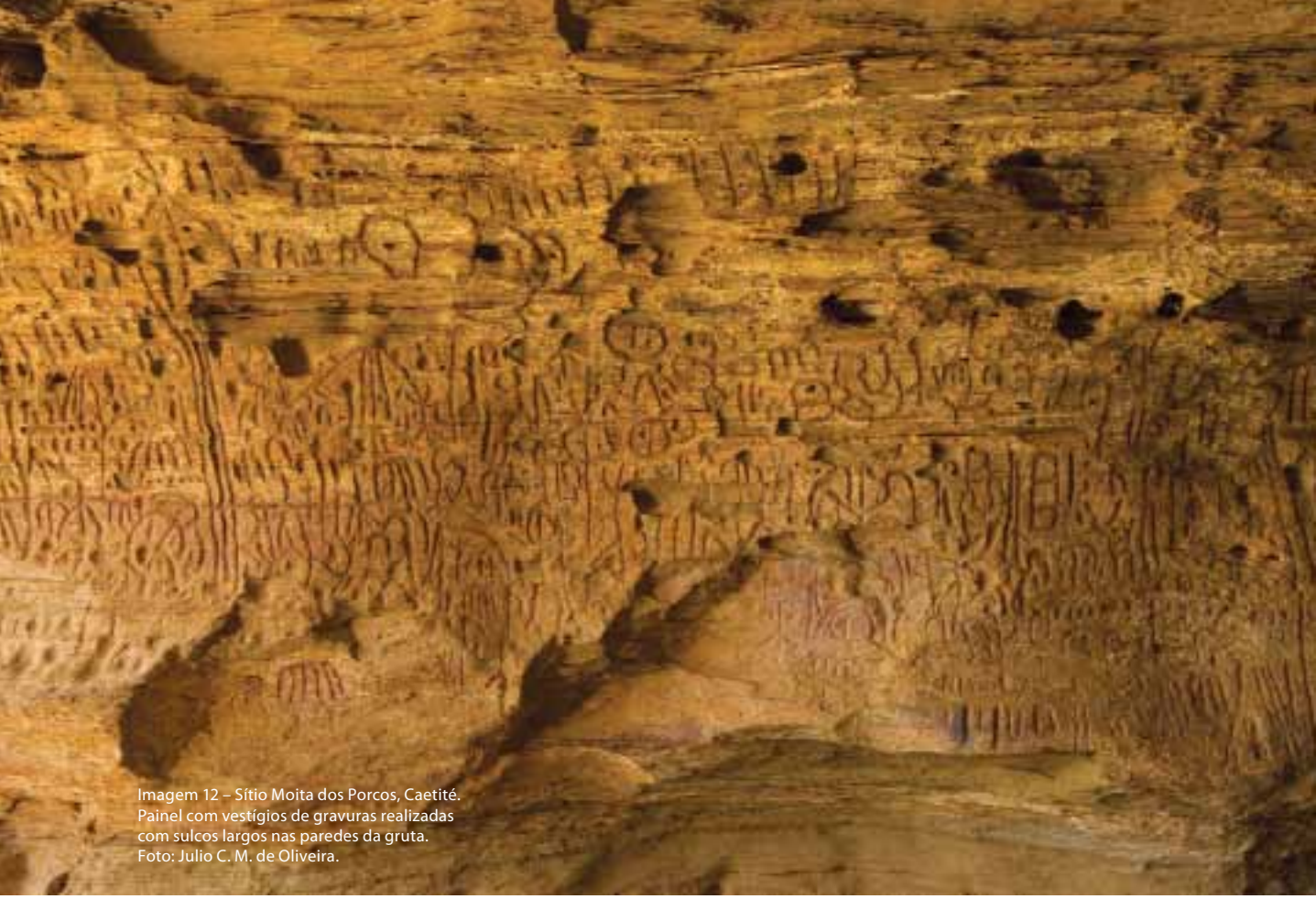


Imagem 12 – Sítio Moita dos Porcos, Caetité. Painel com vestígios de gravuras realizadas com sulcos largos nas paredes da gruta. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 13 – Sítio Serrote do Velho Chico, Curaçá. Painel com superposições de pinturas e gravuras geométricas e figuras zoomoorfas e antropomorfas sintetizadas. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

GRAVURAS EM LAJEDOS NA BAHIA

As gravuras em suportes horizontais são uma das possibilidades de situação topográfica deste tipo de registro gráfico, além da sua existência em blocos no solo de habitação e nas paredes de abrigos (ETCHEVARNE, 2007, p. 101).

Em decorrência das recentes pesquisas do grupo Bahia Arqueológica e da maior divulgação da existência de lajedos gravados, tem-se, até o momento, a informação de quatro lajedos com gravuras pré-coloniais no estado da Bahia: sítio Lajedo Bordado, em Morro do Chapéu; sítio Fazenda Caraibeiras I, em Santa Brígida; sítio Sodrelândia, em Ipupiara, e sítio Cais 2, em Brotas de Macaúbas. Estes sítios, além de apresentar a mesma situação topográfica, são lajedos de rochas areníticas silicificadas próximos a cursos d'água.

No município de Ipupiara existe um grande lajedo, trata-se do sítio Sodrelândia, localizado no povoado do mesmo nome. O sítio apresenta grande potencial para estudo, com uma grande área gravada nas dimensões de 37,5 m x 36,2 m. Apresenta figuras geométricas, especialmente as de linhas curvas, feitas por picoteamento sobre lajedo de arenito silicificado (ETCHEVARNE, 2007, p. 102–114). O local serve como um açude, sendo utilizado por lavadeiras, o que acarreta o desgaste do suporte rochoso em virtude dos componentes químicos encontrados nos produtos de limpeza.

Imagem 14 – Sítio Cais 2, Brotas de Macaúbas. Gravuras geométricas em suporte de arenito, distribuídas ao longo do lajedo. Foto: Alvandyr Bezerra.

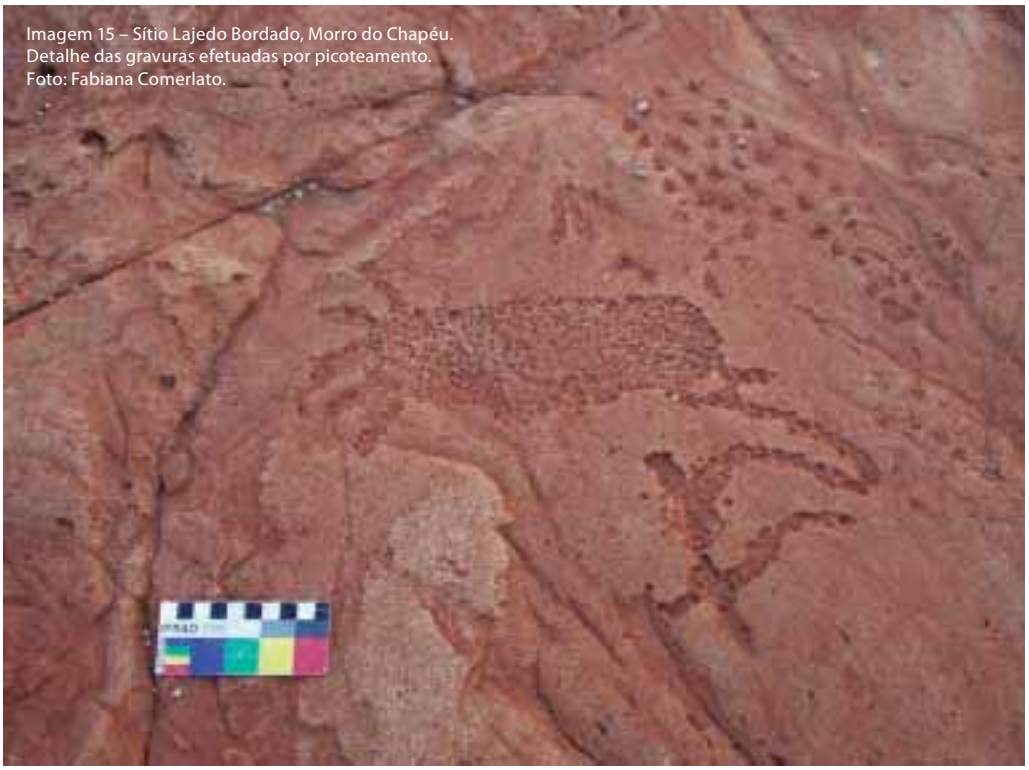


Imagem 15 – Sítio Lajedo Bordado, Morro do Chapéu.
Detalhe das gravuras efetuadas por picoteamento.
Foto: Fabiana Comerlato.

O sítio Cais 2, localizado no município de Brotas de Macaúbas, trata-se de um lajedo gravado com aproximadamente 7m x 14m dentro de um vale, com áreas expostas e outras cobertas por sedimento e vegetação. As gravuras formam figuras geométricas e foram executadas pela técnica da raspagem e do picoteamento (ETCHEVARNE, 2008).

Ainda no âmbito dos lajedos, um caso interessante foi identificado em uma área de instalação de uma mineradora que fica nas proximidades do riacho Gatona, na localidade de Brejinho, no distrito de Brejo da Mata, município de Sento Sé, projetada para a extração de quartzito da cor preta com aspecto ornamental. A área prospectada, denominada de Brejinho, é considerada um brejo sob a influência do riacho Gatona (COMERLATO, 2008, p. 7-8), uma área baixa e úmida protegida por elevações de quartzito, como se fossem "ilhas de umidade". Estas "ilhas verdes" são setores úmidos no domínio do semiárido, com solos mais férteis; o brejo pode ser considerado um "enclave tropical no semiárido" (MARTÍN, 1999, p. 50-51). Neste local foi encontrada uma pintura rupestre, em vermelho, identificada como uma figura geométrica realizada em suporte horizontal. Este evento é bastante raro já que, com a ação das intempéries, principalmente da água das chuvas, uma pintura dificilmente se preservaria por tanto tempo, sendo esta ocorrência – isolada até o momento – o primeiro caso de pintura rupestre em lajedo a céu aberto na Bahia. É importante a documentação desta de forma detalhada, já que o seu suporte (lajedo) sofre com o processo natural de desprendimento de placas (COMERLATO, 2008, p. 28).

O sítio Lajedo Bordado, no município de Morro do Chapéu, na parte setentrional da Chapada Diamantina; e o sítio Fazenda Caraibeiras I, no município de Santa Brígida, nordeste do estado, foram alvo de pesquisa sistemática com o levantamento de suas representações rupestres (COMERLATO, 2007).

O sítio Lajedo Bordado é o maior sítio de gravuras rupestres conhecido no estado da Bahia, está localizado na margem esquerda do Rio Salitre, dispondo de cinco áreas gravadas, dentre as quais a maior e mais bem preservada conta com uma superfície de 1.200 m^2. Nesta área de maior concentração de figuras, a densidade de imagens gravadas chega a 100 por metro quadrado de lajedo.

Em uma superfície quase horizontal, apresentando pouca inclinação em direção ao rio (entre 0º a 14º), foram realizadas gravuras através do picoteamento, aparecendo raros casos de raspagem da rocha arenítica.

A temática representada pode ser classificada em 13 grupos de tipos ou formas principais: tipo A – pontos, cúpulas e sulcos; tipo B – circunferências; tipo C – linhas retas; tipo D – linhas curvas e onduladas; tipo E – linhas retas convergentes; tipo F – áreas cheias; tipo G – linhas retas paralelas em ângulo agudo e obtuso com reflexão de espelho; tipo H – sáurios; tipo I – pegadas de aves; tipo J – pegadas de mamíferos; tipo K – representações humanas segmentadas; tipo L – instrumentos, e tipo M – outros.

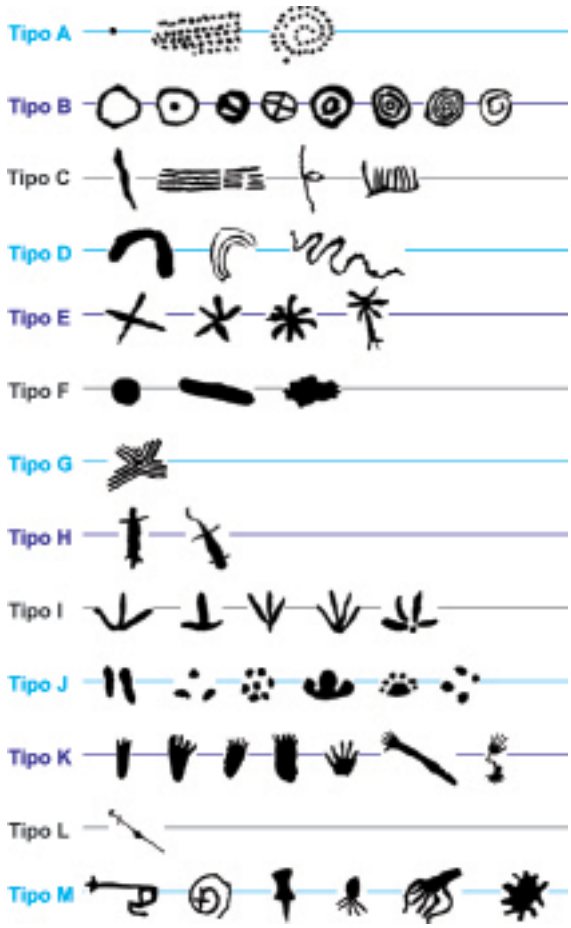


Imagem 16 – Categorias de representação do sítio Lajedo Bordado.
Cópia digital: Fabiana Comerlato

As técnicas gráficas identificadas foram as repetições de tipos em conjuntos gráficos e a translação na forma de alinhamentos, como no caso das pegadas em mais de um local. Foi verificado o aproveitamento do suporte, a exemplo das linhas de fraturas que serviram de referência para a confecção de algumas gravuras.

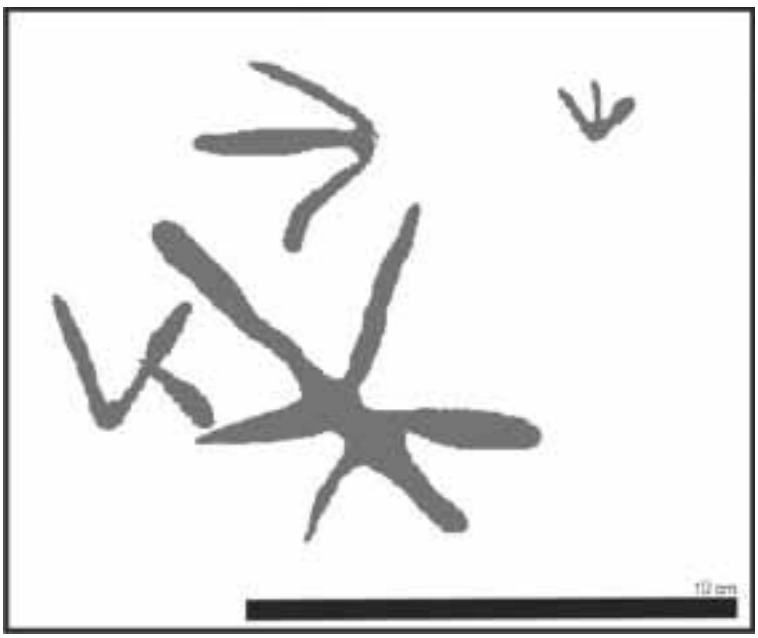


Imagem 17 – Conjunto de pegadas de aves ou tridígitos, sítio Lajedo Bordado.
Cópia digital: Fabiana Comerlato

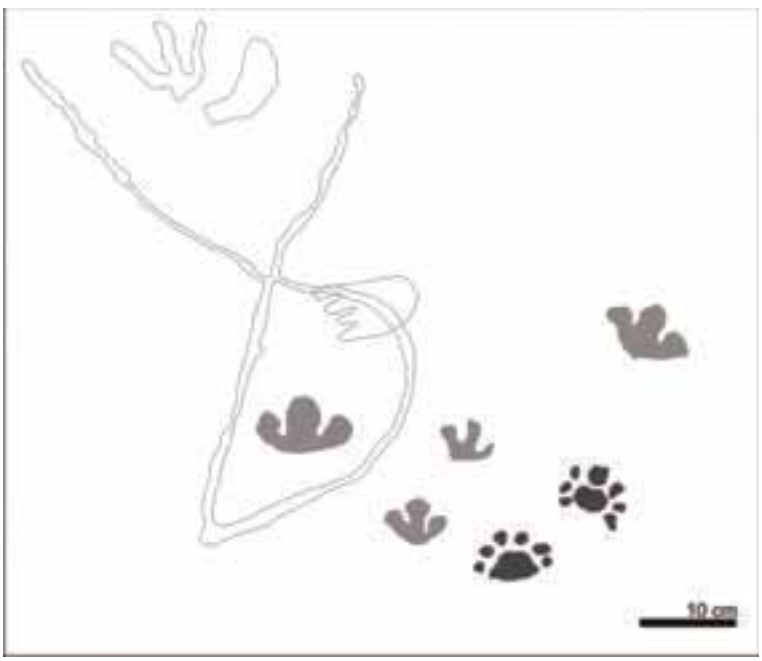


Imagem 18 – Conjunto de pegadas de felinos, sítio Lajedo Bordado.
Cópia digital: Fabiana Comerlato

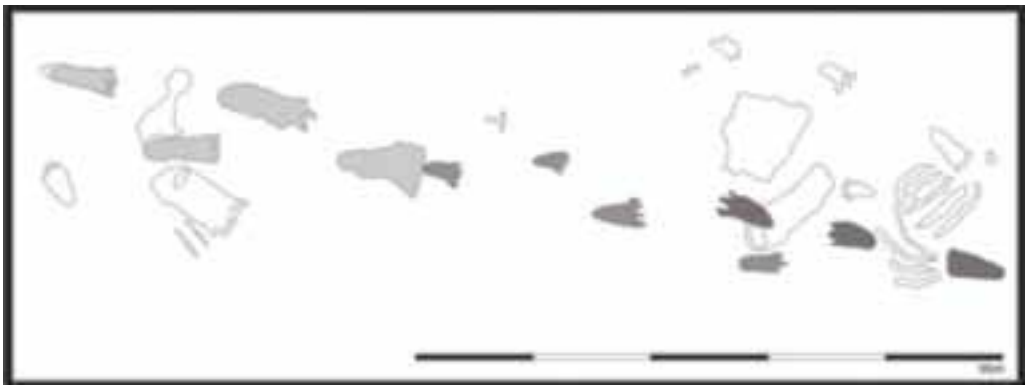


Imagem 19 – Alinhamento com pés humanos, o conjunto à direita está em direção oposta às pegadas da esquerda, sítio Lajedo Bordado.
Cópia digital: Fabiana Comerlato

A visualização do sítio não acontece nas áreas baixas; a área melhor preservada é vista da parte superior da serra. O Rio Salitre e a serra (localidade conhecida como Vermelho) apresentam uma relação de proximidade com o lajedo. A melhor área preservada do sítio destaca-se na paisagem de caatinga vista de cima da serra, somente neste caso há percepção pontual. A visibilidade do sítio limita-se à vegetação circundante, ao rio e à serra a leste. O ponto notável da paisagem é a serra; a nordeste avista-se o limite desta área elevada.

Imagem 20 – Área principal do Lajedo Bordado vista do topo da serra.
Foto: Fabiana Comerlato.

A visualização das gravuras depende do rio. Na época das cheias, o lajedo quase desaparece por inteiro, basta compararmos o Lajedo Bordado durante a época de seca e na estação de chuvas intensas. Esta diferenciação entre a estação chuvosa e a seca leva a supor que, no passado, pudesse existir uma utilização diferenciada da área, dependendo da época do ano.

Imagem 21 – Situação do Lajedo Bordado na época de estação seca. Foto: Fabiana Comerlato.

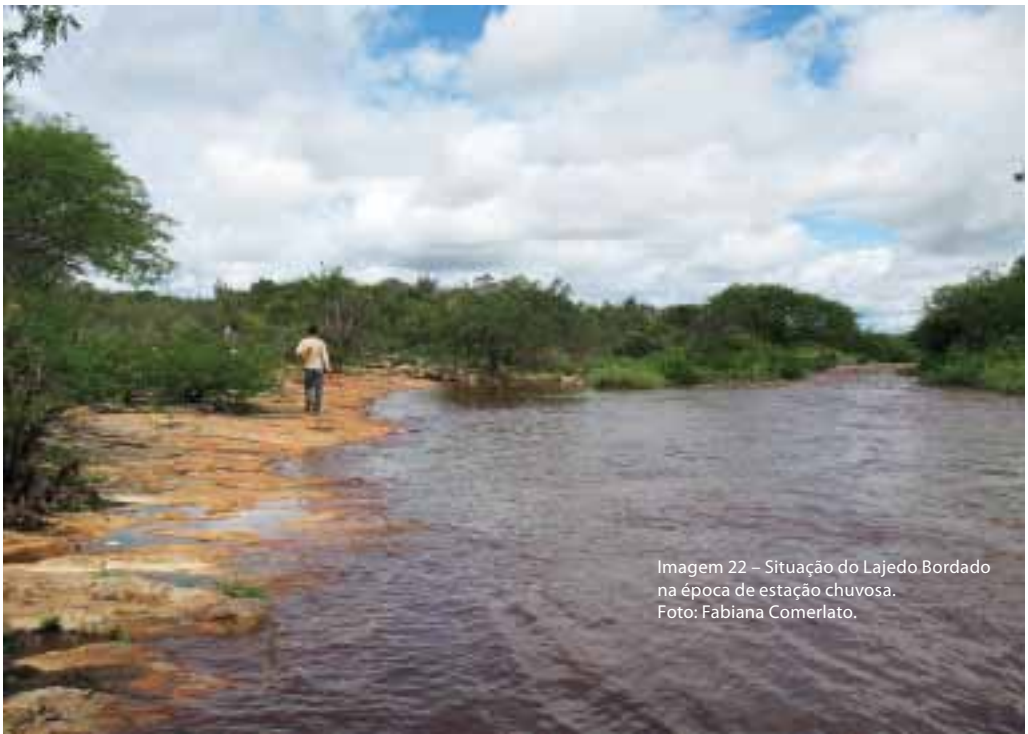


Imagem 22 – Situação do Lajedo Bordado na época de estação chuvosa. Foto: Fabiana Comerlato.

O sítio Fazenda Caraibeiras I, localizado no município de Santa Brígida, caracteriza-se por duas áreas gravadas em um lajedo com caldeirões que servem como reservatório d'água. Uma das áreas tem 83,7m^2 e a outra, 193,2m^2, distantes entre si 35m. Das 122 gravuras registradas no lajedo, quase que a totalidade foi feita pela técnica do picoteamento. A declividade do lajedo é pouca, oferecendo uma superfície praticamente horizontal (0º a 4º).

Quanto ao estado de conservação, a área sofre a ação direta de agentes naturais e a ação indireta de agentes antrópicos. Os agentes de alteração naturais são o intemperismo pela ação da água na época de chuvas e o consequente crescimento de líquens. O caminho que corta o sítio ao meio permite o constante pisoteamento das gravuras por parte do homem e dos animais, sendo um agente de alteração antrópico indireto, já que não é uma alteração intencional do sítio por parte da população.

As gravuras dispostas no lajedo foram feitas, em sua quase totalidade, por picoteamento. O caso em que se verificou a técnica de raspagem foi no rebaixamento de uma área cheia, formando uma gravura com duas profundidades. A existência destas áreas, similares a pilões, nos faz pensar em uma utilização das áreas gravadas para processamento de sementes, grãos ou outros elementos vegetais.

Imagem 23 – Gravura feita por picoteamento,
área I do sítio Fazenda Caraibeiras I.
Foto: Fabiana Comerlato.

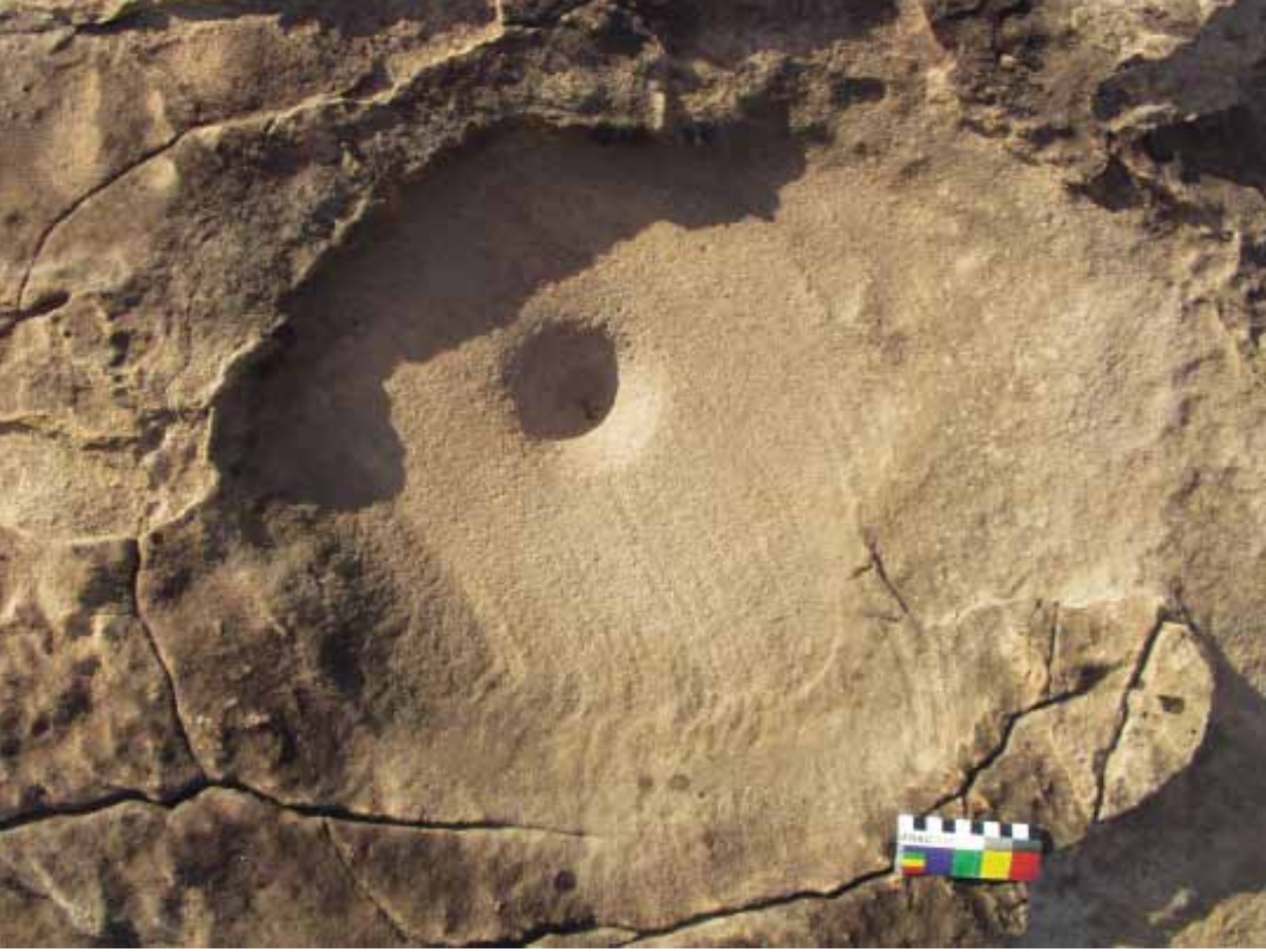


Imagem 24 – Pilão com área rebaixada por raspagem,
área II do sítio Fazenda Caraibeiras I.
Foto: Fabiana Comerlato.

A partir do estudo das formas das gravuras rupestres, foram estabelecidos seis grupos de tipos principais: tipo A – pontos, cúpulas e pilões; tipo B – circunferências; tipo C – figuras circulares, ovais e arredondadas; tipo D – linhas; tipo E – outras figuras simples, e tipo F – outras figuras complexas. Ao analisar as categorias de representação, percebe-se, a partir do Gráfico 1, que quase metade das figuras é de cúpulas, pontos e pilões, totalizando 47,54% do total. Se contadas todas as figuras dos tipos A e B têm-se 71,31% do total de gravuras do sítio. Outro dado observado é que os 28,69% de gravuras dos tipos C, D, E e F apresentam formas arredondadas, sem apresentar ângulos retos. Isto demonstra que a tendência ao arredondamento das figuras e a preferência por formas circulares é uma característica marcante do sítio Fazenda Caraibeiras I. Comparativamente, esta temática de cúpulas, figuras circulares e sinuosas também aparece em quantidade na região do Baixo São Francisco (SILVA, 1997, p. 9).

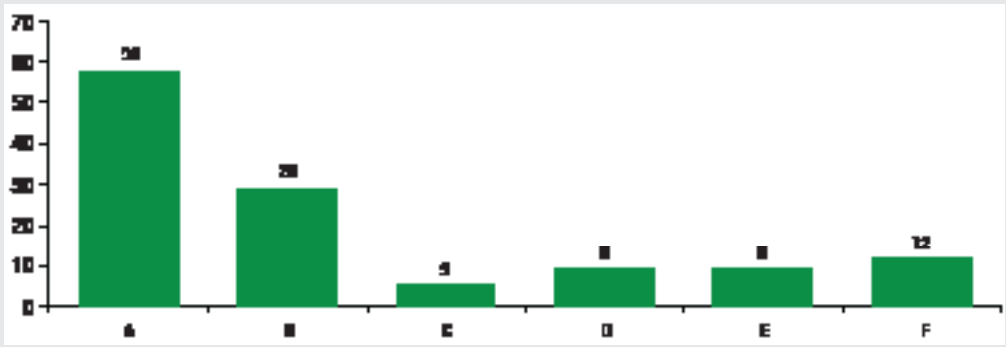


Gráfico 1
Quantidade de representações rupestres separadas por categorias

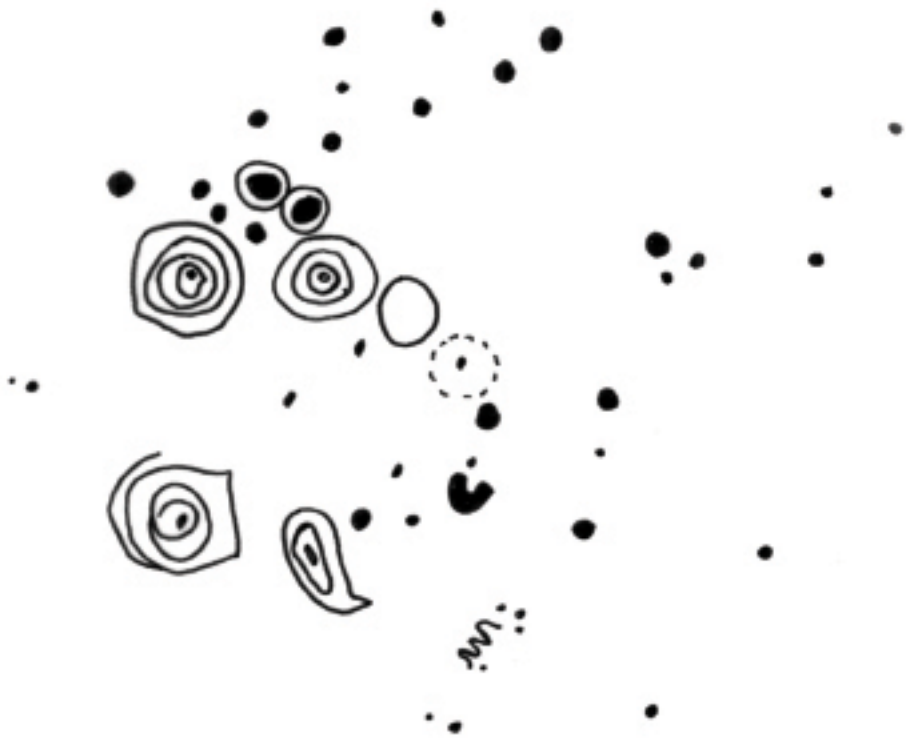


Imagem 25 – Croqui de conjunto gráfico do sítio
Fazenda Caraibeiras I, sem escala.
Desenho: Carlos Costa.

Em relação às técnicas gráficas, existe uma tendência de disposição das cúpulas de maneira circular, um destes casos é bem evidente na área I, formando um semicírculo de cúpulas com tamanhos similares. Outro aspecto relevante é o aproveitamento do suporte para a realização dos pilões. Na área II foram feitos em locais escolhidos pela sua forma naturalmente arredondada e estão localizados mais próximos da área de acumulação d'água do que os outros conjuntos gráficos de gravuras.

A visualização do sítio é baixa, pela área ser bastante plana. Provavelmente, era uma área de atração para as populações pré-coloniais, visto ser um reservatório natural de água em uma área plana com vegetação de caatinga. Quanto à reconstituição do ambiente, deve-se fazer uma ressalva, já que o clima, no passado, deveria ser mais úmido e com uma cobertura vegetal mais densa. A partir do sítio, o ponto marcante no território que se tem visibilidade está a sudoeste, trata-se da Serra do Boqueirão Grande.

Com base nos estudos já realizados, destacam-se algumas características comuns aos sítios de lajedos. Primeiro, a relação espacial dos sítios e da água, confirmando o padrão já identificado para outras áreas do Nordeste (MARTÍN, 1999, p. 298). O sítio Lajedo Bordado está situado na margem esquerda do Rio Salitre, as gravuras apresentam-se dispostas de forma longitudinal ao rio, em concentrações identificadas através de cinco áreas gravadas. O sítio Fazenda Caraibeiras I está situado em um lajedo com depressões ovais e circulares, denominadas de "caldeirões", que armazenam a água da chuva. Apesar de estar em regiões diferentes e ambientes distintos, a proximidade dos sítios com a água é constante. A escolha da utilização específica destes locais deve ter sido condicionada pela presença imediata de água, visto que, para habitação, estes espaços não proporcionam proteção contra os agentes intempéricos (ETCHEVARNE, 2007, p. 106).

Um segundo aspecto comum aos sítios é a condição do pesquisador perante o seu objeto de pesquisa imposta pela horizontalidade dos suportes – lajedos rupestres em áreas de secas periódicas. Neste caso, o pesquisador não está somente olhando para as gravuras, ele se encontra entre elas quando as observa. Isto significa dizer que o campo visual, tanto do pesquisador como do executor das gravuras, precisou adequar-se ao plano horizontal. Ainda no campo da execução das gravuras, a noção de campo manual não é válida para se entender como foram ordenadas as figuras, apesar de se poder reconhecer conjuntos gráficos, não é possível reconhecer um campo manual quando da realização de gravuras ou pinturas na horizontal.

Outra possibilidade investigativa é o estudo comparativo entre sítios de pintura e gravura, dada a semelhança de figuras geométricas atribuídas à Tradição São Francisco e de unidade estilística astronômica como as figuras geométricas dos sítios gravados. Isto aponta para a existência de um horizonte tecnológico de representação gráfica que seria compartilhado por várias sociedades (ETCHEVARNE, 2007, p. 37).

GRAFISMOS DO PIEMONTE DA CHAPADA DIAMANTINA. UM EXEMPLO DE ABORDAGEM INTERPRETATIVA

Os sítios de representações rupestres do extremo norte da Chapada Diamantina, Bahia, na região geograficamente conhecida como Piemonte da Chapada, têm apresentado um grande potencial para os estudos arqueológicos. Tal área, que abrange os municípios de Caém, Campo Grande, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba e Saúde, está circunscrita nas feições geológicas denominadas como Serra do Tombador (que, apesar do nome, refere-se a uma *cuesta*) e Serra de Jacobina (SAMPAIO et al., 2001).

A conformação geomorfológica desta região oferece diferentes ambientes – seja de transição entre chapada e planície, de divisão de planície por serra, ou mesmo de fundos de vales –, de maneira a apresentar diferentes situações topográficas favoráveis a significativas mudanças de recursos do meio de uma área para outra (fauna, flora, recursos hídricos, recursos geológicos, solo etc.). Possivelmente, tais mudanças ambientais, promovidas pela topografia do território, impunham às populações pré-coloniais a necessidade de adoção de sistemas adaptativos adequados às diferentes regiões, seja para obtenção de recursos ou para utilização de espaços para ocupação.

Em tais serras, estudos arqueológicos realizados sistematicamente desde 2007 (COSTA, 2010; ETCHEVARNE, 2007) permitiram a localização de aproximadamente meia centena de sítios de pinturas rupestres, identificados no alto da Chapada, na meia encosta de serras, na base das serras e no fundo de vales, o que demonstra a grande mobilidade dos grupos que ocuparam esta região. Embora tais sítios não expressem a suntuosidade estética verificada em sítios da Chapada Diamantina Central, são importantes e singulares para a discussão dos sistemas adaptativos propalados e, consequentemente, a constituição de contextos sociais.

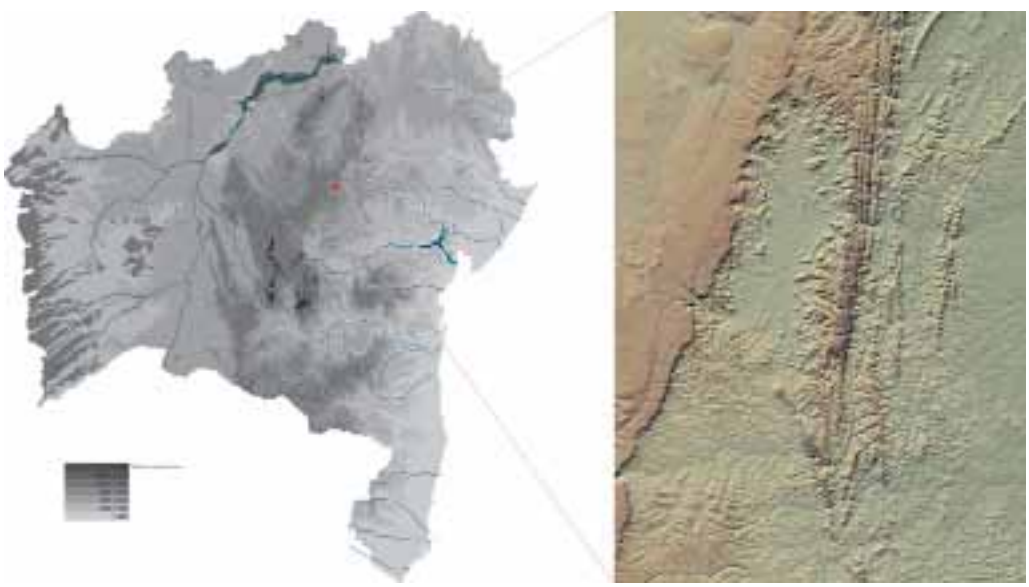


Imagem 26 – Região Piemonte da Chapada Diamantina no contexto do estado da Bahia: na imagem aérea, a *cuesta* à esquerda corresponde à Serra do Tombador; a serra na porção centro/direita à Serra de Jacobina. Imagem: Relevo SRTM da Embrapa

Imagem 27 – Abrigo do sítio Pé de Serra.
Foto: Carlos Costa.

Imagem 28 – Toca do Complexo Tombador.
Foto: Carlos Costa.

Imagem 29 – Matacão em que se encontra o sítio Pilões.
Foto: Carlos Costa.

Imagem 30 – Parede com grafismos pintados no sítio Bananeiras.
Foto: Carlos Costa.

As situações nas quais se encontram as pinturas são diversas. No que diz respeito aos locais de confecção, elas são identificadas em abrigos, tocas, matacões e paredes, todos de formação geológica natural. Trata-se de espaços modelados ao longo de milênios pelas diferentes forças intempéricas (temperatura, chuva, vento, umidade, calor, infiltração, erosão etc.), que resultam em arquiteturas naturais que viriam a ser ocupadas pelo homem para diferentes usos culturais, a exemplo de rituais, moradias temporárias e caça.

Se, por um lado, temos nesta região uma diversidade de formas para os locais escolhidos para a pintura, não muito diferentes são as composições das rochas selecionadas como suportes, uma vez que as representações são encontradas em rochas como arenito, quartzito, granito, calcário e conglomerado de seixos.

Não obstante a topografia, a forma dos sítios e a composição pétrea do suporte, o próprio agenciamento interno das pinturas também demonstra certas especificidades no uso dos espaços. Pinturas são identificadas em setores correspondentes a tetos e a paredes, em painéis que podem estar visíveis logo na chega dos espaços, parcialmente visíveis ou escondidos. Ademais, tais pinturas apresentam padrões gráficos específicos, que sugerem se tratar de códigos culturalmente estabelecidos, com formas precisas de apresentação.

Acerca deste último aspecto, a forma de apresentação, no que diz respeito ao conjunto de dados disponíveis sobre a Serra do Tombador e a Serra de Jacobina, percebem-se as especificidades gráficas, verificadas a partir da recorrência de signos pintados. Estas são indicativas de padrões específicos de ocupação, relacionados tanto à escolha da área quanto à forma de representar.

Ganha destaque nesta região a imensa quantidade de representações de signos geométricos, que chega a corresponder a quase 95% das pinturas, especificamente feitos com o uso dos dedos, nas cores vermelha (predominantemente), amarela e/ou preta. Complementa esta informação o fato de estes signos geométricos apresentarem uma grande recorrência de motivos que sugerem a existência de uma linguagem gráfica específica, o que se pode chamar de uma "gramática decorativa" comum à região Piemonte da Chapada Diamantina. Os signos que apresentam maior recorrência são: 1) linhas verticais paralelas, unidas por uma linha horizontal na parte superior, semelhante a um pente; 2) retângulo com as extremidades arredondadas, subdividido por linhas verticais; 3) linhas paralelas, dispostas na vertical ou na horizontal; 4) linhas formadas por pontos, dispostas uma paralela a outra; 5) círculos concêntricos raiados; 6) círculos abertos formados por linhas; 7) linhas em semicírculos, dispostas paralelamente (em formato de arco-íris); 8) linhas paralelas, dispostas de quatro em quatro barras, separadas por um espaço; 9) pontos desordenados.

Destes nove signos, um deles tem especial destaque no conjunto, especificamente denominado "pente", uma vez que se encontra representado em quase todos os sítios, em muitos deles em situação de destaque. Em alguns casos apresenta-se centralizado na composição dos painéis pictóricos, ou representado em grande quantidade, o que sugere certa emblematicidade conferida a esta representação.

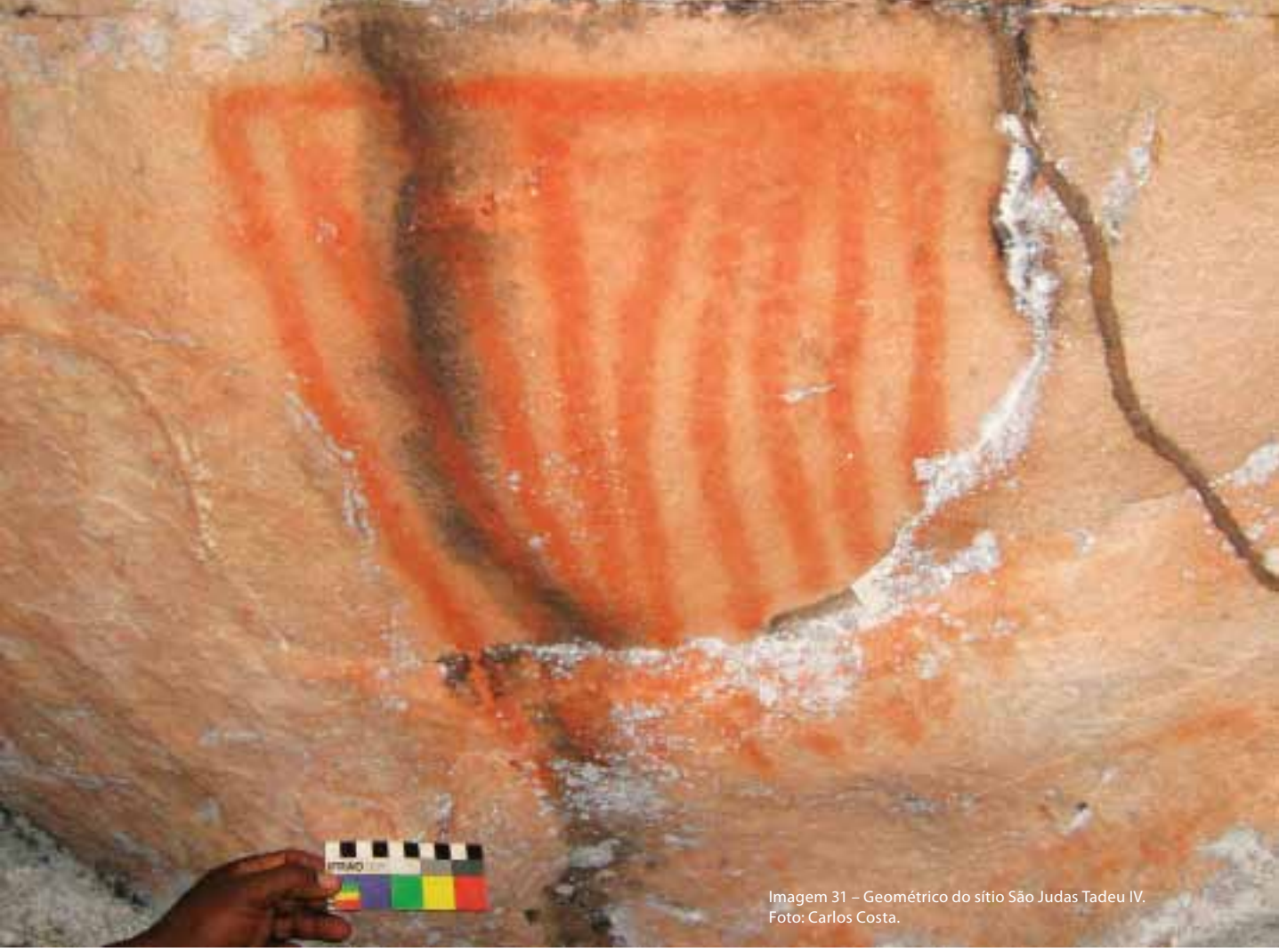


Imagem 31 – Geométrico do sítio São Judas Tadeu IV.
Foto: Carlos Costa.

Imagem 32 – Geométrico do sítio Olho d'Água.
Foto: Carlos Costa.

Imagem 33 – Geométricos do sítio Igrejinha.
Foto: Carlos Costa.

Imagem 34 – Geométricos do sítio Cambaitira I.
Foto: Carlos Costa.

Além da gramática decorativa, existem painéis que apresentam sobreposição de pinturas, nos quais sempre aparecem, como primeiro momento de representação, as pinturas figurativas (antropomorfos, zoomorfos e fitomorfos), seguidas pelos signos geométricos feitos com o uso dos dedos que, por sua vez, estão sob as representações geométricas feitas em *crayon*. Cabe frisar que tal cenário de sobreposições já havia sido indicado por Carlos Etchevarne (2007) para sítios rupestres do território baiano, o que demonstra que estes dados locais são muito importantes para a construção de um cenário arqueológico mais amplo para o estado.

Imagem 35 – Painel do Complexo do Tombador com geométricos sobre figurativos.
Foto: Carlos Costa.

imagem 36 – Zoomorfo de sítio Pedra Pintada.
Foto: Carlos Costa.

Neste contexto de sobreposição, as representações geométricas, para as quais é indicada a existência de uma gramática decorativa comum à região do Piemonte da Chapada, situam-se como momento intermediário de pinturas. Entretanto, isto não significa dizer que este momento intermediário represente apenas um episódio de confecção de representações, na medida em que também existem sobreposições entre signos feitos com esta técnica. Este fato parece sugerir a existência de um lapso temporal de execução desta prática de representação, cuja gramática decorativa parece ter obtido persistência no tempo e no espaço.

Entretanto, cabe observar que a ideia de uma gramática gráfica aqui defendida não diz respeito exclusivamente às pinturas, senão à associação entre as técnicas de disposição e aplicação das representações, os motivos representados, a escolha do suporte e, sobretudo, a distribuição espacial dos sítios no território. Assim, a expressão "gramática gráfica" define códigos gráficos específicos, cujos significados jamais serão decodificados, mas, que irão possibilitar, nos estudos regionais, a caracterização dos territórios particulares de uso de determinadas populações, que tinham como elo comum as representações rupestres que pareciam ter uma persistência no tempo e no espaço.

Como qualquer gramática, um dos princípios que a rege é a da recorrência de ícones idênticos que, associados a outros ícones e dispostos de maneira semelhante em diferentes espaços,

representam ideias iguais. Esta forma de expressão gráfica nos suportes rochosos, entendida como gramática, no plano dos significados, permite três outras considerações que igualmente determinam que os indivíduos que confeccionavam tais motivos teriam: 1) a possibilidade de representação de ideias a partir de códigos gráficos; 2) a possibilidade de transmissão destas ideias para outros indivíduos, e 3) a possibilidade de materialização e propagação das ideias para além de sua permanência física no espaço.

Neste ponto cabe lembrar que esta forma específica de representar com tamanha dispersão na região Piemonte demonstra que esta região detinha contingentes populacionais expressivos, num determinado lapso de tempo. Isto é verificado pela marca (recorrente e com padrões específicos) da passagem destes grupos a partir dos vestígios identificados. Embora as atenções estejam concentradas nas representações rupestres, cabe explicitar que, em última análise, a intenção, ao abordar estes dados, é interpretar culturas, na medida em que se percebe que a maneira de fazer (representar) os motivos gráficos, bem como o que eles formalmente apresentam, expressam escolhas sociais, determinadas por dinâmicas culturais específicas, das quais se detém, unicamente, esta parcela da cultura material.

Não há dúvidas de que as representações do norte da Chapada Diamantina indicam diferentes aspectos de identidades culturais, com certa maleabilidade (dinâmica) e certo grau de resistência (tradição), mas com normas próprias expressas nesta região. Assim, as diferenças gráficas apontam, possivelmente, para episódios de ocupação bem marcados, ocorridos, em alguns casos, diacronicamente.

REFERÊNCIAS

COSTA, Carlos A. S. Sítios de representação rupestre na região Piemonte da Chapada Diamantina, Bahia. In: ENCONTRO DA ANPAP, 19., 2010, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2010. p. 2602–2616.

ETCHEVARNE, Carlos. *Escrito na pedra*: cor, forma e movimento nos registros rupestres do estado da Bahia. Rio de Janeiro: Versal, 2007.

ETCHEVARNE, Carlos (Coord.). *Programa de identificação, proteção e gestão dos sítios arqueológicos de arte rupestre da Chapada Diamantina – BA*. Relatório parcial. Salvador, 2008. Digitado.

COMERLATO, Fabiana. *Estudo metodológico em sítios de gravuras rupestres em lajedos, Bahia*. Salvador: PPGCS/UFBA; MAE/UFBA, abril 2007. Monografia da pesquisa de pós-doutorado júnior.

_____. *Relatório final do diagnóstico e levantamento arqueológico na área destinada a mineração na localidade de Brejinho, distrito de Brejo da Mata, município de Sento Sé, Bahia*. Salvador: MAE/UFBA, 2008. Digitado.

MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil.* 3. ed. atual. Recife: Edufpe, 1999.

SAMPAIO, A. R. et al. (Orgs.). *Programa levantamentos geológicos básicos do Brasil – PLGB.* Jacobina – Folha SC.24-Y-C, estado da Bahia. Escala 1:250.000. Brasília: CPRM/DIEDIG/DEPAT, 2001.

SILVA, Suely G. A. da. *Arte rupestre em Xingó*. Aracaju, SE: UFS, 1997. (Documento, 9).

ARQUEOLOGIA NAS CIDADES COLONIAIS PORTUGUESAS. O EXEMPLO DE SALVADOR

*Carlos Etchevarne**
*Carlos Costa***
*Aurea Tavares****

Nos últimos anos, estudos de Arqueologia vêm sendo desenvolvidos em diferentes cidades brasileiras, proporcionando importantes informações acerca dos processos sócio-históricos formadores desses conjuntos urbanos. De fato, as intervenções arqueológicas, ainda que em muitos casos sejam ocasionadas pela necessidade inerente às obras de engenharia ou de arquitetura de grande porte, estão multiplicando-se e tornando-se parte constitutiva de toda obra de restauração ou de revitalização de partes urbanas degradadas. Como consequência, vem à luz um conjunto de documentos arqueológicos importantes e, ademais, colocam-se à disposição da população contemporânea novos elementos compositivos da geografia urbana, que deverão ser, por parte daquela, apropriados diversamente.

A Arqueologia oferece uma perspectiva diferenciada sobre o espaço socialmente construído, ou seja, aquele território natural que foi historicamente antropizado. A partir disto, pode se deduzir que o objetivo da pesquisa arqueológica é investigar a materialidade das ações humanas e os conteúdos significativos que essa materialidade comportou para os grupos sociais, em qualquer nível de complexidade socioeconômica ou tecnológica. As cidades, como espaços resultantes da longa permanência de grupos humanos, são abordadas por uma especialidade da Arqueologia que, pelo seu próprio objeto de estudo, veio a se adjetivar como *Urbana*.

Na Arqueologia Urbana parte-se do princípio de que as cidades apresentam situações complexas, como resultado de diferentes momentos de ocupação. Isto quer dizer que as urbes conformam um acúmulo coerente de vestígios variados, representativos de um tempo e de um espaço. Esses vestígios (estruturas construídas, modificações topográficas, setores abandonados ou reocupados etc.) testemunham acerca do ritmo particular que adota uma determinada dinâmica urbana.

Assim, os vestígios arqueológicos são elementos físicos concretos que, além de atuar como documentos sociais para o pesquisador, também podem se tornar marcos históricos e referências sociais para a população contemporânea. Mais ainda, poder-se-ia dizer que eles se apresentam hoje com uma carga simbólica de tal magnitude que eles se investem de atributos mnemônicos.

* Doutor pelo Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris). Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); investigador colaborador do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; coordenador do grupo de pesquisa Bahia Arqueológica.

** Doutorando e mestre em Arqueologia pela Universidade de Coimbra. Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); pesquisador bolsista do centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

***Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisadora da área de arqueologia da UFBA.

As cidades fundadas pelos colonizadores portugueses, que em terras brasileiras inauguraram esses núcleos populacionais, tenderam a seguir os modelos de instalações urbanas peninsulares, seguindo determinações da Coroa. Não obstante, devem ser considerados alguns aspectos que condicionaram a implantação desses programas urbanos e que deram como resultado agrupamentos adaptados à realidade colonial. Os primeiros a serem considerados são a natureza do ambiente tropical e a potencialidade de recursos materiais para as construções, que devem ter sido observados, identificados e testados para serem empregados em substituição aos conhecidos.

Em segundo lugar, o relativo controle na aplicabilidade das diretrizes régias, devido à grande distância do poder central e a imensidão dos territórios a serem administrados. Assim pode ser explicada a espontaneidade urbanística de alguns setores da cidade, nas periferias da área central vinculada ao poder local. Os arranjos das construções periféricas, que se inserem na topografia, podem apontar para certa informalidade e descuido na aplicação das regras.

Devem ser ponderados, ainda, outros aspectos sociais e políticos que impuseram a criação de certos equipamentos específicos, como os sistemas defensivos baseados em muralhas e fortificações. De fato, entre os séculos XVI e XIX, Portugal atravessava situações de guerras e alianças com diferentes países europeus, que fizeram sentir seus efeitos na colônia americana. As incursões e diferentes tentativas de invasão holandesa ao Brasil, em momentos da unificação dos dois reinos ibéricos sob a monarquia dos Hasburgo, motivaram a construção de uma linha de fortes, na cidade capital da colônia, que deveria incluí-los articuladamente com os outros espaços urbanos.

Por último, as cidades luso-brasileiras foram laboratórios de experiências multiculturais, tendo em vista que os contingentes populacionais portugueses conviveram, no início, com grupos indígenas e, logo depois, com as levas de africanos de origens étnicas diversas. A relação demográfica destes últimos grupos com os de origem lusitana aponta para uma proporção muito maior, relação esta que se manteve durante os três séculos de colonização. Isso quer dizer que, nas cidades coloniais, existiam espaços em que a convivência era inevitável e até forçada, ainda que houvesse controle social e *status* diferenciados, como em toda sociedade estamentária. Os vestígios arqueológicos que testemunham a presença africana são pouco visíveis em comparação com outros da cultura dominante. Esta situação é condizente com a posição de subordinação sofrida pelos grupos africanos e seus descendentes e com o controle da expressão das suas tradições.

Em uma cidade como Salvador, desenvolvida desde quase o início do período colonial, os traços dos diferentes momentos históricos podem ser detectados pelos elementos subjacentes, sob a forma de estratigrafia no subsolo, ou emergentes, naquilo que hoje se nomeia "cotas positivas", ou seja, o vestigial que sobressai da superfície atual. A superposição de estruturas construtivas é um bom exemplo de vestígios por cima da linha do solo, isto é, da cota zero, que demonstram como a cidade tem mudado, atendendo a circunstâncias específicas das novas demandas sociais.

Os trabalhos de Arqueologia em pleno Centro Histórico de Salvador, por exemplo, tornaram patente a complexidade social da cidade em época colonial. O espaço da área conhecida como Praça da Sé, onde outrora se encontravam a primeira Sé do Brasil e o pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, apresentou, de maneira pontual e objetiva, uma gama de dados sobre o processo geral de consolidação do projeto colonial na capital. Não somente foram evidenciadas as estruturas arquitetônicas dos alicerces desses edifícios (nas suas versões seiscentistas), mas também de outros vestígios de prédios que lhes antecederam (como os alicerces da primitiva igreja jesuítica do século XVI) ou sucederam (a exemplo de algumas fundações das casas de dois quarteirões do início do século XIX).

Imagem 1 – Sítio Igreja da Sé, Salvador. Setor do adro, com vestígios de empedrado da Praça Dona Isabel, de metade do século XIX.
Foto: Francesco Palermo.

Imagem 2 – Sítio Igreja da Sé, Salvador. Setor dos alicerces do altar mor.
Foto: Francesco Palermo.

Imagem 3 – Sítio Igreja da Sé, Salvador. Setor sul, com alicerces do altar mor e das capelas laterais, depois da execução do novo projeto arquitetônico da praça, em 1999. Foto: Francesco Palermo.

Por outro lado, a existência do aproveitamento de espaços abertos (isto é, sem cobertura arquitetônica) foi reconhecida pela sua utilização como área de descarte. E é justamente nesses pontos das cidades que se tem uma fonte informativa das mais importantes, que só a Arqueologia Urbana põe em destaque. De fato, muito do cotidiano de uma sociedade pode ser vislumbrado a partir daquilo que ela descarta, ou seja, do seu próprio lixo. Portanto, as antigas lixeiras da Praça da Sé de Salvador, de tipologias diversas, são depósitos valiosos de restos de objetos que fizeram parte de todas as esferas do cotidiano: fragmentos de peças para produção e consumo de alimentos, para atos de ritualização religiosa e celebrações cívicas, para folguedos e divertimentos, restos de materiais de construção de edifícios, peças que apontam para as atividades do comércio, da vestimenta, do mobiliário, ou equipamentos de defesa e ataque, entre outros. Enfim, peças que contribuem para a reconstrução do *modus vivendi* dos moradores da cidade.

Imagem 4 – Sítio Colégio dos Jesuítas, Salvador. Escavação de uma lixeira na área do Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, com material de cerâmica (faiança portuguesa e cerâmica vidrada). Foto: Carlos Costa.

Imagem 5 – Sítio Igreja da Sé, Salvador. Escudela de faiança portuguesa (início do séc. XVII) . Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 6 – Sítio da Igreja da Sé, Salvador. Prato de faiança portuguesa tipo malagueira, do final do séc. XVI e início do séc. XVII. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

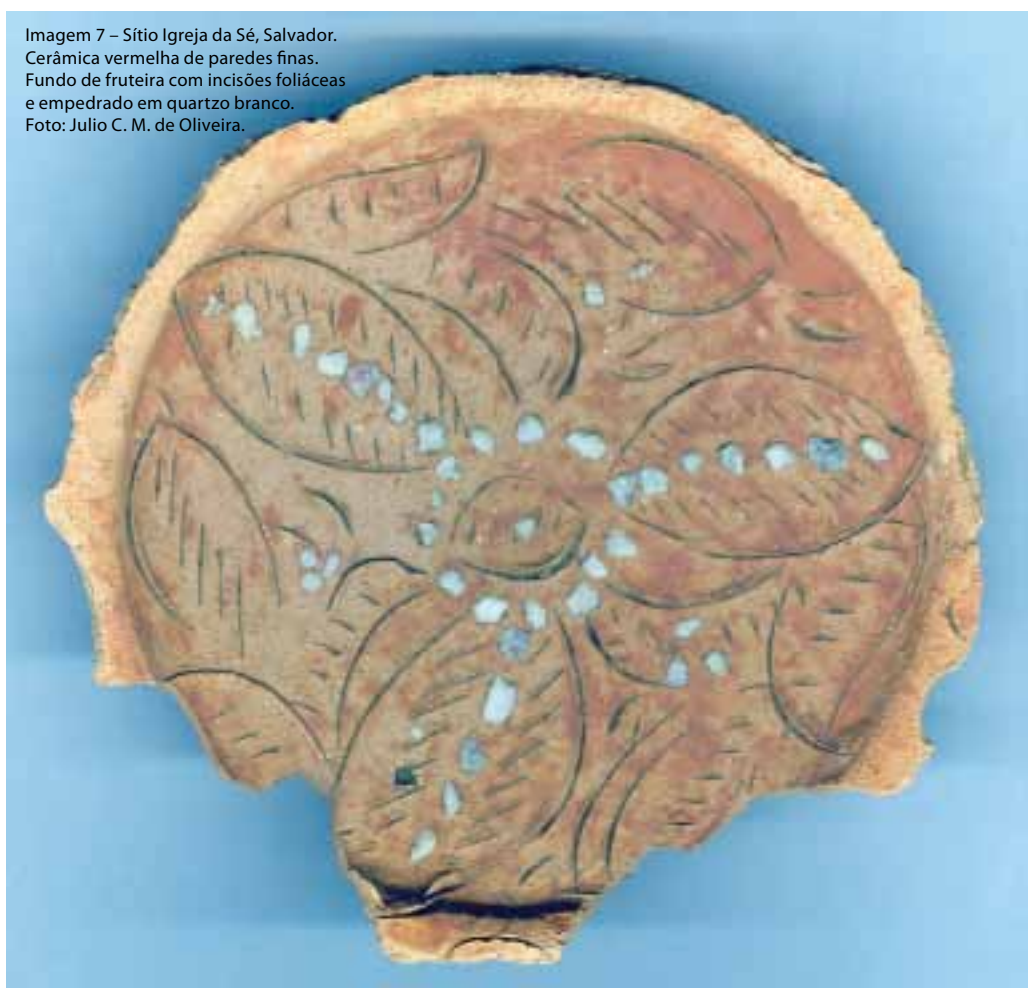


Imagem 7 – Sítio Igreja da Sé, Salvador. Cerâmica vermelha de paredes finas. Fundo de fruteira com incisões foliáceas e empedrado em quartzo branco. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 8 – Sítio Igreja da Sé, Salvador. Fragmento de cerâmica tipo azurro berretino, originária da Ligúria.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

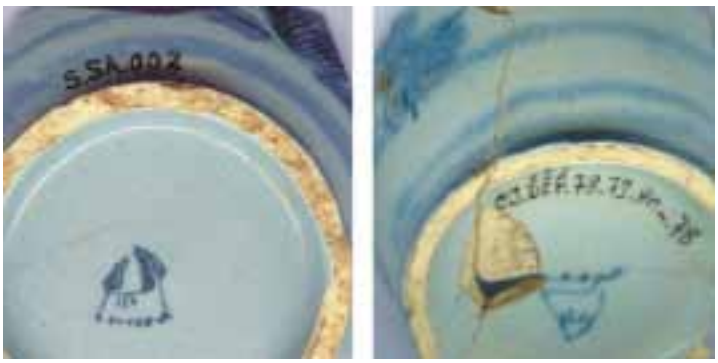


Imagem 9 – Sítio Igreja da Sé, Salvador. Faiança lígure tipo azurro berretino, com marcas de fabricação (séc. XVII).
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 10 – Sítio Igreja da Sé, Salvador. Fragmentos de cerâmica vermelha, com incisões e incrustações de quartzo branco (pedrado), do séc. XVII.
Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Ademais, os trabalhos de escavação nesse sítio colocaram manifestos aspectos sociais característicos da sociedade estamentária colonial, como a hierarquização dos grupos e a composição pluriétnica da população soteropolitana, ao se encontrarem, em um espaço cemiterial, mais de 400 esqueletos, em diferentes graus de integridade. Efetivamente, pelo costume colonial de enterrar os mortos dentro das igrejas ou imediatamente próximo, no adro, segundo sua posição social, podem se estabelecer comparações de formas de deposição dos corpos e de acompanhamentos funerários entre os dois conjuntos de restos esqueletais, conforme se trate de indivíduos inumados na área interna ou externa do templo. Desta forma, o sítio arqueológico da Sé pode ser considerado também um microcosmo, em que se tornam visíveis os componentes que estruturavam a sociedade da cidade soteropolitana nos séculos coloniais.

Imagem 11 – Sítio Igreja da Sé, Salvador. Setor do adro, com vestígios dos sepultamentos, que evidencia não ter existido organização definida no momento da deposição.
Foto: Francesco Palermo.

Dentre os estudos realizados na antiga Igreja da Sé, se insere aquele relativo ao contexto construtivo do templo. Materiais hoje desagregados do contexto construtivo, como tijolos, telhas, cravos e azulejos, mas dispostos em ordem estratigráfica no solo, auxiliaram a entender mudanças ocorridas no antigo templo, configurando-se como excelentes elementos para interpretações de contextos sociais.

ANTIGA IGREJA DA SÉ DE SALVADOR. UM EXEMPLO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA EM CENTRO URBANO COLONIAL

A antiga Igreja da Sé, ao longo de sua existência no contexto urbano de Salvador, entre 1551 a 1933, passou por diferentes momentos construtivos, que alteraram substancialmente sua forma. Para fundação da igreja, que levaria o título de Primaz do Brasil, foi enviado de Portugal uma das principais autoridades eclesiásticas, Dom Pero Fernandes Sardinha, para construir o edifício. Inicialmente, a Igreja da Sé foi erguida com três naves e fachada orientada para a Baía de Todos os Santos. Esta posição fazia com que o prédio da igreja estivesse de costa para a cidade. Entretanto, algumas razões justificam tal posição. Primeiro, a igreja estava situada no ponto mais alto da cidade, que corresponde a uma das normas comuns de instalação das cidades portuguesas, divididas topograficamente em dois polos: um alto, no qual estariam o poder administrativo, eclesiástico, militar e marcial, e na área baixa, toda vida de comércio, manufatura e de atividades pesqueiras. Ademais, justificava a posição o fato de ter um acesso por mar, principal rota de entrada e saída de mercadorias e serviços.

Neste sentido, a localização da Igreja da Sé no alto e à margem da escarpa servia como marco simbólico de domínio do território pelos portugueses, através da presença católica nessas terras. Se, por um lado, estar de costa para a malha urbana e de frente para o mar constituia um elemento emblemático para aqueles que chegavam por mar, por outro, por ser primeiro edifício construído naquele setor urbano, atuou como força motriz de crescimento citadino para o norte da malha urbana inicial. Ou seja, a rigor a cidade estaria crescendo às costas da igreja, mas orientada por ela.

No momento inicial a Igreja da Sé foi construída com três naves de pequenas proporções, iniciada em 1551 e finalizada aproximadamente trinta anos depois. No entanto, sua posição à borda da escarpa viria a se refletir na estrutura do edifício, na medida em que o excessivo peso do prédio, aliado a composição argilosa e desagregada do solo, levariam o templo a apresentar grandes rachaduras, que fizeram que o edifício passasse por reformas. Desta maneira no início do século XVII a Igreja da Sé passaria pela sua primeira transformação, que alteraria substancialmente sua composição: 1) no partido arquitetônico, de três naves para uma, quando igualmente passa a dispor de duas grandes torres, numa fachada barroca; 2) nas dimensões da igreja, ampliada na sua largura; 3) e nas mudanças de materiais, quando setores construídos em taipa são substituídos por tijolos. Materiais construtivos deste primeiro momento da igreja foram identificados nas escavações arqueológicas, feitos com a técnica denominada colonial (Imagem 13, fragmentos de tijolos 1, 2 e 4 e de telhas 2, 3 e 5).

Após a invasão holandesa de 1624, que causou grande estrago na Igreja da Sé, uma vez que este templo foi utilizado como reduto militar, o prédio necessitou de reparos significativos. Tal reforma levaria cerca de 50 anos, que conduziriam a ampliação do edifício também no comprimento, aumentando sua imponência e levando, em 1676, a igreja a ser elevada a Catedral metropolitana. Entretanto, apesar do *status* que detinha, já no início do século XVIII, pelas

Imagem 12 – Fragmento de tijolo da primeira formação da Sé, com marcas, reconstituídas, de carimbo de Cruz de Cristo, utilizada pela Companhia de Jesus. À esquerda, face superior, e, à direita, face inferior (arquivos do Laboratório de Arqueologia da FFCH/UFBA). Foto: Carlos Costa.

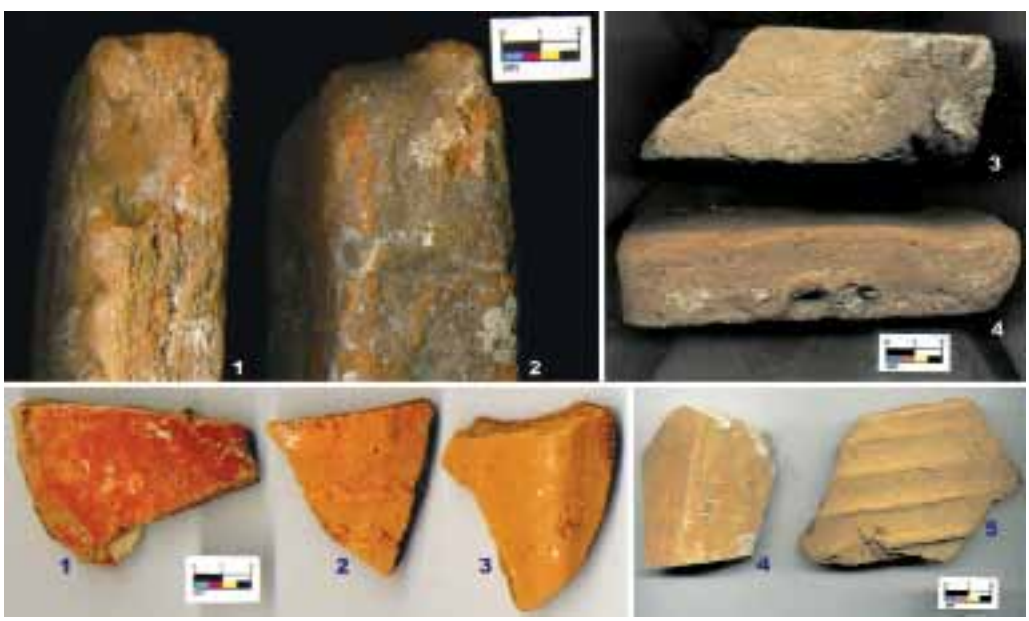


Imagem 13 – Fragmentos de telhas da primeira e segunda formação da Sé (Arquivos do Laboratório de Arqueologia da FFCH/UFBA). Foto: Carlos Costa.

mesmas razões naturais antes apresentadas, a Sé volta a passar por problemas estruturais, que conduziriam à demolição das torres, do frontispício e das ornamentações, com o intuito de tornar a imponente fachada barroca mais leve. Deste momento, tijolos, cravos e telhas oriundos das estruturas das torres foram identificados nas escavações nos fossos abertos para a construção das caixas de escadas das torres da igreja (Imagem 13, fragmento de tijolo 3 e de telhas 1 e 4).

Frente aos problemas estruturais apresentados, nos séculos XVII e XVIII várias obras de contenção da escarpa foram sugeridas e realizadas à frente a igreja, na área do adro: sucessivos aterros, construções, reconstruções e reforços de muralhas ocorreram, com o objetivo de estabilizar os danos estruturais recorrentes no edifício da igreja. Arqueologicamente estas alterações foram identificadas, sejam nos estratos com materiais de diferentes contextos depositados, ou nas construções da Praça Dona Isabel, que correspondia ao espaço dos últimos momentos da Praça Dona Isabel, no adro da igreja.

Imagem 14 – Evolução estratigráfica do interior dos alicerces a escada da torre do sino. a) Após a construção da torre do sino, no século XVII, o fosso aberto para a caixa de escada ficou vazio; b) Com a demolição parcial da torre do sino, no século XVIII, os materiais que compunham sua estrutura caíram no interior do fosso da caixa de escada, preenchendo parte do vazio existente; c) Quando a igreja foi demolida, em 1933, a caixa da torre do sino permaneceu com o fosso preenchido com materiais da antiga torre demolida no século XVIII, acrescida do sedimento que passou a cobrir os remanescentes da igreja. Desenho: Carlos Costa.

No ano de 1933, depois de mais de 20 anos de negociações entre a Arquidiocese, a Prefeitura Municipal e a Companhia Linha Circular de Carris da Bahia, foi assinada a escritura pública de expropriação da Sé, podendo a prefeitura tomar posse do prédio. O documento foi assinado pelo prefeito José Americano da Costa e o arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva, contando com a presença de diretores da Companhia Linha Circular de Carris da Bahia. Assim, fazendo valer o espírito de modernização que pairava na administração da cidade e em certos círculos políticos e intelectuais, em 1933 a Igreja da Sé foi demolida.

Nos 381 anos em que esteve de pé na cidade, isto é, de 1552 a 1933, a Igreja da Sé foi cenário de uma série de acontecimentos demonstrativos da sua relevância ao longo dos séculos. Entre eles: a chegada do primeiro bispo do Brasil, no século XVI; a ocupação holandesa, as missas e os sermões realizados pelo padre Antônio Vieira, no século XVII; os deslizamentos de terra, típicos das encostas de Salvador, que afetaram a igreja e suscitaram a comoção popular, diante do que ela foi objeto, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, de uma série de alterações em sua estrutura; o esforço das Irmandades, sobretudo a do Santíssimo Sacramento, para

Imagem 15 – Fragmentos de azulejos de prédios do entorno da Sé: 1) motivo decorativo de tapete maçaroca policrômico da segunda metade do século XVII; 2) tapete albarrada monocromático do século XVII; 3) fragmento figurativo monocromático do século XVIII; 4) motivo esponjado monocromático do século XVIII; 5) fragmento liso branco dos séculos XVII e XVIII; e 6) elemento figurativo monocromático do século XVII (arquivos do Laboratório de Arqueologia da FFCH/UFBA). Foto: Carlos Costa.

manter a integridade da Sé, durante o século XIX e início do século seguinte; a revolta da sociedade baiana contra a demolição da Sé, nas três primeiras décadas do século XX; dentre outros episódios, a exemplo de batizados, casamentos e enterros, no interior da igreja, de personagens que marcaram a história da cidade, o que acentuou ainda mais o papel da Sé como referência na vida dos cidadãos.

As mudanças construtivas da Sé retratam, fundamentalmente, fatores de ordem social, política, administrativa, religiosa e militar de quatro séculos de história de ocupação europeia no espaço de Salvador. Por outro lado, das escavações arqueológicas e dos estudos dos materiais construtivos coletados resultou uma gama de informações que complementam os dados de caráter histórico. É nessa interface que a pesquisa arqueológica da antiga Igreja da Sé se apoia na fonte historiográfica, para entender as mudanças ocorridas no prédio e em seu entorno, o que, por vezes, justifica a situação específica do espaço escavado.

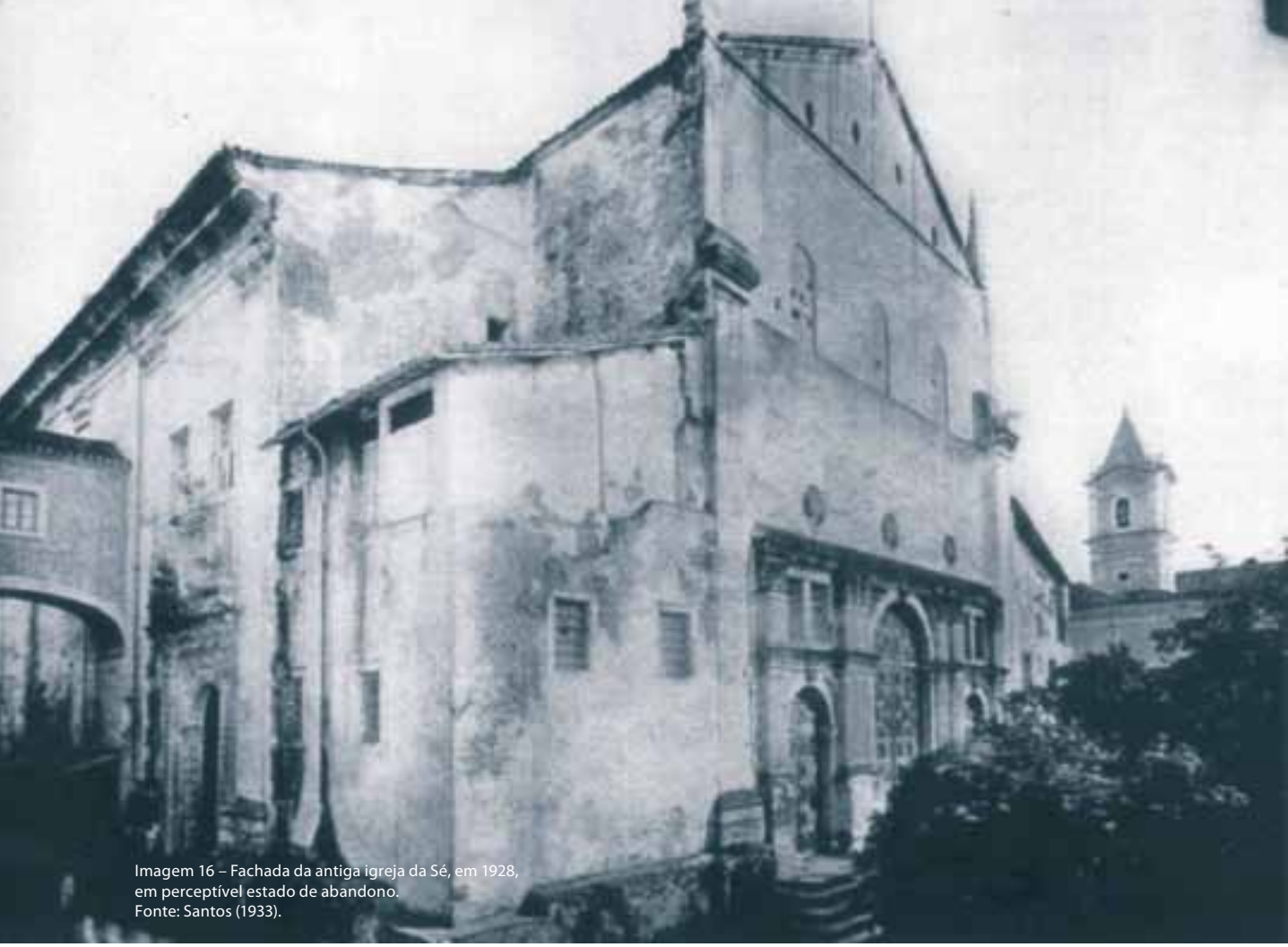


Imagem 16 – Fachada da antiga igreja da Sé, em 1928,
em perceptível estado de abandono.
Fonte: Santos (1933).

Imagem 17 – Demolição da Sé, em 1933, a partir do altar-mór.
Fonte: arquivos da Fundação Gregório de Mattos.

VESTÍGIOS DA PRESENÇA AFRICANA NOS ENTERRAMENTOS DA SÉ

A situação de escravidão a que estavam submetidos os grupos de origem africana fez com que sua presença fosse pouco observada em termos de vestígios arqueológicos. A convivência, especialmente em espaços urbanos, e a supremacia cultural dos europeus parecem ter fomentado práticas culturais pouco visíveis aos olhos do dominador. Desta forma, os vestígios arqueológicos respondem a esta lógica de ocultamento e, só nos últimos tempos, têm começado a se tornar evidentes nas pesquisas.

Durante as escavações efetuadas no perímetro ocupado pela Igreja da Sé, especificamente na área correspondente ao adro do templo, foi localizado um expressivo número de vestígios ósseos humanos que, em muitos casos, mantinham sua conexão anatômica[1]. Acrescenta-se a esse fato uma presença significativa de contas de colares associadas a alguns desses sepultamentos, além de outra grande quantidade espalhada pela referida área. As contas foram reconhecidas, pelo especialista Prof. Valdeloir Rego, como de origem africana, tendo nomes, características e atributos simbólicos específicos nos cultos da mesma origem. Esta confirmação e o fato de os enterramentos se encontrarem em espaço católico permitiram levantar a hipótese de uma duplicidade de práticas religiosas por parte de africanos e seus descendentes. Por esta situação de paralelismo religioso, esses deveriam comungar e realizar os rituais de morte conforme a doutrina católica, enterrando seus mortos em espaço consagrado, sem, no entanto, deixar de utilizar elementos que evocavam diretamente os ritos oriundos de seus países de origem.

A documentação histórica textual contribui para a confirmação da hipótese. O levantamento documental dos livros de registro de óbitos da Sé, do período colonial, mais especificamente da segunda metade do século XVIII até a quarta década do XIX, permitiu verificar a frequência de sepultamentos de negros naquele local. Os dados indicam também a localização espacial do corpo, dentro ou fora da igreja, posição social ou origem do indivíduo morto (condição de escravo, forro ou liberto, qualificação de negro ou pardo e, às vezes, designação étnica, como banto, nagô, entre outros).

A documentação compulsada permitiu entrar em aspectos da religiosidade expressa do indivíduo que deveria ser sepultado. Pedidos específicos quanto à quantidade de missas pela alma, tipo de vestimenta com que deveria ser enterrado, relacionada aos santos de devoção, por exemplo, são elementos que provam a forte influência católica na população negra.

As evidências dos dados arqueológicos e as contas africanas apontam para a confirmação da hipótese de que o negro participou ativamente de sistemas religiosos distintos (o católico e o de origem africana), os quais, ao que tudo indica, não chegaram a se opor enquanto respostas para anseios espirituais. Entretanto, pode-se concluir que também não se uniram

[1] No que tange aos sepultamentos dos mortos, durante o período colonial, era de fundamental importância que estes tivessem como última morada o solo consagrado de uma igreja.

de forma a resultar em uma nova doutrina distinta destes universos religiosos aqui citados. O que pode ser confirmado nesta pesquisa, a partir dos vestígios arqueológicos, e ratificado por documentos históricos, é que o negro foi sepultado em espaço católico, comungando do ritual ali realizado, ao mesmo tempo em que conservou costumes de religiões africanas, as quais são reconhecidas como contas de colares originárias daquele continente.

Imagem 18 – Detalhe de esqueleto com contas de origem africana em torno do pescoço. Foto: Francesco Palermo.

Imagem 19 – Sítio Igreja da Sé, Salvador. Detalhe de enterramento com contas de origem africana. Foto: Francesco Palermo.

Imagem 20 – Sítio Igreja da Sé, Salvador. Detalhe de esqueleto com contas de origem africana em torno do pescoço. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

Imagem 21 – Sítio da Igreja da Sé, Salvador. Contas de colares, em vidro, de origem africana. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

REFERÊNCIAS

COSTA, Carlos A. S. Materiais construtivos do sítio da primeira Catedral do Brasil: modelos de estudo para telhas, tijolos, cravos e azulejos aplicados aos materiais do sítio da antiga Igreja da Sé, Salvador, Bahia. *CLIO. Série Arqueológica*, Recife: UFPE, v. 2, n. 19, p. 43–78, 2005.

_____. Os velhos e os novos patrimônios: acerca dos processos de remodelação da Praça da Sé de Salvador-BA e os patrimônios arqueológico, arquitetônico e social. *Mneme,* Caicó, n. 18, p. 363–394, 2005.

ETCHEVARNE, Carlos; PALERMO, Francesco; SOUSA, Ana Cristina. *Sítio antiga Igreja da Sé*. Relatório da primeira etapa do plano de intervenção arqueológica. Salvador: MAE/UFBA, 2001.

OLIVEIRA, M. Inês C. *O liberto*: o seu mundo e os outros. São Paulo: Corrupio, 1988.

PERES, Fernando da R. *Memória da Sé*. Salvador: Secult, 1999.

REIS, João J. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, Manuel M. dos. *A Sé primacial do Brasil:* notícias históricas. Salvador: Companhia Editora e Gráfica da Bahia, 1933.

ARQUEOLOGIA DAS INSTALAÇÕES JESUÍTICAS NA BAHIA

*Carlos Etchevarne**
*Carlos Costa ***
*Luydy Fernandes****

Para compreender os vestígios arqueológicos das construções jesuíticas na Bahia deve-se fazer referência à importância que esta ordem religiosa teve durante os seus mais de dois séculos de atuação no território colonial brasileiro. Surgida e alimentada pelos ventos da Contra-Reforma, a Companhia de Jesus, nome dado por seu fundador, Ignácio de Loiola em 1539, foi aprovada definitivamente pelo papa Pio III em 1540, tornando-se, em pouco tempo, uma das ordens mais poderosas dentro da igreja católica, com forte influência nas instâncias de poder político nos países ibéricos.

Criada para colocar freios à Reforma Protestante na Europa, logo ampliou esse objetivo inicial, de forma a incorporar no seu programa de ação o campo da evangelização nos territórios ultramarinos americanos dos reinos de Portugal e Espanha, educando colonos, combatendo possíveis surtos de heresias e, ademais, atraindo os grupos indígenas para a conversão a suas práticas ditas gentis. Assim, em 1549, na chegada de Tomé de Souza cuja incumbência era a de fundar a cidade de Salvador, quatro jesuítas desembarcam com ele, iniciando-se, em solo colonial, uma relação estreita entre o governo e essa ordem religiosa que, em que pese algumas passagens de fricção, permanece no Brasil até a expulsão definitiva da Companhia de Jesus, em 1760.

A localização privilegiada do espaço jesuítico dentro da cidade e a imponência do complexo de edifícios dão uma ideia de proeminência dessa ordem não somente no âmbito religioso, mas também nas esferas social e política da colônia. O conjunto estava disposto em torno da praça denominada, não por acaso, Terreiro de Jesus e era composto por igreja de grande porte, edifícios para os padres morarem, com correspondentes setores de serviços e o Colégio dos Estudos Gerais, destinado à educação fundamental de crianças e jovens da cidade. No todo, o corpo do conjunto sobressai nas suas proporções sobre qualquer outra construção da Salvador colonial.

Neste complexo edifício elaboravam-se as diretrizes e estratégias a serem seguidas pelos religiosos e dele partiam ou chegavam as missões e embaixadas de outras partes da Capitania da Bahia e do Brasil, funcionando como um verdadeiro quartel geral. Enfim, fica explícito

* Doutor pelo Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris). Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); investigador colaborador do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; coordenador do grupo de pesquisa Bahia Arqueológica.

** Doutorando e mestre em Arqueologia pela Universidade de Coimbra. Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); pesquisador bolsista do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

***Doutorando em Antropologia e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

que o peso urbanístico do complexo tinha seu correspondente no capital simbólico do qual se investia a ordem.

Com a bandeira da evangelização, a atuação dos jesuítas não se restringiu ao âmbito urbano, senão ao rural. Nesse ambiente, existia uma ampla rede de instalações jesuíticas com objetivos tanto religiosos e educativos, como econômicos e políticos. Seminários rurais, colégios, fazendas e quintas faziam parte das células dessa conexão que abarcavam amplos territórios e que permitiam manter dinâmica a ação jesuítica. Por último é importante salientar, que a atuação mais marcante dos padres da Companhia de Jesus foi, sem dúvida, a catequização de indígenas e a consequente fundação de aldeamentos indígenas ou missões. Estas se tornaram a razão de ser dos religiosos inacianos que nelas aplicaram um projeto de instalação – leia-se agrupamento urbanístico, bastante padronizado e altamente funcional, que, de alguma forma, simplificava o modelo de cidades em quadras ortogonais – usado no mundo hispânico.

Com a força expansionista que a ação missionária comportava, pode-se afirmar que a presença jesuítica constituiu uma peça fundamental na conquista dos territórios do interior da capitania da Bahia. As missões eram verdadeiras frentes de ocupação territorial e de pacificação dos grupos indígenas, abrindo os caminhos para a colonização secular. Contrariamente às missões do Sul do Brasil, que conformaram territórios autônomos e quase autossuficientes, as da Bahia consistiam em unidades menores, subordinadas e dependentes da casa central de Salvador. A solidez dos empreendimentos missionários se torna manifesta quando da passagem da administração religiosa à secular. Essas missões foram declaradas vilas imediatamente após a saída compulsória dos jesuítas, durante a administração pombalina, e algumas, já no século XX, se tornaram cidades.

A atividade jesuítica na Capitania da Bahia, seja em área urbana como em área rural, deixou elementos vestigiais singulares que, observados arqueologicamente, permitem reconhecer estratégias de ocupação dos espaços acordes com os ideais religiosos de propagação catequética, mas, ao mesmo tempo, com atitudes pragmáticas que posicionaram a Ordem da Companhia de Jesus no plano do poder colonial. Os exemplos ora apresentados são bastante eloquentes acerca do que foi exposto acima: o Colégio dos Jesuítas de Salvador e o Colégio dos Jesuítas de Porto Seguro.

O COLÉGIO DOS JESUÍTAS DE SALVADOR

Quando Thomé de Souza veio, por ordem da Coroa portuguesa, fundar a cidade de São Salvador da Baía de Todos os Santos, escolheu uma área que dispusesse, ao mesmo tempo, de setores altos e setores baixos. Por um lado, ter setores altos permitia visibilidade sobre o mar, segurança do empreendimento lusitano e proteção contra os índios aliado ao fato da área escolhida para fundação de Salvador ser abrigada numa baía. Por outro, os setores baixos possibilitariam acesso à área de marinha, com relações portuárias para entrada e escoamento de mercadorias. Além disto, esta singular condição topográfica permitiria à cidade estar dividida hierarquicamente em dois níveis distintos, contudo, complementares: no alto, protegida pelas fortificações, toda a vida

administrativa, eclesiástica e marcial; no baixo, toda a vida portuária, de produção e comércio. Portanto, Salvador seguia o mesmo modelo adotado nas cidades portuguesas, a exemplo de Lisboa, Porto e Coimbra.

Numa cidade com esta feição, os jesuítas viriam a se instalar no alto, na área administrativa, na borda da escarpa. Esta posição estratégica que o edifício jesuíta teria em Salvador permitiria manter as relações com o poder administrativo (onde se encontrava o prédio), a relação com o porto (haja vista sua posição à margem da escarpa com ligação direta com a área marinha) e a visibilidade da entrada de embarcações na baía (uma vez que a principal via de acesso à cidade era por mar). Portanto, sua posição garantiria controle de todos os acontecimentos citadinos, ocorridos tanto nos setores altos quanto nos setores baixos da cidade (Imagem 3).

A distinção da ocupação do espaço feita pelos jesuítas fica flagrada já nos primeiros momentos de Salvador. Logo depois da sua chegada em 1549, Thomé de Souza, primeiro governador geral, concedeu aos jesuítas um terreno situado no interior do núcleo inicial fortificado da cidade, com extensão de 88 metros de comprimento e 22 metros de largura. Apesar de aceitarem o terreno para as atividades iniciais, os jesuítas não o acharam adequado para construção do colégio, pois boa parte do terreno era íngreme, além de estar limitado na malha urbana já estabelecida pelo empreendimento lusitano.

Foi assim que o padre Manuel da Nóbrega e companheiros escolheram uma outra área fora da muralha, com maiores proporções, que acreditavam ser melhor para a construção do colégio. Naquele instante, os inacianos avaliaram a topografia do terreno e previram que a cidade deveria crescer na direção norte, justamente onde o platô da colina em que se encontrava a área administrativa de Salvador tinha espaços livres, passíveis de ocupação. Assim, anteciparam que, com o crescimento urbano, em poucos anos o colégio seria abarcado pela malha urbana da cidade (Imagem 3).

Mas não se pode pensar no Colégio dos Jesuítas sendo abrangido pela cidade de maneira passiva. Isto porque a ocupação inicial do colégio no setor norte serviu como atrativo ao crescimento da cidade nesta direção, bem como agiu como condicionante ao crescimento urbano. Sem impedimentos e com a área livre, os jesuítas escolheram o terreno do colégio e passaram a induzir, a partir da ocupação solo, os primeiros eixos das ruas, de forma que a malha urbana projetada obedeceria aos limites da construção do complexo jesuíta, seguindo uma ordenação regular em xadrez[1], conforme parte das cidades hispano-americanas fundadas nos séculos XVI e XVII. Assim, o prédio jesuíta viria a ter uma relação estreita com a cidade, uma vez que todas as ruas daquele setor citadino, inevitavelmente, convergiriam para o colégio, impondo a construção inaciana como edifício principal da malha urbana. Ademais, além de a malha apresentar uma composição regular, existe um elemento fundamental

[1] Vale ressaltar que o modelo de ocupação espacial jesuíta seguia as normas regidas nas Ordenanzas de Población. Trata-se de um modelo ordenador de coerência planificada da ação, de Felipe II, para construção de cidades. Posteriormente, em 1681, estes modelos seriam integrados às Leyes de Índias, instrumento regulador dos empreendimentos espanhóis no Novo Mundo e no comércio com as Índias.

ao entendimento da relação espacial entre cidade e colégio: a existência de uma praça, o Terreiro de Jesus, que urbanisticamente é justificada pela supressão de duas quadras da malha regular, mais uma vez, conforme ocorreria em boa parte das cidades hispano-americanas.

Imagem 1 – Recorte da Planta da Cidade D. Salvador/na Bahia de Todos os Santos, de autoria de João Teixeira Albernaz I, datada de 1605. Em rosa, a área do Colégio dos Jesuítas, onde se pode notar sua grande extensão em relação à área administrativa de Salvador. A área "A", delimitada por uma linha amarela, refere-se ao setor cuja malha urbana teria sido determinada pela ocupação jesuíta. A área "B", delimitada por uma linha branca, foi o núcleo inicial fortificado, construído pelos portugueses. O tracejado colocado sobre a área "A" demonstra a relativa regularidade que existe na malha urbana desta em oposição a "B"; as linhas tracejadas vermelhas representam os alinhamentos da malha urbana que têm relação direta com o colégio. Algumas ruas ligam formalmente ambos os setores da cidade com alinhamento retilíneo.
Fonte: Reis (2000).

Ao contrário desta regularidade, as cidades luso-americanas fundadas no século XVI e início do século XVII teriam uma malha relativamente irregular, se observada seu agenciamento sob a ótica da simetria urbana, como pode ser percebido no setor sul do Centro Histórico de Salvador e em outras cidades luso-brasileiras como Recife, Olinda, Rio de Janeiro e Vitória.

Essa relação entre unidade jesuíta e malha urbana da cidade não é observada apenas na ocupação do solo, mas nas relações de proporcionalidade de ocupação dos diferentes empreendimentos. Referente ao espaço ocupado, no último quarto do século XVI e primeiros anos do século XVII, quando a área administrativa de Salvador tinha aproximadamente 700 metros de comprimento e 500 de largura, o colégio tinha 220 metros de comprimento e 60 de largura; em outros termos, a unidade jesuíta ocupava um terço do comprimento da cidade na área administrativa. No que tange ao contingente populacional, em meados dos anos 80 do século XVI, quando Salvador tinha aproximadamente 800 habitantes, o colégio abrigava cerca de 80 internos. Ou seja, 10% da população residente na Salvador colonial estava no colégio. Ora, estes dados permitem concluir que, guardada a proporcionalidade, o colégio tinha um crescimento mais acelerado que a cidade.

Ademais, opondo os modelos ocupacionais jesuíta e português, existe uma distinção grande entre a organização planificada jesuíta e a malha simetricamente irregular portuguesa. Embora pareça óbvia esta discussão, ela não teria sido possível se os dados arqueológicos não apontassem para uma realidade distinta relacionada à ocupação dos espaços, haja vista que alguns dos setores do colégio eram desconhecidos aos olhares especializados de historiadores e arquitetos.

Com relação a esta referida organização planificada interna e externa do colégio, as escavações arqueológicas permitiram evidenciar e precisar o local onde se encontra parte da Igreja de Mem de Sá e seu terreiro, ambos fundados em 1561 (Imagem 4), parte do pátio jesuíta finalizado em 1585 (Imagem 5) e estruturas de lixos intencionalmente descartados nos séculos XVI e XVII (Imagem 6), que dão subsídios seguros para uma rediscussão da malha urbana de Salvador e apontam para limites equivocadamente justificados a partir da construção histórica por dados manuscritos e iconográficos. Os dados arqueológicos demonstram que, longe de estar agenciado de forma desorganizada e ter seu limite sul vizinho à Igreja da Sé, o Colégio dos Jesuítas tinha seus limites regulares, seguindo a malha urbana alinhada à Rua do Bispo, de forma que, entre ele e a igreja catedral, existia um espaço vazio correspondente a uma quadra (Imagem 4), que foi utilizado nos momentos iniciais de Salvador para residência provisória dos jesuítas. Tal espaço viria a ser ocupado, posteriormente, pelo Palácio Arquiepiscopal e pela Igreja de São Pedro dos Clérigos, hoje Cine Excelcior (Imagem 7).

Entre os séculos XVII e XVIII, o colégio passa por uma reformulação drástica do espaço, quando uma nova igreja, a atual Catedral Basílica de Salvador, é construída, bem como os pátios laterais – chamados dos Estudos Gerais e dos Padres – viriam a ser reordenados, criando a simetria interna da distribuição dos espaços edilícios, sem perder a relação formal com a malha urbana e impondo o prédio do seu templo religioso à então praça mais importante da cidade, o Terreiro de Jesus (Imagem 7).

Em síntese, durante o século XVI, os jesuítas criaram uma estratégia de ocupação espacial para o colégio, refletida na malha urbana, que promoveu um diálogo direto entre cidade e unidade jesuíta. O edifício da Igreja de Mem de Sá (então igreja do colégio) ostentava a fachada, cuja fundação foi encontrada nas escavações arqueológicas, voltada para a Praça do Governador que, naquele momento, era a praça principal da cidade, além de o complexo do colégio obedecer rigidamente às regras da planimetria urbana. Mais tarde, nos séculos XVII e XVIII, o colégio procurou se adequar às novas exigências socioespaciais, estando a serviço da cidade e fazendo-se servir por esta. Isto fica claro pela construção da nova igreja jesuíta, a Catedral Basílica, que ficou voltada para o Terreiro de Jesus, praça de maior importância na malha urbana deste segundo momento. Além disso, o Pátio dos Padres e o Pátio dos Estudos Gerais (localizados através das escavações) tinham tamanhos equivalentes, sendo entremeados pela igreja, possibilitando simetria edilícia para o complexo jesuíta e perfeita inserção na malha urbana.

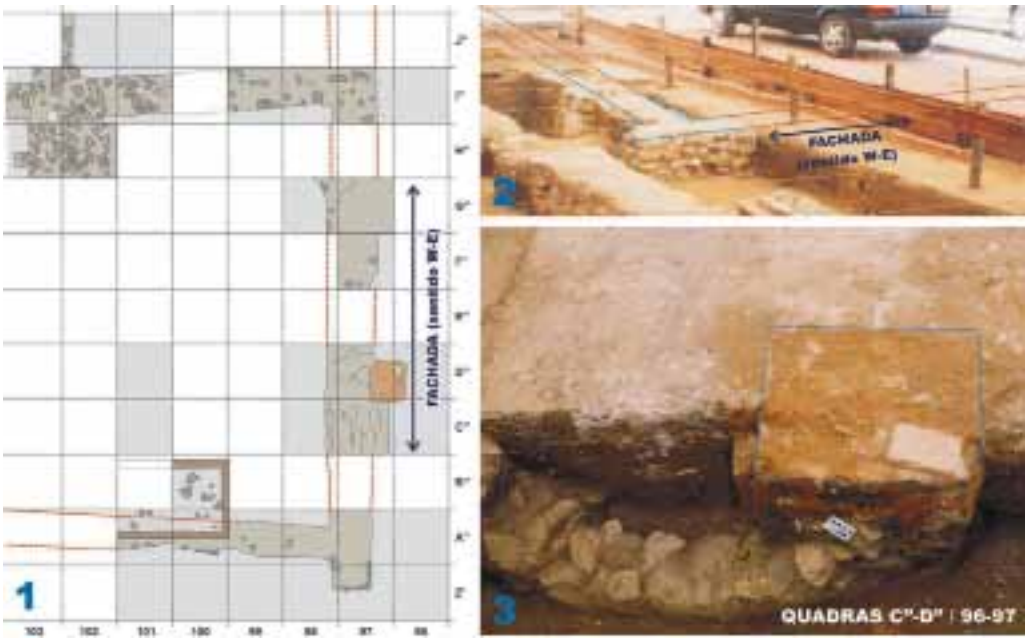


Imagem 2 – 1) Inserção das estruturas na malha de quadriculamento das escavações; 2) Disposição dos alicerces no contexto do sítio; 3) Sapata composta de arenoso e reaproveitamento de tijolos e telhas cerâmicos datados do século XVII, que corta o alicerce de pedra e cal do século XVI. Desenho: Carlos Costa e Luydy Fernandes, 2002.
Fotos: Carlos Costa, 2002, e Francesco Palermo, 2000.

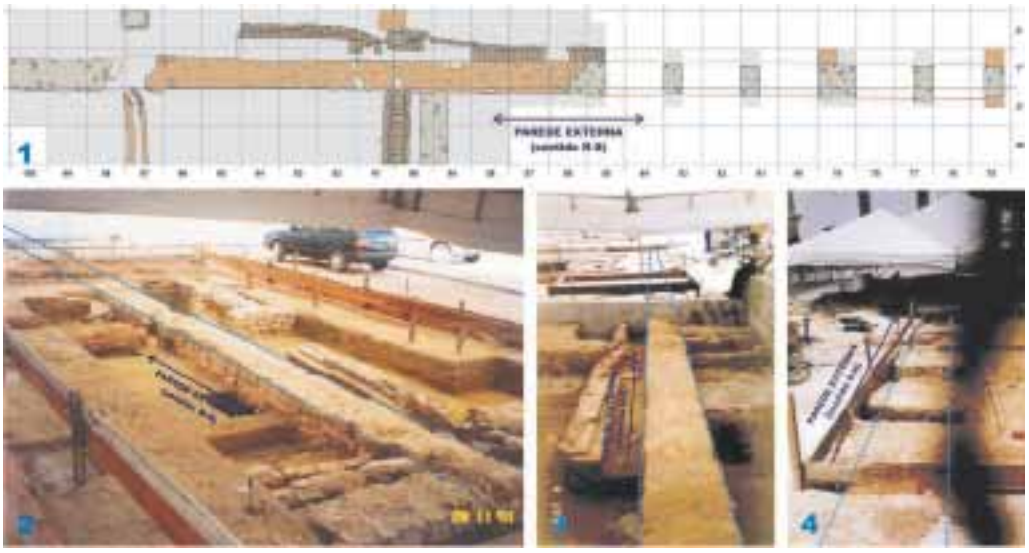


Imagem 3 – 1) Inserção das estruturas na malha de quadriculamento das escavações; 2) Disposição dos alicerces da parede externa (leste) do pátio no contexto do sítio; 3) Alicerce fotografado no sentido N-S; 4) Alicerce fotografado, a partir da sequência de trincheiras, no sentido S-N.
Desenho: Carlos Costa e Luydy Fernandes, 2002. Fotos: Carlos Costa, 2002.

Imagem 4 – Uma das fossas de descarte de lixo; ao lado, prato tipo malgueira da segunda metade do século XVI, ainda em contexto arqueológico referente a um lixo cortado por alicerces do século XVII.
Foto: Carlos Costa.

Imagem 5 – Malha urbana do final do século XVI sobreposta à atual Praça da Sé.
Desenho: Carlos Costa.

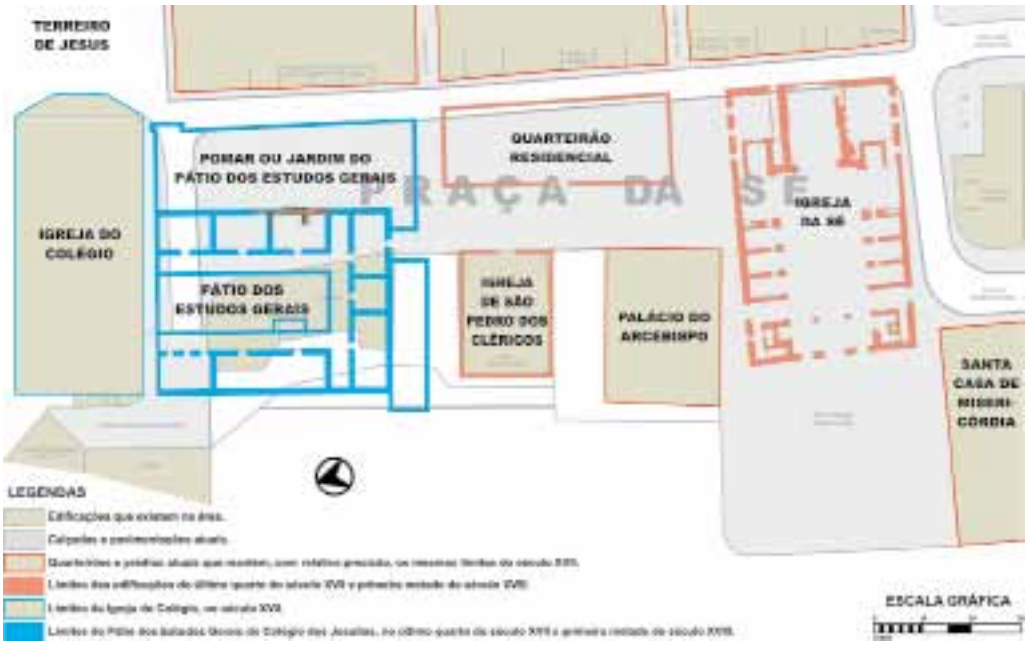


Imagem 6 – Malha urbana do final do século XVII e primeira metade do XVIII sobreposta à Praça da Sé. Desenho: Carlos Costa.

O COLÉGIO DOS JESUÍTAS DE PORTO SEGURO

O Colégio dos Jesuítas de Porto Seguro deve ser considerado como o edifício principal da ordem na Capitania de Porto Seguro, onde se ministrava o ensino fundamental aos filhos dos colonos e de onde partiam os padres para ação missionária, leia-se civilizadora, junto aos índios dos territórios próximos. Ou seja, o colégio atuava como uma espécie de base de operações na região.

O conjunto inaciano ocupava o setor sul da cidade alta de Porto Seguro, que hoje é denominada Cidade Histórica, área de ocupação colonial mais antiga da cidade. Os restos de estruturas murárias, que hoje aparecem em superfície, e o contíguo edifício da igrejinha de São Benedito assinalam perfeitamente a forma compositiva do conjunto jesuítico. Atualmente, ele se destaca pelo espaço vazio, tipo praça, que lhe antecede, tendo sido, precedentemente, mais reduzido em função da existência pretérita de construções de moradias.

O colégio gozava de uma posição privilegiada na cidade. A partir de sua vista panorâmica sobre o horizonte marino e do acesso direto ao caminho que unia a cidade alta ao porto, na confluência do Rio Buranhém com o oceano, assim como de suas proporções com relação aos edifícios que deviam existir na época colonial, pode ser deduzido o domínio que esta ordem religiosa tinha no contexto sociopolítico da então Capitania de Porto Seguro. De fato, um lugar especial estava-lhe reservado no âmbito da cidade a quem cumpria funções variadas: educação de brancos e índios, celebração de serviços religiosos ordinários e extraordinários,

consagração de festividades católicas, atenção e conforto espiritual à população em geral (com confissões, comunhões, batizados, casamentos e extremas-unções) e, notoriamente, catequização dos grupos indígenas com a consequente reunião deles em missões.

Atendiam, educativa e religiosamente, em uma vila (Porto Seguro), duas localidades (de colonos) e quatro aldeias de índios – três de grupos de língua Tupi e uma de Tapuias (não Tupis). Além das ações que lhes são próprias, os padres da Companhia de Jesus tiveram atuação, ainda que esporádica, no controle das fronteiras "civilizadas". De fato, por várias ocasiões, os jesuítas de Porto Seguro, conjuntamente com os índios "mansos" das aldeias missionadas, participaram de incursões para catequizar, domar ou afugentar grupos de índios arredios, isto é, não aldeados, que assediavam os núcleos portugueses. Assim aconteceu, por exemplo, em 1692, 1704 e 1717, o que colaborou para a povoação da Vila do Rio das Caravelas (LEITE, 1945, p. 241).

Desde 1693, com o desaparecimento de dois aldeamentos, ficou conformado definitivamente o espaço territorial de atuação dos padres, que se manteve até a expulsão destes: Casa de Porto Seguro, Aldeia de São João Batista (atual Trancoso) e Aldeia do Espírito Santo de Patatiba (hoje, Vale Verde). Para conseguir sustentar a administração territorial desses aldeamentos e conservar a Casa de Porto Seguro, era necessária alguma atividade produtiva, especialmente a agrícola. Assim, aos poucos, os jesuítas foram adquirindo propriedades de forma a se tornarem solventes. Conseguiram, ao final do século XVII, uma sesmaria de duas léguas de terra sobre o Rio Grande (atual Jequitinhonha), ampliada em 1757 (LEITE, 1945, p. 237).

A expulsão dos jesuítas, por ordem do Marques do Pombal, em 1759, marca o início da decadência física do edifício da Casa de Porto Seguro e dos próprios aldeamentos que eles tinham fundado, dali em diante transformados em vilas. A capitania fica sob a autoridade de um ouvidor mor com responsabilidade sobre todos os núcleos residenciais existentes, incluídas as antigas aldeias indígenas. Com este panorama secularizante, a Casa dos Jesuítas passou a ser utilizada como residência do um professor laico e como escola, que substituiria as atividades de ensino dos inacianos. No século XIX entra em deterioro e chega ao século XX apenas com os alicerces e a parte inferior das paredes, depois de terem sido retiradas para novas construções da cidade.

VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS: ESTRUTURAS FIXAS, ESPAÇOS IDENTIFICADOS E FUNÇÕES PRESUMÍVEIS

O edifício do colégio estava anexado à Igreja de São Benedito, no lado esquerdo desta, formando suas fachadas um ângulo reto. O colégio estava organizado como uma unidade construtiva, composta por três espaços cobertos que circundavam um outro aberto: o pátio. Estava constituído, fundamentalmente, por duas alas, a norte e a sul e um elemento de união entre elas que servia de passagem. Este elemento foi denominado galeria lateral à igreja. A disposição do prédio, em forma de U, aberto para a falésia, sugere uma semelhança com o

edifício do Pátio dos Estudos Gerais de Salvador. O que permite pensar no fato de a planta corresponder a uma ideia jesuítica de edifício com essas funções.

Conforme a evidenciação de alicerces, restos de paredes e outros elementos de construção, pode-se pensar numa possível distribuição de ambientes e no fluxo da circulação dentro do edifício, pelo menos no que tange à parte térrea.

- Ingresso ou portaria (Setor D)

  Sala retangular, que se abre ao exterior, diretamente sobre o adro da igreja. Do ingresso podia se passar ao corpo principal do prédio (ala norte), ao pátio e à galeria lateral à igreja. Do lado direito haveria uma porta, hoje demarcada por uma soleira, que permitia o acesso à galeria mencionada. Na parede do fundo existiam duas aberturas, onde ainda se encontram duas soleiras. Por uma, à esquerda, se acedia ao segundo cômodo onde se localizava a escada que levava ao andar superior. A outra porta, à direita, se abria à galeria com colunas de alvenaria, tipo *loggiato*, que acompanha o resto do edifício em direção ao mar. Em uma parte desta sala de ingresso se conserva o piso de tijolos, dispostos em forma alinhada, obliquamente às paredes do recinto. Cabe ressaltar que se trata do único lugar onde ainda existem fragmentos de piso do antigo colégio.

- Sala destinada à escada (Setor C)

  Espaço aproximadamente quadrangular, com uma estrutura murária interna, na metade do cômodo, que não chega a completar a divisão dele. Trata-se de uma estrutura de sustentação para uma escada de madeira, que conduzia ao andar superior, não havendo outros vestígios que permitam pensar na existência, no edifício, de outra escada. O cômodo poderia ter sido utilizado também com outros fins, dando apoio ao serviço de portaria, por exemplo, ou como depósito, aproveitando os espaços deixados pela inclinação da escada. No fundo, uma porta dava acesso a outro cômodo.

- Sala 1 (Setor B)

  Este ambiente comunica-se com o anterior, através de uma porta próxima à parede norte da fachada lateral do edifício. Malgrado este cômodo, o anterior e o seguinte limitarem com a galeria de alvenaria, não há indícios de aberturas que permitissem a comunicação direta dos quartos com a galeria. Na parede do fundo deste ambiente, outra abertura dava passagem ao último dos cômodos.

- Sala 2 (Setor A)

  Este quarto, com dimensões muito próximas ao anterior, é o último da fileira de cômodos, formando a quina NE do edifício. Não há vestígios explícitos de saída ao exterior, mas chama a atenção o rebaixamento pronunciado e bem cuidado do resto da parede ao norte, em direção ao exterior, que, se de fato corresponder ao edifício original, poderia talvez indicar uma entrada secundária ou de serviço.

Neste recinto há indicações de uma divisão horizontal, ao longo da base das paredes, com diferenças da espessura entre parede e alicerce. Existe, ainda, uma espécie de rebarba de reboco, que indicaria o local de assentamento do piso. Aqui é possível observar, também, que houve um preenchimento de uma declividade do terreno, para manter a um mesmo nível todo o piso da construção.

- Galeria de alvenaria (Setor E)

  Trata-se de um corredor largo que se inicia no ingresso e termina na parede externa da fachada a leste. Um lado desse retângulo comprido estava formado por uma parede que separava esta galeria dos cômodos mencionados acima. O outro lado estava formado por arcos cujas bases ainda se encontram *in situ*. Desta forma se formava uma espécie de *loggiato*, aberto ao pátio. No final do corredor, as arcadas estavam interrompidas e, em seu lugar, havia uma parede que formava outro cômodo, à maneira de apêndice. As bases das colunas da galeria que restaram demonstram a utilização de tijolos grandes e argamassa branca, do tipo descrito no item 3.3 deste relatório.

- Sala 3 (Setor F)

  Constitui um elemento que, por estar fora do retângulo da planta que conformam os espaços anteriores, permite levantar a hipótese de ter sido anexado em um momento posterior. Em função dos alicerces e paredes restantes, pode-se dizer que era um espaço de perímetro quadrado sobre o pátio, com uma única abertura de ingresso (porta). Na quina SE deste cômodo, do lado externo, aparecem, formando o ângulo, um conjunto pequeno de tijolos misturados aos blocos de pedra de arenito e de coral.

- Galeria lateral à igreja (incluída nos setores G e H)

  Corresponde ao elemento que servia de nexo entre os dois corpos do edifício, a ala norte e a sul, formando uma espécie de corredor, totalmente aberto ao pátio, em um dos lados. Desta forma, em caso de chuva ou de sol forte, evitava-se atravessar o pátio descoberto, para quem quisesse ir, protegido, da ala sul à norte ou vice-versa.

  Esse corredor tinha uma circulação que conduzia desde o ingresso ao prédio (porta principal) até a ala sul, que antes incluía a atual sacristia. Ademais, se podia entrar à galeria, sem impedimento, desde o pátio, já que não haveria paredes fechando os interstícios entre as colunas. A galeria estava composta apenas por um telhado que, por um lado, se apoiava na parede da igreja (conforme as marcas que ainda podem ser vistas na parte externa da parede leste do templo) e, por outro, em uma fileira de colunas feitas de troncos ou madeira trabalhada em forma de cilindro. As bases destas colunas foram encontradas durante a escavação do pátio, em perfeito alinhamento com a parede da igreja, onde se apoiava o telhado. Blocos de arenito irregulares, de tamanhos médio e pequeno, formavam pequenos círculos, com um centro vazio, circular, para encaixar a base das colunas. Estes elementos e a sua disposição indicam que as colunas eram colocadas em buracos

diretamente no solo e depois ajustadas, por pressão, pelo círculo de pedras. A existência de dois conjuntos de círculos, com o mesmo alinhamento, porém observando distâncias diferentes entre si, poderia corresponder a dois momentos diversos de implantação do colunado com o objetivo de renovar os troncos ou as madeiras das colunas.

- Pátio (setores G e H)

  Trata-se de um espaço sem cobertura, aberto à falésia e amplo, com dimensões superiores à parte construída. Com um perímetro retangular, o pátio separava ambas as alas do edifício do colégio. Nele, as prospecções não evidenciaram nenhum elemento arquitetônico que pudesse ter sido construído, originalmente, na sua superfície (um poço coletor de água, por exemplo). A prolongação de uma parede da Sala 3 (Setor F) sobre o pátio é mais um indicador de que essa sala poderia ter sido edificada posteriormente, posto que tal prolongação, aparentemente construída no mesmo momento que a sala, obstaculiza, em parte, a visão do *loggiato* e interrompe o percurso de saída para se atravessar o pátio em direção à ala sul.

  No Setor H, durante a escavação de uma trincheira, foi localizada uma mancha de material arqueológico, correspondente a restos de construções (telhas, tijolos e argamassa) e material de descarte doméstico, especialmente de cozinha (restos ósseos de animais preparados para alimentação e fragmentos de vasilhames para a contenção de líquidos e preparação de comidas).

- Grande cômodo (Setor I)

  Este espaço apresenta algumas particularidades que o distinguem dos outros. Primeiro, cabe ressaltar que se trata de um ambiente único, que possivelmente se estendia até a igreja, isto é, incorporava a área que hoje corresponde à sacristia. Algumas prospecções praticadas nas quinas desta última permitem levantar a hipótese de uma ligação do antigo cômodo com a igreja. Não existindo a sacristia atual, a passagem da igreja até ela se faria de forma direta.

  Por outro lado, existem outras particularidades nesta parte do conjunto referentes às próprias paredes e alicerces. Os restos deste cômodo apresentavam uma descontinuidade em termos de técnicas de construção, ainda que mantivessem a mesma espessura e o mesmo alinhamento das estruturas murárias. Efetivamente, enquanto na maior parte do salão era utilizada a alvenaria de pedra e argamassa semelhante aos outros cômodos, foi detectada a existência de setores de paredes construídos com técnica de taipa de pilão. Isto pode ser comprovado nas duas paredes orientadas transversalmente à igreja. Na parede sul havia uma alternância regular entre paredes de taipa de pilão e de alvenaria. Na do lado norte, a taipa ocorria em dois setores da parede, na parte central. Esta maneira de construção do salão, misturando as duas técnicas, pode ser explicada por dois motivos:

a) pelo aproveitamento de uma construção anterior, feita em taipa de pilão, ampliando-a ou restaurando-a. Neste sentido vale lembrar os trechos da carta do padre Mateus de Aguiar, transcritos por Serafim Leite, em que descreve a recepção dos moradores de Porto Seguro aos padres jesuítas, em 1621, e a imediata construção da casa e da igreja, ao que parece com técnica de taipa de pilão;

b) porque poderia ser mais econômico o uso do barro na taipa de pilão, intercalando-o com as paredes de blocos de rocha, obtidos da coroa de recifes paralela à costa. Este tipo de emprego misto de materiais justifica-se apenas em um edifício como o deste salão, que não tinha que suportar um andar superior.

Que era um amplo salão com telhado em duas ou quatro águas, o indica claramente a posição das bases de colunas. Estas estão localizadas em alguns pontos alinhados centralmente, de forma equidistante, às paredes norte e sul. As bases de colunas assemelham-se àquelas da galeria lateral à igreja, na disposição das rochas em círculos e na natureza dos blocos (arenitos de corais). Não obstante, a parte central não era circular e sim quadrada, demonstrando que as colunas de madeira que seguravam o telhado, aparentemente grandes, tinham sido aparadas com essa forma.

Internamente ao cômodo foram encontrados restos de paredes em adobe. Os blocos de adobe são identificados com facilidade devido ao barro com que foram feitos, correspondente aos solos argilosos amarelados típicos da Formação Barreiras. A separação entre eles é nítida, em função de a argamassa ser conformada basicamente pelos sedimentos escuros do barro humífero que se acha em todo o território de Porto Seguro.

Os adobes foram muito usados, em toda a região, na construção de paredes tanto de exteriores como de interiores. A base da referida parede, no cômodo grande, divide internamente o espaço, de norte para sul até, aproximadamente, a metade do salão. As diferenças de materiais e de espessuras podem representar um momento de uso do local em que foi necessário dividi-lo, mas que não necessariamente foi aquele originário da construção. As divisões internas poderiam ter acontecido, por exemplo, em um período em que o colégio teve uma destinação não religiosa, depois da expulsão definitiva dos jesuítas, em 1759.

- Sacristia do lado direito da igreja

O espaço foi construído com os característicos blocos de rochas de arenito e corais, com paredes mais estreitas que as do colégio, formando uma planta retangular. O cômodo deveria ter passagem para a igreja, no local onde hoje se encontra uma porta que, na ausência da sacristia, se abre ao exterior. O passeio colocado beirando a igreja impediu avançar, na escavação, até a parede do templo.

O setor onde se encontrava o cômodo, menor que os anteriores elencados, sofreu interferências recentes, ao ponto de prejudicar as estruturas dos alicerces. Estes não eram vistos

em superfície, tendo sido identificados através das prospecções. As interferências correspondem à instalação de uma caixa da Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba) e outra estrutura subterrânea, de concreto, da qual não foi possível identificar sua origem. Na realização dessas obras foram destruídos não somente os alicerces da parede sul da sacristia, como também a canaleta de tijolos que se encontrava atrás da igreja e da sacristia.

- Canaleta

  Corresponde a um elemento construtivo que hoje está isolado do conjunto arquitetônico do que seria o colégio e a igreja, mas que devia ter uma articulação funcional com eles. A canaleta ou calha é uma estrutura, aproximadamente semicircular, de tijolos assentados, apoiando uma das suas faces maiores diretamente sobre o solo. Os tijolos, bastante bem conservados, estão dispostos de forma regular um junto ao outro, sem argamassa entre eles, tendo todas as características típicas desse tipo de objeto do período colonial (tamanho, espessura, queima incompleta, composição do núcleo em camadas, antiplásticos grossos, marcas digitais em uma das faces etc.). Pode-se dizer que, no geral, este trecho de duto se apresenta em sua posição original e inteiro.

  Trata-se, evidentemente de uma calha a céu aberto, funcionando, talvez, como coletor, por onde passava água para ser enviada a um reservatório subterrâneo (poço ou cisterna). Acredita-se que o reservatório poderia se encontrar na direção do local que sofreu interferências contemporâneas, visto que a canaleta está truncada pela parede de concreto da caixa da Coelba.

  Esta calha atijolada poderia pertencer a um trecho de uma rede coletora de águas pluviais, distribuída no terreno, que confluiria em um único ponto. É descartada a possibilidade de se tratar de um coletor de água de chuva escoada dos telhados, em função de estar muito afastada dos tetos da igreja e do colégio e de a inclinação do telhado da igreja, que estaria mais próximo, não corresponder ao alinhamento da calha.

Cabe apontar ainda um achado que, se bem não forma parte da estrutura da canaleta, pode oferecer informação temporal sobre esta. Dentro da canaleta foram encontrados, separados entre si, dois objetos pequenos, de uso doméstico. Ainda que fragmentados, pode-se recuperar a quase totalidade dos dois utensílios. As peças são dois pratinhos, um é de porcelana e o outro de faiança portuguesa. O fato de os fragmentos de cada objeto se encontrarem juntos e em conexão é um bom indicador de que a deposição deles aconteceu em um momento imediatamente anterior ao abandono do uso da canaleta e que não houve alterações posteriores. Como a faiança está identificada, pelo motivo decorativo, como um objeto elaborado na segunda metade do século XVIII, caberia pensar que o abandono da utilização da canaleta não poderia ter acontecido antes.

IGREJA DE SANTA INÊS, EM CAMAMU

Na Bahia existe um grande número de locais com vestígios jesuíticos, alguns incorporados a estruturas arquitetônicas posteriores, outros, em ruínas, ou ainda alguns dos quais só se tem referência pela memória da população local, como é o caso da Fazenda Santa Inês, em Camamu, cuja igreja foi descoberta em 2006, a partir de trabalhos arqueológicos promovidos pelo Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), em respeito à legislação patrimonial.

Naquelas terras do atual Baixo Sul da Bahia, administradas pelos jesuítas, foram instalados dois engenhos de grande porte. Um dos engenhos era parte de uma fazenda com capacidade para utilização de 200 escravos, em cuja área estava a capela erigida para Santa Inês, além de outras instalações servidas por 50 escravos. O segundo engenho foi obtido por doação da Condessa de Linhares, filha de Mem de Sá; tratava-se de uma gleba de duas léguas de terra, distante uma légua da Vila de Camamu, ao longo do Rio Sant'Anna, onde se instalou o segundo grande engenho, conhecido como Engenho Sant'Anna ou Engenho da Condessa, com utilização de 300 escravos.

A presença de colonos foi permitida nessas terras para a produção de farinha e demais artigos de subsistência, mas ficavam proibidos de extrair madeiras. Esta relação entre religiosos e seculares nunca primou pela tranquilidade, ocorrendo frequentemente conflitos que tinham, por vezes, a intervenção do Estado. Exemplo disto é a retirada da administração dos aldeamentos das mãos dos religiosos, imposta pelo governo provincial. Em 1681, os índios aldeados voltam aos cuidados dos religiosos. Em 1760, após a decisão do Marquês de Pombal de expulsar os jesuítas, estas propriedades foram confiscadas, desmembradas e vendidas, encerrando-se, assim, os domínios inacianos naquele trecho da costa.

O que as entrevistas com os moradores e as pesquisas arqueológicas revelaram acerca dessa ocupação foi a igreja jesuítica integrante do grande complexo de instalações das fazendas Santa Inês e Sant'Anna. Desta forma, tendo constatado a relevância da descoberta, em acordo com o Derba, o traçado da estrada foi ligeiramente realocado, poupando o patrimônio arqueológico de um irrecuperável abalo.

Por meio das sondagens foi possível conhecer os três cômodos da capela, ou seja, o altar mor, a sacristia e a nave única. Os pisos diferenciavam-se de acordo com as funções: na área de um suposto retábulo – lajotas quadradas dispostas em "damas"; na área dos degraus – tijolos lajota retangulares dispostos lado a lado; na área à frente do suposto retábulo, abaixo dos degraus, mas ainda dentro do altar mor – piso de tijolos lajota retangulares assentados em "espinha de peixe"; na área da sacristia lateral – piso de lajes areníticas irregulares, com várias formas e dimensões, possivelmente retiradas de afloramentos na linha de maré, e, por fim, na área da nave única – sem piso, provavelmente de terra batida. A planta tem um partido em "L", com uma sacristia lateral posicionada à esquerda de quem olha frontalmente para o altar. A igreja descoberta tem as seguintes dimensões, em números aproximados:

de fachada – 7,5m; de fundo – 10,5m; na lateral direita – 18m. Além dos fragmentos construtivos, foram encontrados muitos cravos forjados em ferro, especialmente na área do suposto retábulo, fragmentos de faiança portuguesa, de cerâmica vidrada (inclusive um alguidar com orifício de vazão de água que foi restaurado) e fragmentos de imagens sacras em cerâmica. Poucos ossos humanos foram localizados no espaço interno da nave, ao lado da redução da espessura do alicerce da parede direita. O fato de não estarem articulados permite presumir que houve uma perturbação que os deslocou tempos após o sepultamento, quando os tecidos e ligamentos já se haviam decomposto. Observando a planta confeccionada a partir da escavação também são permitidas outras inferências. Nesse sentido destacam-se a existência de dois alicerces na lateral esquerda, quase praticamente paralelos e com um afastamento da ordem de decímetros. Uma configuração desse tipo somente pode ser compreendida se for aventada a hipótese de alteração no projeto inicial de construção da capela, sendo a linha de alicerces interna concernente a uma planta mais antiga, posteriormente modificada pelo levantamento de outra parede externa, produzindo uma ligeira ampliação no cômodo da nave e a supressão da primeira parede, da qual apenas restou o alicerce. A diferença de espessura dos alicerces, que acompanha também uma distinção na técnica e nos materiais usados, pode sugerir um acréscimo que visou dar mais profundidade à nave, num momento intermediário entre o inicial e o final.

Conforme o exposto acima, num primeiro momento, a igreja foi construída até a extensão dos seus alicerces de paredes laterais com maior espessura (80 cm), com um comprimento de cerca de 11 metros. Num segundo momento e a partir da fachada, as paredes laterais foram estendidas por mais sete metros, aproximadamente, com uma espessura de alicerce de 50 cm. Essa ampliação poderia explicar o estado perturbado dos ossos humanos encontrados na junção dos dois alicerces de espessuras diferentes da parede direita. Por fim, num último momento, a parede lateral esquerda foi secundada por outra, partindo da sacristia ao lado da anterior e afastando-se, com pequena angulação, da primitiva, substituindo-a por completo. Tais descrições e conjecturas podem ser mais facilmente acompanhadas observando-se a planta e a documentação fotográfica elaboradas para esse jazimento que mostram uma estabilidade e um crescimento das atividades jesuíticas no Baixo Sul, fato bruscamente interrompido pela expulsão da ordem.

De qualquer forma, muito há de ser feito em Arqueologia para se ter uma ideia mais completa e realista sobre a ação educativa e catequizadora assim como as estratégias de ocupação territorial organizadas pelos padres da Companhia de Jesus, que eram, sem dúvida alguma, eficientes agentes de colonização e preconização do ideário católico Contra-Reformista.

Imagem 7 – Sítio Igreja de Santa Inês. Evidenciação das estruturas de alicerces e pisos.
Foto: Luydy Fernandes.

Imagem 8 – Sítio Igreja de Santa Inês. Planta do templo, evidenciada pelas escavações.
Foto: Luydy Fernandes.

REFERÊNCIAS

COSTA, Carlos A. S. *A influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA (1549–1760)*. 2005. Dissertação (Mestrado)–PPARQ/UFPE, Recife, 2005.

ETCHEVARNE, Carlos. *Relatório do projeto de evidenciação das estruturas remanescentes do Colégio dos jesuítas de Porto Seguro*. Salvador: MAE/UFBA, 2000.

FERNANDES, Luydy A. *Relatório final do resgate e monitoramento arqueológico na Rodovia BA-001*. Salvador: MAE/UFBA, 2007.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

REIS, Nestor G. *Imagens de villas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

SANTOS, Manuel M. dos. *A Sé primacial do Brasil:* notícias históricas. Salvador: Companhia Editora e Gráfica da Bahia, 1933.

BANCO DE DADOS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ARQUEOLOGIA

*Anderson Silveira**

É próprio da natureza humana produzir banco de dados. Ao criar as condições para sobreviver, os grupos humanos desenvolvem e aperfeiçoam gradativamente mecanismos para a conversação dos seus acervos de conhecimentos e experiência. Os bancos de dados não são recursos exclusivos das tecnologias eletrônicas dos séculos XX e XXI. Trata-se de um conjunto de procedimentos voltados para a preservação do patrimônio humano relacionado aos aspectos da vida cotidiana e necessários à organização e à sobrevivência dos grupos. É nesse sentido que a afirmação acima é reforçada: produzir banco de dados é uma necessidade da natureza humana em todas as esferas da vida. Não é apenas a ciência que produz banco de dados, a lógica, a estruturação e a articulação dos conteúdos dos bancos de dados das ciências é que são específicas. Linguagens, cantos, rituais, leis, memórias, experiências, conhecimentos, assim como ferramentas, utensílios, instrumentos, dentre outras dimensões da vida, fazem parte desse acervo.

A Arqueologia lança mão de inúmeros recursos para reinterpretar tais acervos à luz dos vestígios de ocupação humana encontrados nos sítios estudados. Num amplo sentido, analisam-se as possibilidades de estabelecer um contínuo entre os vestígios humanos de várias épocas e locais. Tentativas são feitas para ler e interpretar os acervos humanos preexistentes a fim de avaliar as conexões potenciais com o acervo atual. Em tese, os indivíduos estão conectando-se e produzindo banco de dados simultaneamente. Como fazem isso?

Para se refletir sobre alguns desses pontos, um panorama da questão acerca da produção do conhecimento em associação ao conceito de banco de dados será traçado. A intenção é destacar o modo de operação dos bancos de dados atuais no que diz respeito aos recursos e tecnologias associadas ao seu funcionamento técnico-científico. Em seguida, será destacado como os produtos desses bancos de dados impõem modificações importantes sobre os conhecimentos produzidos no mesmo movimento em que produzem, com elevada velocidade, novos banco de dados. Isso exigirá do pesquisador uma sensibilidade especial para as rápidas transformações em seu estoque de conhecimento e arsenal técnico.

UM PANORAMA SOBRE AS TÉCNICAS DE ARMAZENAMENTO

A história humana se inicia com o desenvolvimento de técnicas, recursos e/ou estratégias para fixar, registrar ou armazenar toda a série de experiências cotidianas. As pinturas em painéis rochosos, por exemplo, podem ser consideradas como "anotações" ou "memórias" de

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente nos cursos de Administração e Direito em IES de Salvador; membro do Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica; analista de sistema e consultor de tecnologia; desenvolvedor de projetos audiovisuais.

uma coletividade acerca de seus modos de vida. Na longa escala temporal, o que foi escrito primeiramente em pedras e depois em tábuas de argila começa a se tornar obsoleto com o aparecimento do papiro, seguido pelo papel. Estes últimos suportes facilitavam consideravelmente o transporte e a disseminação das informações, haja vista tanto sua capacidade de replicação quanto a sua forma compacta e leve para o deslocamento e transporte em longas distâncias. A espécie humana se constitui em seus processos de produção de tecnologia. De modo análogo, a tecnologia modifica radicalmente a própria espécie humana.

Por um longo tempo, os livros representaram a principal tecnologia para armazenamento das informações geradas pela humanidade. Sendo assim, esforços foram voltados para elaborar folhas menos pesadas e impressões mais finas, que pudessem guardar um volume crescente de dados, bem como ocupar um menor espaço possível. Eis assim o embrião daquilo que posteriormente se destacaria como *economia da informação*: iniciativas e investimentos para produzir mecanismos capazes de concentrar/articular uma quantidade crescente de informação em suportes cada vez mais reduzidos. No contexto das coletividades, a capacidade para acumular informações costuma estar frequentemente relacionada a alguma distinção social e/ou econômica, por um lado, e aos exercícios do poder e da dominação, por outro. Em todo caso, o conhecimento alcançado pelo acúmulo de informações modificava, em um tempo histórico mais ou menos longo, o estilo de vida de uma coletividade que, por sua vez, modificava o próprio conhecimento.

Ao se deslocar propositadamente o foco da questão para o século XX, é possível notar uma transformação significativa a partir da década de 1960. A economia da informação passou a ser impulsionada de forma mais direta pela expansão e convergência de duas tecnologias que até então mantinham seus aprimoramentos de modo mais ou menos paralelo: 1) as tecnologias de base eletrônica e 2) aquelas relacionadas à comunicação e à informação. Essa história tende, em vários momentos, a se confundir com a própria história da informática, justamente porque o elemento fundamental é o mesmo – a informação –, não obstante a particularidade com a qual a lógica de processá-la ou consumi-la sofrer variações importantes conforme se esteja falando de uma dessas áreas em particular.

Rigorosamente, a economia da informação e a informática começam a ganhar corpo praticamente no mesmo período, a partir da década de 1960, permanecendo como campos independentes até o momento em que suas pesquisas se interceptam e conquistam o rótulo de *tecnologia da informação*. Diversos campos do saber humano percebem em tais tecnologias um fecundo recurso para o desenvolvimento dos seus próprios acervos de conhecimento.

O termo *informática*, cunhado por Philippe Dreyfus em 1962, a partir da combinação do radical francês *informer* com *mathématique* e *électronique,* pretendia designar todas as disciplinas que permitem o tratamento automático de informações com a finalidade de garantir o seu armazenamento e comunicação. O computador – visto como um conceito e não necessariamente como uma máquina – passa a ser considerado como o agente organizador das tarefas e o responsável pelo tratamento das informações. Ora, o crescimento do volume de dados

associado ao aumento vertiginoso de demanda exigirá a produção de algo ágil o suficiente para dar conta de um processamento automático, no menor lapso de tempo e com o mínimo de interferência humana. No futuro, essa máquina irá reter e disponibilizar as informações nas suas mais variadas naturezas, bem como é essa mesma tecnologia que será utilizada como suporte de acesso instantâneo a uma infinidade crescente de informações. O recurso para armazenamento também é uma das principais fontes de novas informações em um esquema de retroalimentação.

Vale destacar que o aspecto significativo da expansão da informática, por um lado, e dos computadores, por outro, não se dá exatamente pelo poder de processamento, mas pela capacidade de armazenamento de informações. Através das lógicas e modalidades de armazenamento de informações vinculam-se necessariamente as exigências de processamento (informática) com as características, qualidades e naturezas das demandas (economia).

Não é exagero afirmar que a chamada "era da informação" estabelece o primado do banco de dados. Significa dizer que parte dos sistemas de informação, de inteligência, de segurança, dentre outros, está associada a algum tipo de gerenciamento de dados. Tais sistemas, entretanto, não devem ser vistos como algo estanque, estático, meramente informativo e com fins ao arquivamento de informações, tal qual um "depósito" ou "armazém"; são capazes de produzir conhecimentos novos a partir de uma infinidade de cruzamento de dados.

Em muitos casos, os bancos de dados se constituem simultaneamente em instrumentos e produtos das ações de manipulação e gestão de dados. Neste caso, não somente participam como recursos importantes para o desenho metodológico dos projetos aos quais estão vinculados, como se mostram produtos finais destes trabalhos. Políticas públicas, relatórios técnico-científicos, decisões estratégicas estão entre os resultados possíveis das consultas aos bancos de dados. Assim, as informações arquivadas em um banco de dados devem estar estruturadas de maneira a facilitar as buscas posteriores. Trata-se, em grande medida, de estabelecer mecanismos para classificar, estruturar, bem como articular informações a fim de viabilizar um conjunto consistente de buscas para a composição de relatórios.

Em termos ideais, o acúmulo gradativo de dados em um banco deve permitir avançar sua expansão com base na seguinte escala lógica:

Ora, dados podem ser considerados como algo bruto, de caráter informativo limitado como, idade, profissão, nome etc. A informação, por sua vez, deve ser considerada a partir de alguma aproximação ou articulação de dados: ao retomar o cadastro de pessoas (dados), por exemplo, é possível construir percentuais de homens e mulheres, com determinada idade, que desenvolvem certa profissão. Finalmente, o conhecimento gerado deve permitir perceber aspectos não constatáveis na realidade imediata. No limite, trata-se de gerar cenários previsíveis com base nas informações levantadas no banco de dados.

A evolução da indústria eletrônica viabilizou exponencialmente a utilização do banco de dados. A proliferação e a consequente expansão de sua utilização, entretanto, foram impulsionadas pela convergência das tecnologias da informática e da comunicação. A internet pode ser considerada como a "ponta" mais visível desta convergência, rotulada aqui e ali como "convergência de mídias" ou interfaces.

Eis, enfim, a potencialidade mais marcante dos bancos de dados eletrônico-digitais conectados à internet: a possibilidade de reunir diversas mídias, fontes e informações em múltiplas camadas de dados sobrepostas e acessadas a distância, simultaneamente e instantaneamente. A integração de informações se dá, assim, por meio da conexão em rede de um ou vários bancos de dados distribuídos em rede, de maneira descentralizada. Trata-se de uma conhecida estratégia militar, posteriormente adotada nos meios organizacionais como critérios para a tomada de decisões gerenciais.

A internet, vista como meio para acesso a banco de dados, traz, por sua vez, desafios delicados em relação à segurança e ao acesso aos dados. A disponibilização pública da internet abre brechas para uma série de riscos, como sigilos bancários, informações fiscais e estratégicas, bem como registros policiais, alfandegários, científicos etc.

Finalmente, muito ainda há por ser feito em relação ao desenvolvimento dos bancos de dados em cuja interface se podem articular tantas fontes diferentes. Não obstante, os debates seguem aquecidos em função do caráter econômico associado à produção de tecnologia e conhecimento. No limite, podemos dizer que a "economia da informação" se fortalece e se alimenta de banco de dados.

PRODUTORES E PRODUTOS DOS BANCOS DE DADOS – OS NOVOS POSICIONAMENTOS DOS PESQUISADORES

O aprimoramento dos bancos de dados, no âmbito da pesquisa técnico-científica em Arqueologia, tende a exigir a requalificação do olhar do pesquisador e a capacidade para lidar com as inovações em termos das novas tecnologias digitais. Muitos laboratórios de Arqueologia perceberam a necessidade de estabelecer pontes permanentes com profissionais ligados à informática.

O traço tradicionalmente multidisciplinar desta ciência foi realçado a partir da utilização da informática como plataforma de integração e comunicação entre as disciplinas e áreas do conhecimento. As artes visuais, importantes recurso à produção arqueológica, também convergiram para o meio digital, potencializando ainda mais a contiguidade e continuidade dos conteúdos que a compartimentalização e/ou departamentalização destes. Com isso, ressalta-se a dimensão hipermidiática da Arqueologia, no sentido do desenvolvimento de uma habilidade especial para sistematizar conhecimentos com base nos mais variados meios,

suportes e recursos tecnológicos disponíveis. Seguindo este raciocínio, talvez seja oportuno abordar, a título ilustrativo, alguns dos produtos alcançados pelo Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica (CNPQ/UFBA).

Com o propósito de desenvolver e disseminar conhecimentos e ações voltados para os "achados" arqueológicos particularmente recolhidos no território baiano, o Bahia Arqueológica vem demonstrando uma cuidadosa atenção no que se refere à assimilação dos novos métodos, procedimentos, técnicas e tecnologias para o tratamento dos seus objetos. Em relação a isso, um dos passos que marcam o horizonte de trabalho deste grupo é o processo que podemos chamar de "convergência de mídias" ou "convergência digital", cujo foco se dissemina a partir da elaboração de uma grande base de dados hipermídia disponível na internet através do endereço www.bahiarqueologica.com.

As imagens 1 e 2 procuram mostrar duas dimensões distintas do conhecimento arqueológico produzido pelo Bahia Arqueológica. Entre outras coisas, o site pode ser considerado como um momento fundamental para a visibilidade dos resultados das pesquisas, a divulgação de notícias, a publicação de artigos, bem como para a mostra de imagens e vídeos.

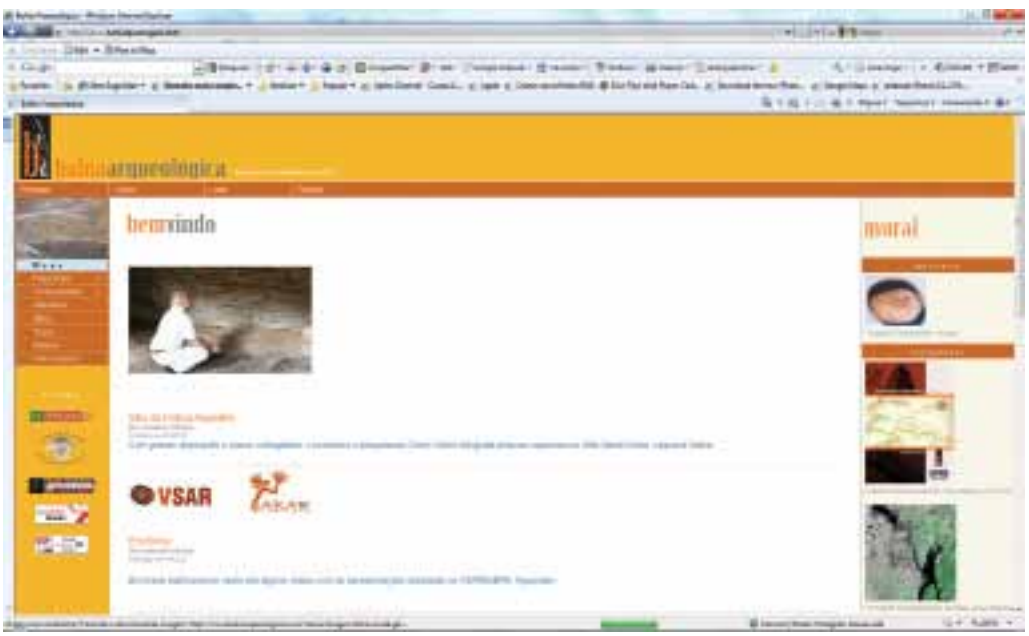


Imagem 1 – Site do Bahia Arqueológica com sua interface que funciona como meio para a disseminação do banco de dados.

Imagem 2 – Acesso ao banco de dados restrito a pesquisadores do grupo ou a usuários cadastrados previamente.

Já as imagens 3 e 4 permitem que sejam observados alguns aspectos tanto da produção como da gestão do conhecimento arqueológico. Na Imagem 3 são feitos os acompanhamentos dos projetos, gestão da equipe, registro dos relatórios de campo etc. A Imagem 4, por sua vez, permite o acompanhamento dos trabalhos de pesquisa de campo a nível dos sítios cadastrados. Este detalhamento incorpora até mesmo os registros de campo, em que os pesquisadores comentam as adversidades encontradas em um dia de trabalho.

Imagem 3 – Tela de acompanhamento de projetos.

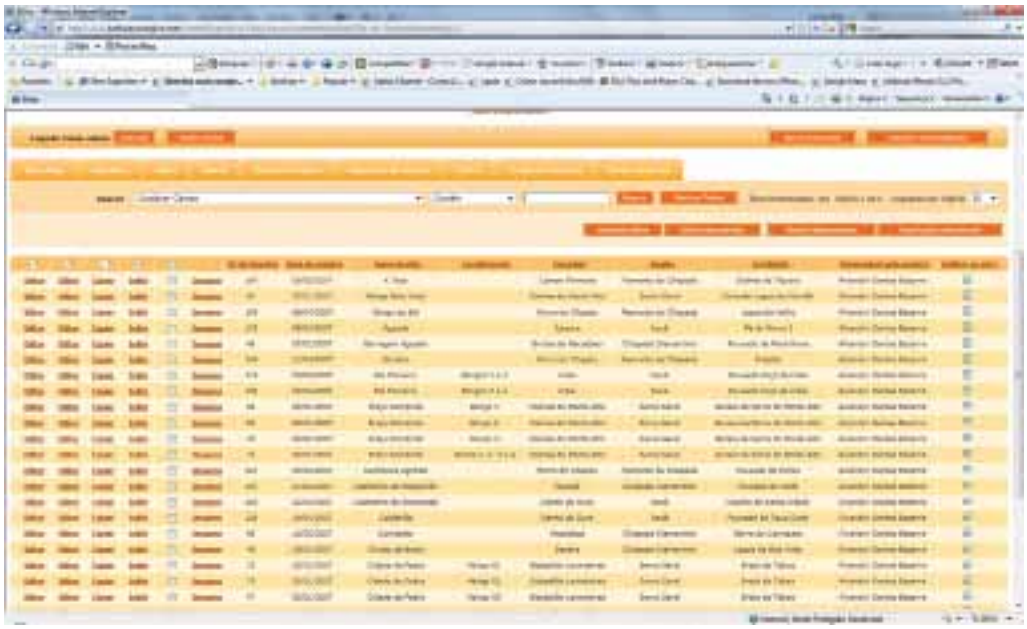


Imagem 4 – Tela de acompanhamento
dos trabalhos de pesquisa de campo.

Esta complexa rede de informações está associada ao aproveitamento integrado de várias tecnologias da informação e da comunicação. A integração viabiliza assim a "convergência digital" mencionada acima. O desafio do trabalho arqueológico, entretanto, aumenta vertiginosamente na medida em que é necessário retrabalhar as aptidões e, quem sabe, o olhar dos próprios pesquisadores/estudiosos da Arqueologia.

Uma das formas mais eficazes para o aproveitamento pleno deste movimento de "convergência digital" (se assim pode ser chamado) seria através da formação dos novos arqueólogos para a integração de banco de dados em grande escala. Este profissional da Arqueologia deve ser capaz de compreender os mecanismos estruturais de um banco de dados digital a ponto de saber manipular suas estruturas lógicas. Evidentemente que não se trata de preparar um analista de sistemas para atuar com arqueólogo, mas de requalificar o olhar deste último profissional para os fundamentos essenciais das ferramentas da informática: uma *arqueomática*, ou uma informática a serviço da Arqueologia.

O primeiro passo para alcançar esse objetivo seria introduzir os conceitos básicos da informática no que tange à compreensão e elaboração de banco de dados digitais. A compreensão elementar do funcionamento e da estrutura lógica dos bancos de dados digitais deve ser prerrequisito para os procedimentos empregados na modelagem de dados. Espera-se que o arqueólogo compreenda e seja capaz de "visualizar" padrões além da dimensão material e/ou conceitual da Arqueologia. Campos, registros, índices, tabelas, *queries*, *triggers* e mais, integridade relacional, operações em cascatas, chaves primárias, chaves estrangeiras, instruções SQL etc: eis um novo universo semântico que irá fazer parte do vocabulário daquele

que estiver responsável pela gerência de uma base de dados. Todo o material inserido em um banco de dados será contaminado, de alguma forma, por isso.

O registro fotográfico, por exemplo, um dos recursos mais usados pelos arqueólogos, sofreu uma transformação radical com o modelo digital de captura da imagem. Ao apontar e disparar o botão da câmera, o fotógrafo-arqueólogo precisa entender que acionou um complexo mecanismo de captura de informações. Em outras palavras, acionou um dispositivo cujo mérito é "cadastrar" dados para um banco que oferece como "saída" uma representação na forma de uma imagem em um visor/monitor. Esta imagem não está gravada no equipamento como é vista no vídeo.

A imagem 5 mostra uma galeria de imagens organizadas pelo Bahia Arqueológica com base nas pesquisas sobre pinturas rupestres.

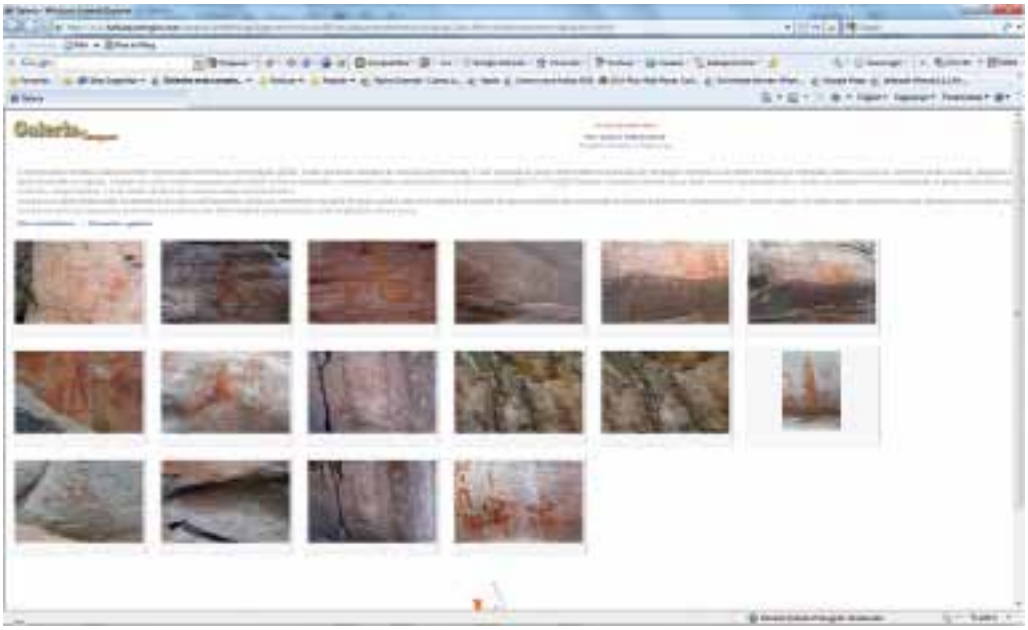


Imagem 5 – Galeria de imagens com os "achados" de pesquisa a partir dos motivos rupestres.

A organização das imagens em um banco de dados segue padrões previamente definidos, com base na operacionalização dos conceitos e na definição de indicadores. Algo criteriosamente confeccionado para funcionar de maneira escalonada em relação aos termos da composição das informações. Ou seja, um acervo que complementa e abre, simultaneamente, o rol analítico do material.

Em termos efetivos, apesar de serem vistas imagens na tela de um computador, gravam-se padrões numéricos sobre cores, quantidade de pontos, intensidade da luz, taxa de compactação, formato de compactação etc. Some-se aí uma considerável quantidade de *metadados* (dados sobre dados) que também são gravados no momento do disparo da câmera: abertura e velocidade do obturador, sensibilidade ISO, data do disparo, tipo de lente, tipo de câmera... Ao processar tais arquivos, os sistemas são inundados com uma quantidade imensa de material para análise. Algumas câmeras mais sofisticadas gravam, inclusive, as coordenadas do seu posicionamento global. Enfim, uma única imagem carrega consigo um amplo espectro de conteúdo para análise.

Suponha-se um registro fotográfico em alta resolução feito em RAW, um formato de arquivo digital que contém a totalidade dos dados da imagem tal como foi captada pelo sensor da câmera fotográfica. A partir dele, o pesquisador poderá analisar a composição dos pigmentos da imagem em determinada escala de cor a fim de mensurar os aspectos fisico-químicos associados, bem como algum elemento relativo à sobreposição temporal; poderá trabalhar as distâncias entre pontos equivalentes e/ou contíguos com o intuito de perceber se são contínuos ou foram produzidos de modo "espaçado"; terá bases específicas para avaliar as texturas em suas porosidades a fim de problematizar os instrumentos utilizados, além de muitas outras possibilidades. Obviamente, a novidade desta modalidade de registro não está em sua ótica microscópica, visto que, de fato, não há imagem: há somente dados!

Para se avançar um pouco mais, deve-se considerar a imagem digital como um dado capaz de se articular num conjunto mais amplo, previamente modelado para isso. Neste caso, a microanálise e a macroanálise arqueológica podem ser orientadas em direção à construção de um plano de continuidade mais ou menos articulado e preciso. Pode-se partir de uma única imagem para a formação de uma sequência complexa, montando-se assim um vídeo capaz de provocar uma enxurrada de novas informações. O trabalho esquemático elaborado sobre uma linha temporal apresentada na forma de vídeo leva o indivíduo a operar alguns dos muitos elementos das mudanças engendradas na longa duração, ao lado de outros dados do contexto geral.

Fotos e vídeos vão complementando-se mutuamente. Na pesquisa arqueológica, ambos devem ser tratados de modo especial como conteúdos e produtos dos bancos de dados.

A Imagem 6 é uma tela do site do Bahia Arqueológica que traz um vídeo elaborado pelo referido grupo acerca do panorama das pesquisas arqueológicas e históricas sobre a cerâmica baiana. No site há ainda um link para uma série de vídeos sobre pinturas e gravuras rupestres na Chapada Diamantina, Bahia – este material também vem sendo veiculado gratuitamente na forma de DVD.

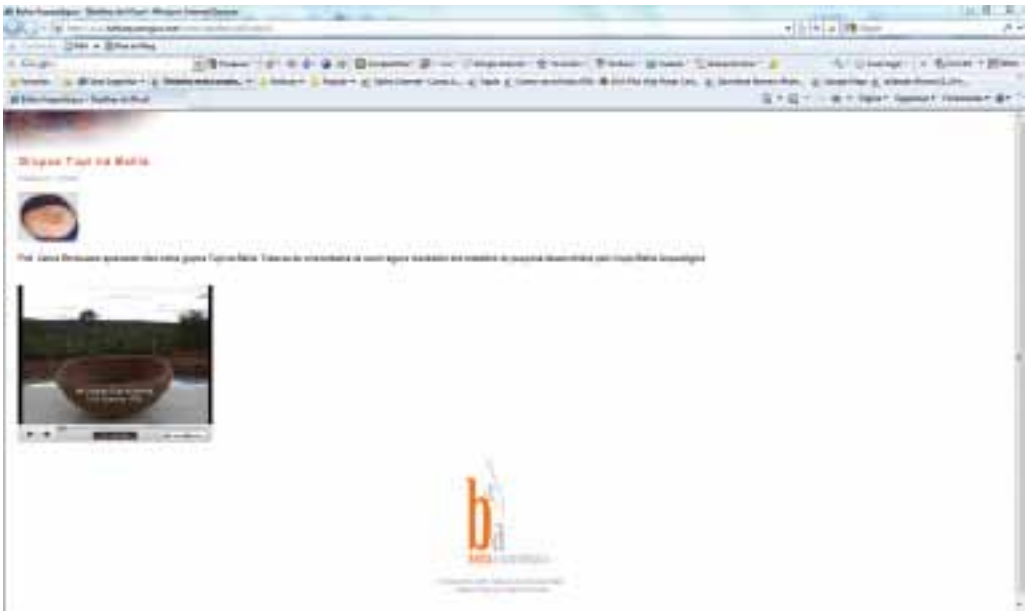


Imagem 6 – Tela com link para o vídeo acerca do panorama das pesquisas sobre cerâmica.

Sites como o do Bahia Arqueológica devem ser considerados com interfaces capazes de promover a organização lógica do universo de dados transformados em informação. As interfaces, por sua vez, são tentativas de organizar esse universo informacional de modo a potencializar a construção de conhecimentos. Tais interfaces devem ser elaboradas com o propósito de permitir a manipulação pelos pesquisadores/usuários de todo o conteúdo previamente arrolado. A internet é um importante suporte para estas interfaces. Os motivos são inúmeros, ressaltam-se, entretanto, dois critérios fundamentais para a disponibilização destas interfaces de dados na internet: 1) a capacidade de disseminação em rede e 2) as possibilidades para se estabelecer pontes entre novos bancos de dados.

A formação dos arqueólogos precisa desenvolver os meios para preparar esse profissional para lidar com todo o complexo sistema informacional disponível em uma interface na internet. Um caminho para isso é considerar a arqueomática como disciplina obrigatória da formação básica do arqueólogo. Não restam dúvidas de que isso gera debates importantes. Em todo caso, a arqueomática pode ser considerada, por um lado, como disciplina metodológica da Arqueologia. Por outro, é possível considerá-la como reconfiguração da Arqueologia tradicional a partir da assimilação dos novos recursos tecnológicos.

Mas, afinal, por que outro nome se se trata da própria Arqueologia? Deve-se considerar esse campo informacional, base para a arqueomática, como uma nova modalidade de sítio arqueológico? Algo com uma "maquete" do sítio real ou algo completamente distinto?

Em qualquer caso, a preocupação com a formação de pesquisadores afinados com as novas tendências em termos de tecnologias digitais e aptos a desenvolverem o conhecimento arqueológico a partir deste campo informacional é necessária.

A Arqueologia desenvolvida na Bahia a partir dos projetos de pesquisa e das atividades do Grupo Bahia Arqueológica já aponta para uma preocupação com a assimilação fluente das novas tecnologias digitais no âmbito das pesquisas. Os avanços ainda são tímidos, mas se revelam significativos. É possível que, em pouco tempo, estejam mais amadurecidos e integrados em uma ampla rede, formando assim uma importante base de conhecimento arqueológico.

REFERÊNCIAS

BRETON, Philippe. *História da informática*. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1991. 260 p.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991. 177 p.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998. 349 p.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 258 p.

MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. Tradução Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2002. 198 p.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade*: o uso humano de seres humanos. Tradução José Paulo Paes. 5. ed. São Paulo: Cultrix, [s.d.]. 190 p.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA ORIENTAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO E A GESTÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA BAHIA

*Carlos Etchevarne**
*Alvandyr Bezerra***
*Carlos Costa****
*Fabiana Comerlato*****

A Bahia, em toda sua extensão, apresenta-se como um território pluricultural, apresentando uma variedade de elementos históricos e culturais que estão relacionados, principalmente, à diversidade dos grupos étnicos que contribuíram para a sua formação social. Por todo o estado encontramos um patrimônio material e imaterial de grande relevância para a memória e a identidade das comunidades envolvidas nesse processo. São, em linhas gerais, bens móveis, imóveis e manifestações culturais (cívicas, religiosas, populares) que materializam, expressivamente, heranças de um passado remoto e recente que se renova e se recria de forma continuada.

Nesse contexto de bens coletivos destaca-se o patrimônio arqueológico. Os materiais (artefatos em pedra, objetos cerâmicos, restos de esqueletos humanos) e sítios arqueológicos de pinturas e gravuras rupestres, assim como outros vestígios de instalações duradouras ou temporárias, encontrados na Bahia constituem um acervo histórico de valor documental incalculável, posto que são os únicos testemunhos da ocupação humana do território do estado antes da presença dos colonizadores portugueses. Ressalte-se que, no que se refere ao processo da colonização até os dias atuais, os indícios arqueológicos também são indispensáveis para o estudo e a reconstrução do panorama histórico regional.

Não obstante a importância documental intrínseca aos sítios e materiais arqueológicos, existe nas comunidades contemporâneas uma atitude de distanciamento ou, no melhor dos casos, de incapacidade de saber lidar com o destino desses bens coletivos. A superação dessas circunstâncias consiste na aplicação de programas denominados de Educação Patrimonial, em que especialistas e comunidades procuram definições sobre o destino dos sítios arqueológicos compatíveis com o modo de pensar e sentir tradicional.

* Doutor pelo Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris). Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); investigador colaborador do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); coordenador do grupo de pesquisa Bahia Arqueológica.

** Graduado em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador na área de Arqueologia realizando trabalhos de levantamento, monitoramento, salvamento arqueológico e Educação Patrimonial; membro do Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica desenvolvendo diversos projetos dentro do estado da Bahia.

*** Doutorando e mestre em Arqueologia pela Universidade de Coimbra. Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); pesquisador bolsista do centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

**** Pós-doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); doutora em História, área de concentração Arqueologia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora adjunta do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

De uma maneira ampla, é possivel entender a educação como um processo contínuo que envolve o desenvolvimento integral de todas as faculdades humanas, associado a uma interação entre indivíduos, numa convivência que faz com que se transformem naturalmente entre si, estabelecendo um plano de reciprocidades que está referendado pela existência harmônica, a tolerância pela diferença cultural e o respeito pelo ambiente social e natural.

Nesta relação de ensino e aprendizagem, pode-se pensar que sempre se está atuando como educadores e educandos, na medida em que se é, ao mesmo tempo, fonte emissora e receptora de experiências. Assim, pode-se considerar que, no processo educativo, existe um feedback dos agentes envolvidos em profunda sintonia e responsabilidade para com o aprender e o ensinar. Logo, o fato do ensinar/aprender inside sobre o meio social e, com isso, se apresenta a disjuntiva de transformação ou de manutenção de uma postura conservadora e acomodada.

A educação patrimonial foi definida por Horta, Grunberg e Monteiro (2006, p. 6) "como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo". Tornar-se-ia, assim, um importante instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo e com sua identidade coletiva, enraizada nos bens patrimoniais. O cidadão reafirmaria sua autoestima através da valorização do patrimônio cultural, percebendo seu entorno e a si mesmo dentro de um contexto histórico, transformando-se, consequentemente, em principal agente de preservação. Ainda segundo Horta, Grunberg e Monteiro (2006), "o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania".

Para viabilizar esse instrumento de transformação, faz-se necessário um diálogo entre os agentes responsáveis pela pesquisa, salvaguarda e gestão patrimonial (pesquisadores, instituições privadas e poder público) e os grupos das comunidades aos quais o patrimônio se encontra diretamente vinculado. A partir dessa postura igualitária será possível a organização de um programa de ações educativas voltadas, primeiramente, à sensibilização dos grupos no que tange ao valor simbólico do patrimônio e, depois, quanto ao destino dele, para a capacitação da correta gestão.

Pode-se dimensionar que uma nova postura sobre o patrimônio deve estar vinculada, principalmente, aos valores que a comunidade lhe outorgar e que vier a refletir no seu processo de autoestima e autoconstrução, pois é na diversidade que é possivel atingir o todo, mas, para que este adquira sentido, é necessário fortalecer o sentimento de pertinência identitária através das diferenças.

Ao se abrir espaço para o tema da educação patrimonial no contexto arqueológico, proporciona-se um convite à reflexão quanto à responsabilidade que assume o profissional e o cidadão no processo de fortalecimento e revitalização da história e da cultura e, ainda, sobre o

comprometimento na construção de um universo sociocultural. Cria-se, assim, a possibilidade de assumir o fato de lidar com o patrimônio coletivo em situações as mais adversas, em que frequentemente deve se considerar a precariedade de recursos financeiros e a deficiência em infraestruturas, que provocam um estado de apatia e resignação, comprometendo a autoestima social e, por consequência, a desvalorização dos bens patrimoniais.

A partir desta premissa, o arqueólogo vê-se como vetor de geração de novas informações e de estímulos que promovam o sentimento de inclusão, como personagem fundamental, na construção de um processo histórico em que indivíduos, comunidades e nação participam. Percebe-se, então, sob esta nova ótica da Arqueologia, que o grande desafio da educação patrimonial não se limita à divulgação dos resultados arqueológicos, mas à utilização deles como elementos de transformação de percepções, pensamentos e sensibilidades.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS ARQUEOLÓGICOS: AS EXPERIÊNCIAS NA BAHIA

As pesquisas arqueológicas, seus resultados e desdobramentos eram divulgados, até recentemente, quase que exclusivamente no meio científico, através de relatórios técnicos, de livros direcionados a especialistas, de artigos publicados em revistas científicas e de apresentações em congressos, simpósios e seminários. Atualmente, essas divulgações começam a chegar a todos por intermédio do processo de educação patrimonial, caracterizado, principalmente, pela realização de diferentes atividades didáticas e publicações de cartilhas, folders e livros direcionadas para um público não especialista, com linguagem acessível e imagens de um acervo conhecido pelos moradores locais.

Como já foi mencionado em páginas anteriores, o objetivo da educação patrimonial, em linhas gerais, é promover o conhecimento, a apropriação e a valorização do patrimônio (incluindo o arqueológico) por parte da população em geral, sem se limitar a um público exclusivamente escolar. Nesse sentido, há uma conscientização da necessidade de ações educativas que atinjam um número significativo de representantes das comunidades.

No entanto, para que o trabalho com as comunidades seja realmente significativo e promova aprendizagem com base nas abordagens relacionadas ao patrimônio arqueológico, é indispensável que o pesquisador compartilhe com os moradores locais (incluindo o poder público local) suas experiências de campo e laboratoriais, expressando conceitos, terminologias e metodologia apropriados para a percepção técnica daquilo que deverá ser considerado patrimônio.

Vale ressaltar que um fator importante para a educação patrimonial, tendo como referência os bens arqueológicos, é a experiência em espaços não institucionalizados, ou seja, fora dos muros e dos conteúdos tradicionais da escola. Pode ser bastante singular a vivência dos aprendizados envolvendo os artefatos e os sítios arqueológicos *in loco,* a partir de atividades

práticas que levam os participantes a experimentarem as decisões e estratégias da prática dos trabalhos de campo e, assim, extrapolarem o estágio convencional de absorção de conceitos.

O exposto acima forma parte do corpo conceitual que direciona as práticas educativas, levadas a cabo pelo Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica (UFBA/CNPQ). No estado da Bahia, a teoria foi aplicada em três experiências que deram resultado e vêm garantindo a preservação de diferentes contextos arqueológicos. A primeira foi na Vila de Piragiba, localizada na região oeste. A segunda, no município de Curaçá, no norte, e a terceira, em cinco municípios da Chapada Diamantina.

VILA DE PIRAGIBA

Os sítios arqueológicos da localidade da Vila Piragiba, município de Muquém do São Francisco, vieram a conhecimento de pesquisadores do MAE/UFBA em 1992, através da geógrafa Ana Cristina Morais, nesse tempo atuante no Centro de Estatísticas e Informações (CEI) da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia[1]. Morais, efetuando um estudo de uso de solos na região, visita Piragiba e reconhece que o material cerâmico que aparecia aflorando na praça da vila eram vestígios arqueológicos. Naquele ano, com apoio do CEI, foi realizada a primeira visita por parte de um especialista do MAE/UFBA, confirmando que se tratava de dois sítios ceramistas importantes para história das populações pré-coloniais nessa região, não só pelas suas dimensões e quantidade de material que aparecia em superfície, mas também pela possibilidade de observar vestígios de duas culturas de grupos ceramistas que utilizaram, em momentos diferentes, o mesmo ambiente.

A Vila de Piragiba está formada por duas fileiras de casas separadas por um amplo espaço: a "praça". Este núcleo residencial encontra-se em um fundo de vale entre duas serras denominadas localmente de Santana e do Cruzeiro, por onde corre um riacho também chamado de Santana. Devido ao desmatamento provocado nas serras, a montante do riacho, as chuvas cíclicas não são retidas nas encostas por falta de cobertura vegetal, descendo bruscamente para o riacho. Este sobe de nível rapidamente e aumenta a velocidade do curso; à altura do meandro que beira a praça, as águas não conseguem seguir a direção do riacho, transbordando e inundando a vila, em enchentes de curta duração, mas de grande violência.

Os trabalhos de campo iniciaram-se em julho de 1996 e continuaram por um ano e meio, de forma contínua[2]. Durante esse período foram escavados os dois sítios arqueológicos e localizado um terceiro. O primeiro deles encontra-se na praça da vila, sendo possível sua filiação aos grupos da tradição Aratu. O outro sítio trabalhado localiza-se nos terrenos de cultivo de

[1] A Vila de Piragiba está situada no município de Muquém do São Francisco, a 750 km, aproximadamente a oeste de Salvador, distante 2,5 km da BR-242, que une esta cidade a Brasília.

[2] Os trabalhos de campo foram possíveis graças a um convênio entre a UFBA e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (CADCT/Seplantec, hoje Fapesb). O prosseguimento das atividades na vila culminará com a criação de um centro cultural, com espaço expositivo, onde poderão ser apresentadas as peças coletadas durante as pesquisas, e um lugar destinado à conservação de outros objetos não expostos.

Imagem 1 – Piragiba, Muquém do São Francisco. Vista parcial da praça da vila. Foto: Julio C. M. de Oliveira.

propriedade do Sr. José Gómes da Silva, familiarmente chamado Zé Preto. Conforme o material coletado, o sítio foi identificado como pertencente à tradição Tupi-guarani. Um terceiro local foi descoberto pela equipe durante as incursões de reconhecimento do território em volta da vila, a uma distância de 2 km a leste desta, na fazenda do Sr. Antônio Pita. Os objetos achados, principalmente grandes fragmentos de vasilhames cerâmicos com decorações incisas, remetem também aos grupos englobados na tradição Tupi-guarani.

O sítio relativo à tradição ceramista Aratu distribui-se por quase toda a superfície do núcleo do povoado, isto é, no que é hoje denominado de praça, no campo de futebol e nas áreas de residência. Ou seja, a população atual, de origem portuguesa, instalou-se no local de uma antiga aldeia pré-colonial, fato percebido somente há cerca de 15 anos, quando começaram a aparecer em superfície os "potes d'índios"[3].

O sítio da praça é constituído fundamentalmente pelos restos de urnas e de material lítico lascado. A identificação dos locais com urnas é possível pela ocorrência de círculos cerâmicos, que correspondem às paredes ou às bordas das urnas e aos opérculos, que ficam em descoberto. Até o momento foram localizadas 105 urnas, formando conjuntos isoladamente,

[3] Não foram encontrados ainda documentos que atestem sobre o momento de fundação da vila atual. Segundo informações dos moradores esta teria se formado em torno de um núcleo de uma fazenda, com o nome de Santana dos Neri, denominação que conservou até tempos recentes. Conforme a informação oral, é possível pensar na formação desta localidade por volta do final do século XIX ou início do XX.

com diferentes graus de integridade, mas se forem consideradas informações de retiradas anteriores, o total pode superar 120 unidades.

Imagem 2 – Sítio Praça de Piragiba. Escavação de uma urna Aratu. Foto: Carlos Etchevarne.

Imagem 3 – Sítio Praça de Piragiba. Escavação de uma urna Aratu, com parte do esqueleto, na base do recipiente. Foto: Carlos Etchevarne.

Durante as escavações arqueológicas, o contato com a comunidade local era diário e constante, pois, esta participou ativamente de todas as etapas de campo, incluindo o processo de escavação e o restauro dos materiais cerâmicos. Esse envolvimento foi primordial para o desenvolvimento eficaz das ações de pesquisa e para o processo de apropriação dos materiais arqueológicos como bens coletivos de Piragiba.

A relação estabelecida entre pesquisadores e comunidade teve início pela inquietude da própria comunidade que, primeiramente, estranhou a presença de pessoas fazendo buracos em diferentes lugares da vila e, posteriormente, questionou todas as atividades realizadas, solicitando respostas. Naquele momento havia uma distância entre os "estranhos" (os pesquisadores) e os moradores locais que seria superada com a implementação de um programa de educação patrimonial, que contemplou os anseios e as preocupações das pessoas.

Imagem 4 – Sítio da Praça de Piragiba. Escavação de uma urna Aratu, com participação de membros da comunidade da vila. Foto:Carlos Etchevarne.

De forma paralela às pesquisas de campo, foram realizadas, no edifício da escola municipal, palestras e oficinas com a participação da comunidade, representada pelos diferentes setores e faixas etárias, da criança ao idoso. Desenvolveram-se, também, várias atividades *in loco*, com experimentação e contato direto com os vestígios arqueológicos, o que culminou com a participação ativa de muitas pessoas nas escavações.

Imagem 5 – Vila de Piragiba, Muquém do São Francisco. Palestra realizada na escola municipal, com a presença da comunidade. Foto: Mirta Barbosa.

Imagem 6 – Vila de Piragiba, Muquém do São Francisco. Palestra realizada na escola municipal, com a presença de alunos e professores.
Foto: Mirta Barbosa.

Imagem 7 – Vila de Piragiba. Atividade educativa desenvolvida *in loco* com a participação da comunidade local.
Foto: Mirta Barbosa.

Imagem 8 – Vila de Piragiba. Atividade educativa desenvolvida *in loco* com a participação da comunidade local.
Foto: Mirta Barbosa.

No decorrer do programa educativo, a participação da comunidade foi intensa e dinâmica, interagindo com toda a equipe de arqueologia. Dentre os desdobramentos deste trabalho, destacam-se a solicitação da comunidade em ter sob sua tutela os materiais oriundos das escavações, após a realização dos estudos em laboratório e a concretização dos resultados. Foi construído, então, um espaço físico (respeitando a arquitetura local), denominado localmente de Museu de Piragiba, para acondicionar os artefatos que foram coletados nas escavações ou encontrados em superfície.

Atualmente, a Vila de Piragiba recebe visitantes de vários municípios da região oeste da Bahia, principalmente, de grupos escolares. Essas pessoas são conduzidas até o museu, por um ou mais moradores, onde são apresentadas ao acervo arqueológico. Visitam, também, os locais onde foram realizadas as escavações. Cabe ressaltar que a comunidade é responsável pela guarda e a proteção desse patrimônio e tem a liberdade de tomar decisões sobre seu destino.

Imagem 9 – Piragiba. Moradores de outros municípios da região em visita ao museu da vila. Foto: Mirta Barbosa.

Imagem 10 – Piragiba. Visitantes no interior do museu, conhecendo o acervo arqueológico. Foto: Mirta Barbosa.

CURAÇÁ

O município de Curaçá, localizado na região do Médio São Francisco, possui vários sítios arqueológicos, recorrentemente indicados pelos moradores de áreas rurais. Nos anos 2008 e 2009, no âmbito do Projeto Mata Branca, de conservação e gestão sustentável do bioma caatinga nos estados da Bahia e do Ceará (financiamento do Fundo Mundial para o Meio Ambiente e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), uma equipe do Bahia Arqueológica realizou pesquisas no Serrote do Velho Chico e no Sítio Fazenda Salão.

Para esta pesquisa, o apoio e o envolvimento dos moradores do entorno dos sítios arqueológicos contribuíram, de forma diferenciada, para um resultado positivo. Em todas as etapas, os proprietários e pessoas interessadas nos vestígios trabalharam, lado a lado, com os pesquisadores. Essa integração colaborou para diminuir a destruição dos sítios arqueológicos. Assim, todos se transformaram em protetores do patrimônio cultural da região que sobrevive nas artes e nos objetos utilizados em outros tempos.

Imagem 11 – Sítio Fazenda Salão, Curaçá. Escavação de um recipiente cerâmico funerário.
Foto: Luydy Fernandes.

Imagem 12 – Sítio Fazenda Salão, Curaçá. Participação de moradores locais durante as escavações.
Foto: Luydy Fernandes.

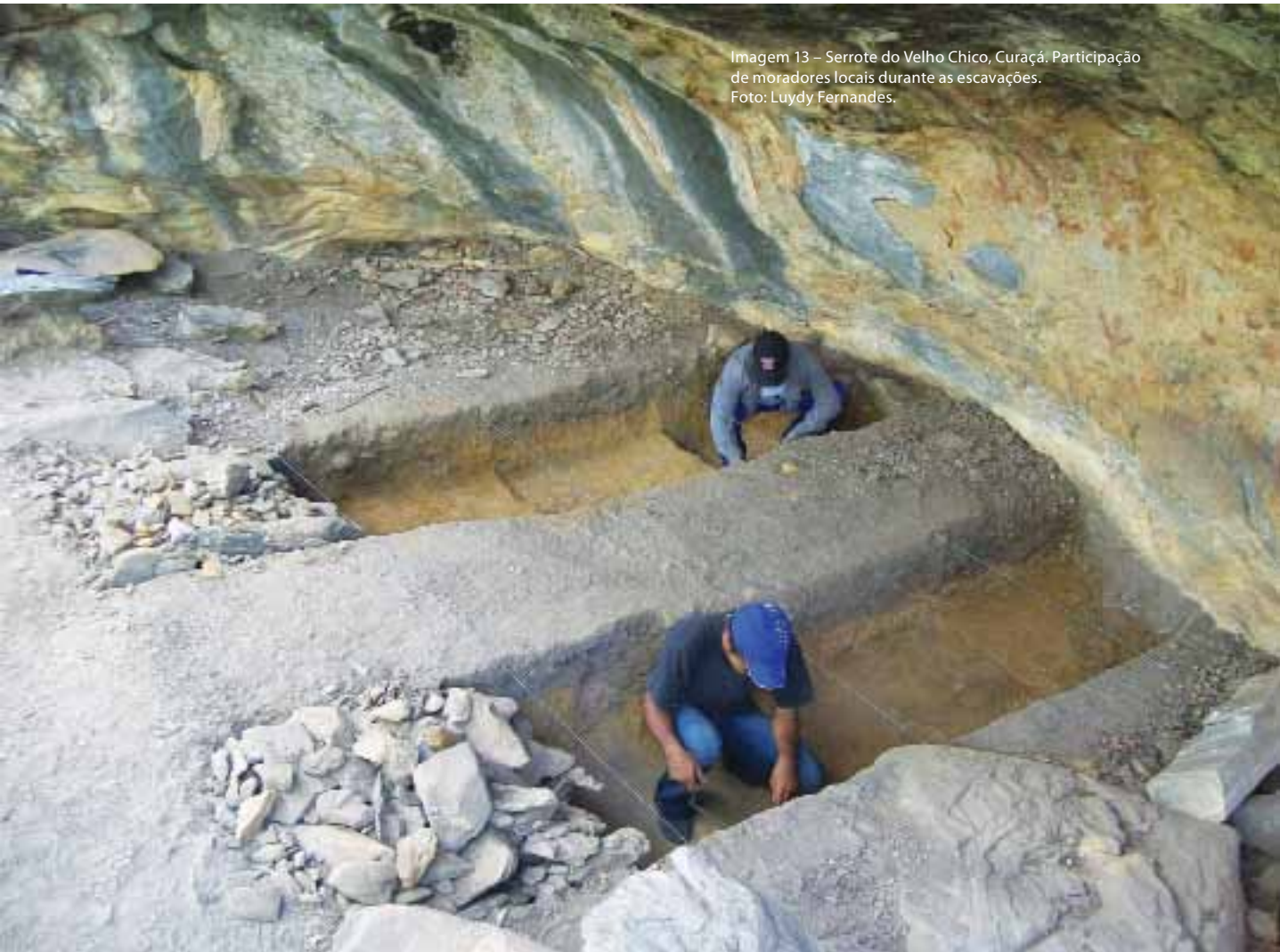


Imagem 13 – Serrote do Velho Chico, Curaçá. Participação de moradores locais durante as escavações.
Foto: Luydy Fernandes.

Imagem 14 – Sítio Serrote do Velho Chico, Curaçá.
Participação de moradores locais nas escavações.
Foto: Luydy Fernandes.

CHAPADA DIAMANTINA

A Chapada Diamantina, localizada na parte central do estado da Bahia, é uma região ímpar pelas paisagens naturais, constituídas por chapadões, cachoeiras e cavernas e por uma grande diversidade de fauna e flora, com espécies da caatinga e do cerrado. Além das belezas paisagísticas, a Chapada Diamantina apresenta um cenário arquitetônico peculiar, testemunho de um passado opulento, durante o período áureo dos garimpos de diamantes. Lençóis, por exemplo, é uma cidade que preserva este momento histórico da ocupação da região no século XIX.

Na região chapadense podem se encontrar vestígios dos grupos humanos que a ocuparam muito antes da chegada dos portugueses. Os principais indícios desse passado remoto são as pinturas e gravuras rupestres dispostas em paredões, abrigos e grutas de diversas formações rochosas, constituindo, dessa maneira, um acervo arqueológico de grande importância para a compreensão da história da Bahia e do Brasil.

Em função do reconhecido valor documental dessas localidades, iniciou-se um processo de educação a longo prazo que teve início em 2006 na cidade de Lençóis, por ocasião do primeiro Seminário de Arte Rupestre, levada a cabo pelo Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica. Esse

evento contou com a participação de um grande número de pessoas (guias turísticos, professores, representantes de órgãos de proteção ambiental, ONGs e autoridades municipais), de diferentes localidades da Chapada Diamantina. Foi um marco para o início dos trabalhos permanentes de Arqueologia na região, pois lançou as bases para a elaboração de projetos de pesquisa e gestão.

Em janeiro de 2008, com o início das atividades do Projeto de Identificação, Proteção e Gestão de Sítios Arqueológicos de Arte Rupestre da Chapada Diamantina, Bahia, com financiamento da Petrobras Cultural e aprovado pelo Ministério da Cultura (MinC), começou a ser colocado em prática um programa de educação patrimonial, direcionado para a capacitação de representantes comunitários de seis municípios da região: Brotas de Macaúbas, Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Palmeiras e Wagner.

O arcabouço que direcionou as ações está norteado por três premissas básicas: 1. só há possibilidade de preservação com a participação da comunidade que está próxima aos sítios de arte rupestre; 2. só existe proteção com o conhecimento do que deve ser protegido e, para isso, a pesquisa cientifica é fundamental e insubstituível. As comunidades devem ser incluídas no processo de estudo dos sítios; 3. só há preservação do patrimônio de arte rupestre quando há um retorno social e econômico para as comunidades em torno dos locais com representações gráficas.

Foram realizados seminários, oficinas e outras atividades nos sítios rupestres, enolvendo os membros das comunidades próximas a esses locais. Essas práticas foram fundamentais na instrumentalização das pessoas para os procedimentos elementares de identificação, cadastramento e gestão de sítios arqueológicos.

O grupo Agentes Patrimoniais, constituído até o momento, forma uma unidade heterogênea muito representativa e dinâmica. São professores das redes municipal e estadual, estudantes de faculdades – de diferentes cursos – estudantes secundaristas e representantes da comunidade em geral. Eles vêm realizando ações que contribuem, de forma consciente, na preservação do patrimônio arqueológico da Chapada Diamantina.

Imagem 15 – Brotas de Macaúbas. Seminário realizado com representantes da comunidade. Foto: Carlos Costa.

Imagem 16 – Brotas de Macaúbas. Realização de oficinas com atividades teóricas e práticas.
Foto: Alvandyr Bezerra.

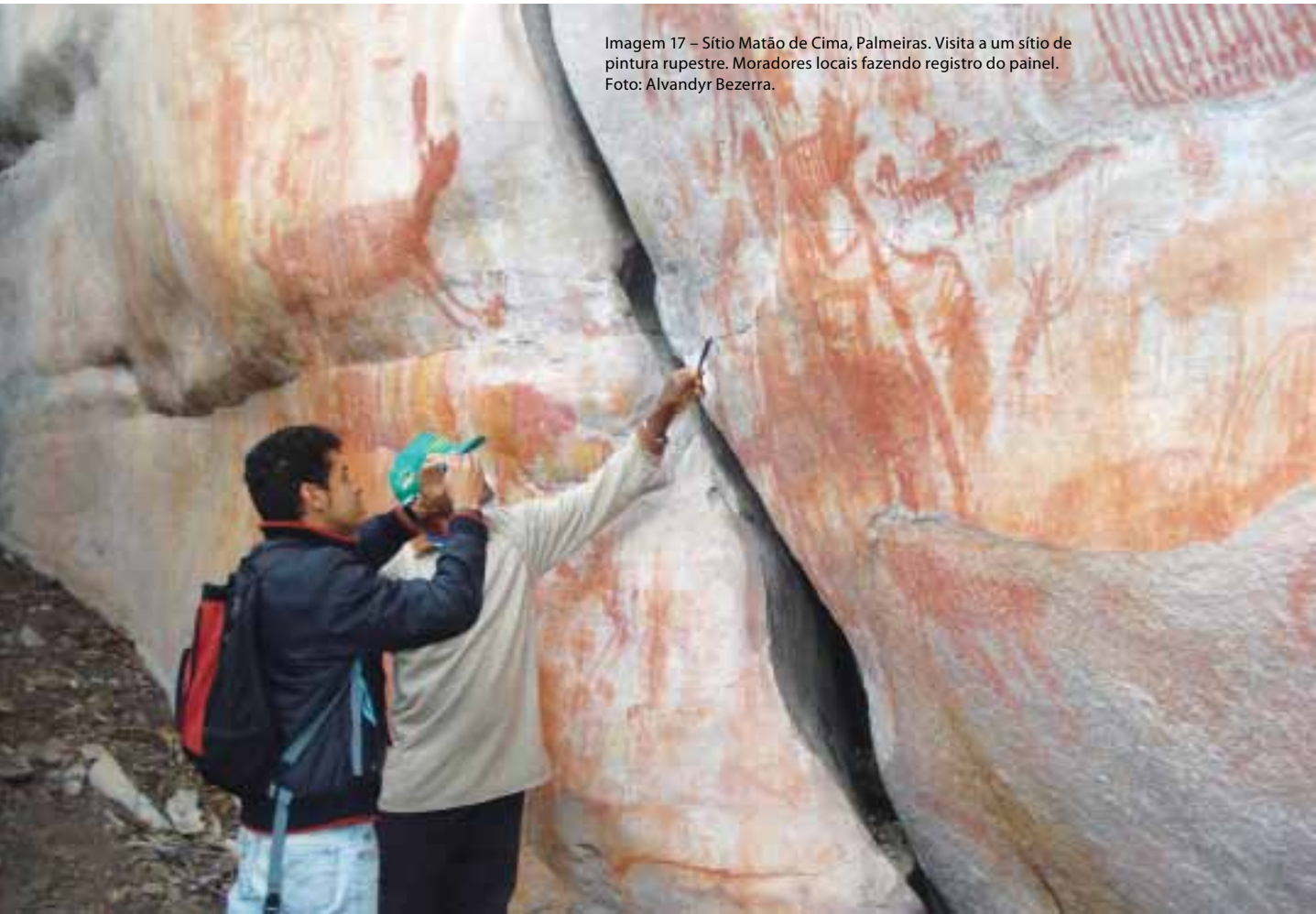


Imagem 17 – Sítio Matão de Cima, Palmeiras. Visita a um sítio de pintura rupestre. Moradores locais fazendo registro do painel.
Foto: Alvandyr Bezerra.

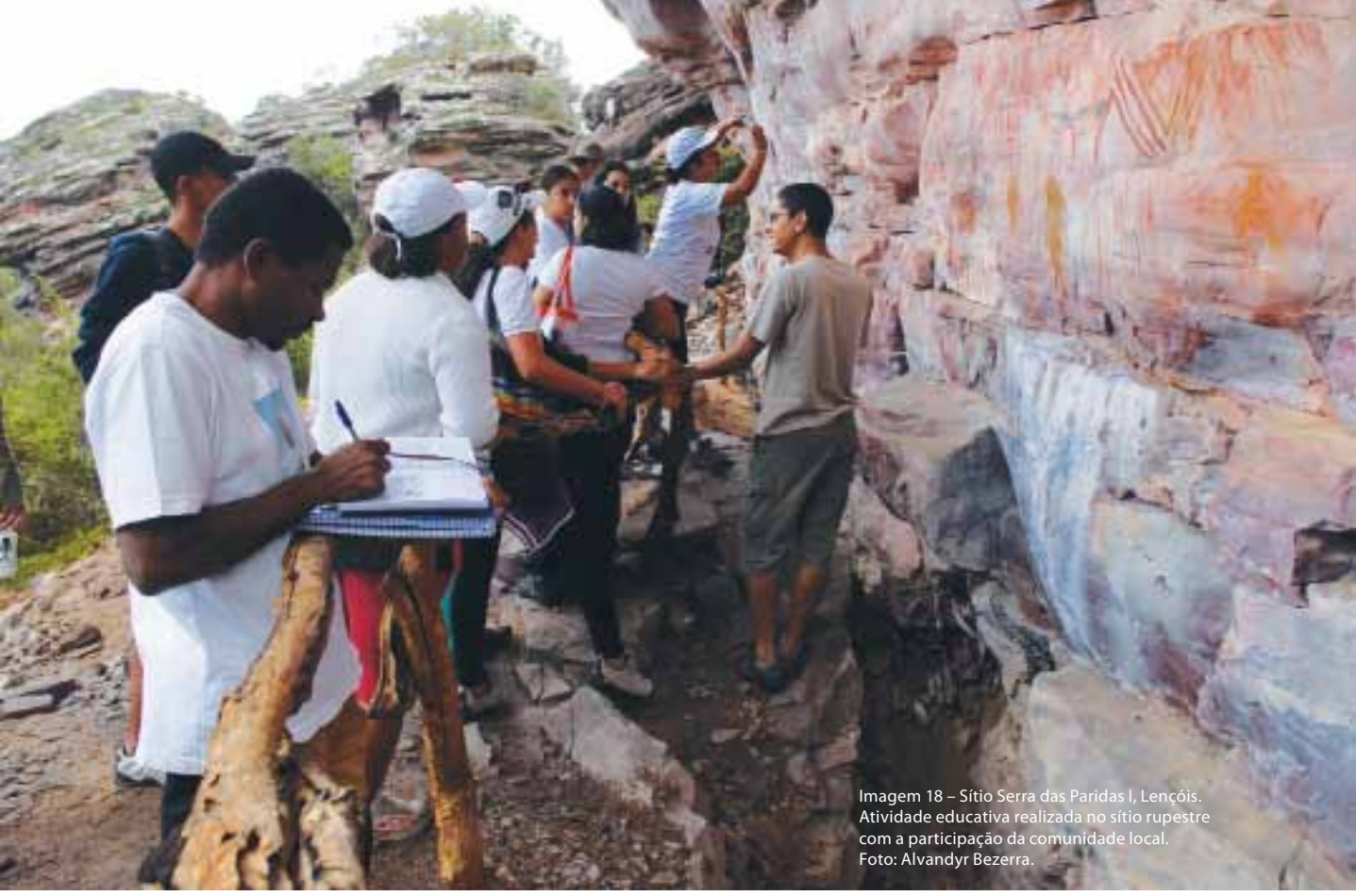


Imagem 18 – Sítio Serra das Paridas I, Lençóis. Atividade educativa realizada no sítio rupestre com a participação da comunidade local. Foto: Alvandyr Bezerra.

TRABALHOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PROJETOS DE ARQUEOLOGIA DE CONTRATO NA BAHIA

Outra forma de realização de ações educativas está associada aos trabalhos de Arqueologia empresarial ou Arqueologia por contrato. Trata-se de atividades que ocorrem nos empreendimentos de engenharia que causam impactos no meio, realizados ao amparo de legislação própria, especificamente a Portaria MinC/IPHAN nº230/02.

Por sua vez, esta portaria segue princípios de normas de licenciamentos ambientais, a Resolução Conama nº001/86, que determina que as obras de engenharia sejam realizadas em três fases, acordes com o avanço do empreendimento e o impacto causado, quais sejam: a Licença Prévia (LP), a Licença de Implantação (LI) e a Licença de Operação (LO). Neste sentido, os trabalhos arqueológicos são adaptados a estas etapas. Bem como as atividades arqueológicas, aquelas de cunho educativo podem sofrer adaptações, no sentido de torná-las proporcionalmente equivalentes ao impacto que a obra estará causando, à dimensão e ao aprofundamento do conhecimento arqueológico na localidade e aos interesses das comunidades atingidas.

As experiências educativas associadas aos empreendimentos das rodovias BA-148, BA-001, BA-693 e BA-698 – realizadas em cooperação técnica entre o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA) e o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba) – permitem avaliar o papel social da Arqueologia, sobretudo em processos relacionados àquela classificada como empresarial. Nos casos em questão, os

trabalhos educativos foram paulatinamente pensados e ampliados em objetivos e produtos oferecidos à medida que ocorriam o conhecimento arqueológico das áreas e a integração com as comunidades.

Assim, três procedimentos distintos foram adotados:

- Na fase de diagnóstico e de levantamento, a divulgação dos trabalhos arqueológicos, a sensibilização da comunidade local através da distribuição de pequenas cartilhas educativas e palestras;
- Na fase de resgate, a realização de cursos de educação patrimonial em Arqueologia;
- Após o resgate e tendo em mãos os resultados das escavações arqueológicas, dependendo da monta dos acervos resgatados: a divulgação dos resultados a partir de cartilhas (BA-693 e BA-698); a realização de exposição itinerante (BA-001); a instalação de uma unidade museológica (BA-148) para a permanência dos acervos na localidade, e a construção de uma praça municipal (BA-148) com estruturas arqueológicas evidenciadas e valorizadas para visitação pública.

Cabe, entretanto, um esclarecimento: apesar de a legislação demandar a necessidade de realização de programas de educação patrimonial em todas as fases dos trabalhos arqueológicos em licenciamentos ambientais, não existem parâmetros para que seja mensurada esta parcela de participação nos projetos. Essa brecha legal conduz os trabalhos educativos a serem proporcionalmente menores aos arqueológicos, quando diretamente não são realizados, como ocorre na maioria das situações. É neste sentido que se propõe que os trabalhos educativos devam ser dimensionados levando-se em consideração a proporcionalidade entre diferentes circunstâncias do empreendimento, a saber: 1) fase do licenciamento ambiental; 2) dimensão do empreendimento e do impacto por ele causado; 3) fase do projeto arqueológico; 4) grau de inserção da equipe de arqueologia nas comunidades locais, sobretudo, os interesses das comunidades; 5) aprofundamento do conhecimento arqueológico regional. Desta maneira, a cada momento que os trabalhos vão avançando, os objetivos e metas do projeto educativo são ampliados, tanto em aprofundamento das discussões quanto em produtos gerados, fazendo com que estas ações se constituam em programas integrados e lógicos, sempre revertidos para as comunidades atingidas, e não como atividades isoladas e sem conexão com o projeto arqueológico.

Foi com estes pressupostos que os trabalhos educativos relacionados às rodovias supracitadas foram elaborados. Justamente pensando no papel social do arqueólogo e nesta proporcionalidade é que, à medida que os trabalhos arqueológicos foram aprofundados, a inserção da comunidade na deliberação das ações dos projetos educativos foi tornando-se mais decisiva. Assim, pode-se dizer que os frutos deste processo são derivações lógicas das intenções e interesses das comunidades locais. Iniciou-se com uma simples cartilha, passou-se a seminários, cursos, exposição itinerante e seguiu-se até a criação de uma unidade museológica e de uma praça municipal.

Dessa maneira fica explícito que os objetivos e metas dos trabalhos educativos se ampliaram à medida que as obras e os trabalhos arqueológicos avançavam, criando um aprofundamento do conhecimento e uma maior inserção da comunidade, culminando com a materialização das atividades planejadas com as próprias comunidades. Contudo, é preciso enfatizar que isto só foi possível em decorrência da paulatina inserção da equipe nos contextos sociais.

REFERÊNCIAS

COSTA, Carlos A. S.; COMERLATO, Fabiana. Sugestões para educação patrimonial em arqueologia por contrato. *Canindé*, Xingó, SE, n. 9, p. 195–200, 2007.

HORTA, M. de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia básico de educação patrimonial*. 3. ed. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 2006. 66 p.

TAVARES, Aurea C. P.; COSTA, Carlos A. S. Educação patrimonial em Arqueologia: uma experiência de educação patrimonial associada a empreendimento de linha de transmissão, nos municípios de Governador Mangabeira e de São Félix, Bahia. *Revista do CEPA,* Santa Cruz do Sul: Unisc, v. 28, n. 40, p. 7–14, 2004.

GLOSSÁRIO

B.P. (years before the present):
"anos antes do presente", em que o "presente" é definido, por convenção, como o ano de 1950.

C14 (carbono 14):
alteração do carbono 14 ou radiocarbono, técnica utilizada para datação em Arqueologia, Geologia etc., com amostras de matéria orgânica.

Cauim:
termo de origem Tupi que se refere às bebidas utilizadas em rituais indígenas.

Depleção:
diferença entre os níveis d'água máximo e mínimo operativos num reservatório em um determinado instante.

Líticos lascados:
termo que designa todo material em pedra resultante da preparação de instrumentos por parte de algum grupo humano.

Espaços edilícios:
espaços onde foram construídos edifícios.

Faiança:
tipo de cerâmica caracterizada por se assemelhar a um vidrado, resultado de banho de óxidos de estanho e chumbo, que dão uma coloração branca brilhante.

Frontispício:
parte superior da fachada.

Gramática decorativa:
linguagem gráfica com forte apelo estético.

Gramática gráfica:
define códigos imagéticos específicos, passíveis de serem identificados, mas cujos significados são de difícil decodificação.

Mensagens imagéticas:
informações que devem ser passadas através de imagens ou grafismos rupestres.

Kariri:
designa um tronco linguístico ao qual se vinculam vários grupos étnicos.

Malacológico:
referente à Malacologia, estudo dos moluscos.

Metonímico:
faz alusão a um significado que não está explícito objetivamente, mas é passível de ser reconhecido por um determinado grupo.

Mnemônico:
relativo à memória e aos instrumentos que ajudam a fixá-la.

Pétrea:
de pedra.

Pleistoceno:
corresponde a um dos períodos do Quaternário, cujos limites foram fixados entre 1,8 milhão e 11 mil anos atrás**.**

Sambaquis:
construções intencionais feitas com funções variadas, caracterizadas por acúmulo de conchas, em geral, resultado do descarte da alimentação.

Sílex:
rocha sedimentar silicatada constituída de quatzo.

Sociedade estamentária:
sociedade dividida em estamentos ou classes, com escassa mobilidade ascendente.

Tapuias:
termo de origem Tupi que designa, genericamente, grupos indígenas de origens diversas não Tupi.

Técnica do corrugado:
processo decorativo para a cerâmica, caracterizado por um relevo ondulante e rítmico produzido pela pressão dos dedos ou das espátulas sobre os roletes de construção do vasilhame.

Tradição:
termo usado em Arqueologia para designar um conjunto de elementos culturais que se perpetua no tempo e no espaço.

Tradição Aratu:
termo que identifica, em Arqueologia, uma unidade cultural indígena, cujo elemento diagnóstico constitui a urna funerária piriforme.

Tradição Tupi:
termo arqueológico que designa uma unidade cultural ampla que se relacionam com os grupos do tronco linguístico Tupi. A tradição Tupi se caracteriza pelos vasilhames de borda reforçada, com paredes pintadas (branco, vermelho e preto) ou decoradas com incisões, corrugados, escovados etc.

APÊNDICE

LOCALIZAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO ESTADO DA BAHIA

SEP 88
Série Estudos e Pesquisas

LOCALIZAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO ESTADO DA BAHIA

Os sítios arqueológicos listados e localizados no mapa do estado da Bahia representam apenas uma parte muito pequena dos locais com material arqueológico existentes no território baiano. Essa apresentação parcial deve-se a duas razões principais. Em primeiro lugar porque, até o presente, o território do estado baiano foi pesquisado de forma sistemática tão somente em algumas áreas, permanecendo desconhecido o conjunto de remanescentes arqueológicos da maioria dos municípios. A segunda razão diz respeito à dificuldade de acesso aos dados de localização. Na Bahia já pesquisaram e ainda pesquisam muitos arqueólogos de instituições públicas brasileiras, como universidades, ou privadas, as denominadas empresas de consultoria arqueológica. Mas os resultados conseguidos nas diferentes intervenções não ficam disponíveis em sua totalidade nos arquivos da Superintendência Regional de Salvador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão que controla todo tipo de prática arqueológica. De fato, os relatórios de atividades são encaminhados à sede central desse órgão, em Brasília, para ser inseridos no Cadastro Nacional de Sítios. Porém, por motivos diversos de organização interna, essa base de dados não está atualizada.

Deve ser considerado também que a distribuição dos sítios arqueológicos depende da sistemática de investigação adotada por cada pesquisador nas áreas em que trabalhou. Existem, por exemplo, projetos específicos de mapeamentos que redundaram, necessariamente, em um número alto de sítios localizados. Outros estudos são destinados a aprofundar o conhecimento de um sítio em particular, o que reduz as possibilidades de dedicação para localizar outros na área. Desta maneira, a densidade de locais arqueológicos em alguns municípios não deve ser compreendida, em absoluto, como uma maior concentração de instalações humanas através do tempo. Ela pode estar transluzindo somente um grande investimento em pesquisa em área bem delimitada.

Cabe lembrar que os sítios arqueológicos do estado da Bahia constituem marcos referenciais muito variados sobre os diferentes processos sócio-históricos desenvolvidos no território. Com o objetivo de apresentação no mapa, não foram levadas em consideração as variações pontuais de cada localidade arqueológica. Em vez disso, os sítios foram agrupados conforme a periodização e a natureza compositiva de cada um deles, criando-se assim os seguintes grupos:

1 – Sítio Pré-colonial: referente às populações indígenas anteriores à chegada dos colonizadores. Classifica-se pela natureza do conteúdo principal dos sítios, sendo assim dividido em:

a) Lítico: local com vestígios que são unicamente instrumentos em pedra ou fragmentos deles;

b) Cerâmico: sítio com restos de objetos de uso doméstico ou ritualístico em cerâmica;

c) Arte rupestre: sítio com representações gráficas pintadas ou gravadas sobre rochas;

d) Sambaqui: local caracterizado pelo acúmulo intencional de conchas de moluscos, utilizado como residência ou área cemiterial.

2 – Sítio Colonial: área com remanescentes de instalações de origem portuguesa, compreendidas entre os séculos XVI e XVIII, com funções habitacionais, produtivas, comerciais, defensivas ou religiosas. Não foram criados itens classificatórios tendo em vista a grande variedade de sítios e a dificuldade de reuni-los em classes.

3 – Sítio Pós-colonial: conjuntos vestigial do período que se inicia no século XIX. A variedade de situações arqueológicas aumenta com relação à classificação anterior em função da complexidade maior na estrutura social, tecnologia etc., típica deste período.

Enfim, convém ressaltar que o que se pretende mostrar no mapa não é especialmente a quantidade de sítios identificados até o presente, mas o potencial existente nas regiões baianas onde houve algum tipo de trabalho arqueológico.

(continua)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Andaraí	Vila de Igatu de Xique Xique	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Barra do Mendes	Pedra da Acauã	Pré-colonial	Arte rupestre
Barra do Mendes	Pinta dos Tapuias	Pré-colonial	Arte rupestre
Brotas de Macaúbas	Barragem Aguada	Pré-colonial	Arte rupestre
Brotas de Macaúbas	Mangabeira	Pré-colonial	Arte rupestre
Brotas de Macaúbas	Morro do Cruzeiro	Pré-colonial	Arte rupestre
Cachoeira	Barragem	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Cachoeira	Buraco	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Cachoeira	Cabonha	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Caieira	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Cais	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Cais da Ponte	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Capela de São João Batista	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Capela do Desterro	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Capoeiruçu	Pós-colonial	Estruturas construtivas

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Cachoeira	Caquende	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Casa 1 Guaíba	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Casa 2 Guaíba	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Casa do Rio	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Cemitério dos Alemães	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Cemitério Ordem 3ª do Carmo	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Convento de São Francisco do Paraguaçu	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho Balneário	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho Calembá	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho Cassinum	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho Central do Iguape	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho da Cruz	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho da Ponta	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho da Ponte	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho da Praia	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho Desterro	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho Embiara	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho Velho	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho Velho da Guaiba	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho Vitória	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenho da Vitória do Paraguaçu	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Engenhoca	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Faz Guaíba	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Igreja do Iguape	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Ilha do Capim	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Olaria do Jorge	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Ponte de Belém	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Portal	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Santuário de Belém	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cachoeira	Viradouro	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Caetité	Moita dos Porcos	Pré-colonial	Arte rupestre
Cafarnaum	Lapinha	Pré-colonial	Arte rupestre
Camamu	Camamu 1	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	**Sítio**	**Tipo de sítio**	**Classificação**
Camamu	Camamu 2	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Camamu	Camamu 3	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Camamu	Camamu 4	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Camamu	Engenho da Princesa Isabel	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Camamu	Fonte d'Água	Pré-colonial	Cerâmico
Camamu	Fonte do Desterro	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Camamu	Fonte do Estaleiro	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Camamu	Fonte do Sarará	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Camamu	Ladeira do Guaraná	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Camamu	Pedra Rasa 1	Pré-colonial e Colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Camamu	Pedra Rasa 2	Pré-colonial	Cerâmico
Camamu	Pedra Rasa 3	Pré-colonial	Cerâmico
Camamu	Represa do Bom Retino	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Camamu	Santa Inês (Engenho)	Colonial	Estruturas construtivas
Camamu	Santa Inês (Fazenda)	Colonial	Estruturas construtivas
Camamu	Santa Inês (Igreja)	Colonial	Estruturas construtivas
Campo Formoso	A Toca	Pré-colonial	Arte rupestre
Campo Formoso	Lisos	Pré-colonial	Arte rupestre
Campo Formoso	Pintura dos Caboclos	Pré-colonial	Arte rupestre
Canarana / Irecê	Lajedo do Caldeirão	Pré-colonial	Arte rupestre
Canudos	Pedra Riscada	Pré-colonial	Arte rupestre
Casa Nova	Pedra Escrivida	Pré-colonial	Arte rupestre
Central	Abrigo da Lesma	Pré-colonial	Arte rupestre e Lítico
Conceição da Feira	Capianga	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Cruz das Almas	Reitoria	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Curaçá	Curral Velho	Pré-colonial	Arte rupestre
Curaçá	Serrote do Velho Chico	Pré-colonial	Arte rupestre
Dom Basílio	Lajedo da Gia	Pré-colonial	Arte rupestre
Feira da Mata/ Ramalho	Serra Azul IV	Pré-colonial	Lítico / Cerâmico
Gentio do Ouro / Irecê	Cachoeira do Encantado	Pré-colonial	Arte rupestre
Gentio do Ouro / Irecê	Caldeirão	Pré-colonial	Arte rupestre

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Gentio do Ouro / Irecê	Lajes	Pré-colonial	Arte rupestre
Gentio do Ouro / Irecê	Poções	Pré-colonial	Arte rupestre
Gentio do Ouro / Irecê	Toca do Coã	Pré-colonial	Arte rupestre
Guanambi	Aldeamento de Mutans	Pré-colonial	Cerâmico
Guanambi	Pedra do Índio	Pré-colonial	Arte rupestre
Ibipeba / Irecê	Toca dos Tapuias	Pré-colonial	Arte rupestre
Ibirapuã	Cachoeira Numerada	Pré-colonial	Arte rupestre
Ibititá / Irecê	Toca do Urubu	Pré-colonial	Arte rupestre
Igrapiúna	Fazenda Mangerona	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Igrapiúna	Fazenda Mechelin / Sítio da Barragem	Pós-colonial	Cerâmico
Igrapiúna	Fazenda Mechelin / Sítio do Bosque	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Igrapiúna	Fazenda Mechelin / Sítio do Riacho	Pós-colonial	Cerâmico
Igrapiúna	Ihazinha	Pós-colonial	Cerâmico
Igrapiúna	Laranjeiras	Pós-colonial	Cerâmico
Igrapiúna	Laranjeiras	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Igrapiúna	Pau d'Óleo	Pós-colonial	Cerâmico
Ilhéus	Forte do Morro de Pernambuco	Colonial	Estruturas construtivas
Ilhéus	Igreja de Nossa Senhora Santana e seu entorno / Rio do Engenho	Colonial	Estruturas construtivas
Ilhéus	Sapucaíuna / Sauípe, Maria Jape	Colonial	Estruturas construtivas
Ilhéus	Sítio Dunar de Olivença	Pré-colonial	Cerâmico
Ilhéus	Tapuio/ Maria Jape	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Ipiaú	Sítio Santo Antonio I	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Ipupiara	Pintada	Pré-colonial	Arte rupestre
Ipupiara	Pintada I	Pré-colonial	Arte rupestre
Ipupiara	Toca do Tapuia	Pré-colonial	Arte rupestre
Iraquara	Lapa do Caboclo	Pré-colonial	Arte rupestre
Itacaré	Engenho de Taboquinhas	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Itacaré	Engenho Rio de Contas	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Itacaré	Jeribucaçu	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Itaguaçu / Irecê	Toca do Cosmo	Pré-colonial	Arte rupestre
Itaguaçu / Irecê	Vacaria	Pré-colonial	Arte rupestre
Itamaraju	Gervásio	Pré-colonial	Lítico
Itamaraju	Sítio Santa Cruz do Ouro	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Itamaraju	Zezinho	Pré-colonial	Lítico
Itaparica	Armação de Porto Santo	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Itaparica	Ilha do Medo	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Itapeb	Ocorrência Limoeiro	Pré-colonial	Lítico
Itapebi	Minas Nova	Pré-colonial	Lítico
Itapebi	Sítio Candial	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Ituaçu	Lapa do Bode	Pré-colonial	Arte rupestre
Ituaçu	Fazenda Lagadiço	Pré-colonial	Arte rupestre
Ituaçu	Angicos	Pré-colonial	Arte rupestre
Ituaçu	Engenho da Vereda	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Iuiú / Serra Geral	Toca do Índio	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Pé de Serra	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Tombador	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Tombador de Cima I	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Tombador de Cima II	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Tombador de Cima III	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	São Judas Tadeu I	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	São Judas Tadeu II	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	São Judas Tadeu III	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	São Judas Tadeu IV	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	São Judas Tadeu V	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	São Judas Tadeu VI	Pré-colonial	Arte rupestre

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Jacobina	São Judas Tadeu VII	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Cambaitira I	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Cambaitira II	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Cambaitira III	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Três Coqueiros I	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Três Coqueiros II	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Barragem do Cantinho	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Morro do Cruzeiro I	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Morro do Cruzeiro II	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Fazenda Caldeirão I	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Fazenda Caldeirão II	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Fazenda Caldeirão III	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Fazenda Caldeirão IV	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Serra do Tamanco	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Serra do Cílio I	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Serra do Cílio II	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Serra do Cílio III	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Três Coqueiros III	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Bananeira	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Macaqueira	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Da Lua	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Seixos	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Gogó da Gata	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Rio Preto 1	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Rio Preto 2	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	As Moitas	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Olho d'Água 2	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Olho d'Água 3	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Olho d'Água 4	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Rio dos Alves	Pré-colonial	Arte rupestre

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Jacobina	Rio Santo Antônio	Pós-colonial	Cerâmico
Jacobina	Garimpo do Rio da Cuia	Pós-colonial	Estruturas Construtivas
Jacobina	Rio Preto 3	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Rio Preto 4	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Olho d'Água	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Morro Santo Antônio	Pré-colonial	Arte rupestre
Jacobina	Toca do Foli	Pré-colonial	Arte rupestre
Jaguaripe	REC-01	Colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-02	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-03	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-04	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-05	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-06	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-07	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-08	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-09	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-10	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-11	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-12	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-13	Colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-14	Colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-15	Colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-16	Colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-17	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-18	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-19	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-20	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-21	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-22	Colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Jaguaripe	REC-23	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-24	Colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Jaguaripe	Rec-25	Colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-26	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-27	Colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-28	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-29	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-30	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-31	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-32	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-33	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-34	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-35	Pós-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-36	Colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-37	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-38	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-39	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-40	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-41	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-42	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-43	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-44	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-45	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-46	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-47	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-48	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-49	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-50	Pré-colonial	Lítico
Jaguaripe	REC-51	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-52	Colonial	Cerâmico / Lítico

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Jaguaripe	REC-53	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-54	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-55	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-56	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-57	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-58	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-59	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-60	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-61	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-62	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-63	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-64	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-65	Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-66	Pré-colonial e Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-67	Pré-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-68	Pré-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-69	Pré-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-70	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-71	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-72	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-73	Pré-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-74	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-75	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-76	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-77	Pré-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-78	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-79	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-80	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-81	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Jaguaripe	REC-82	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-83	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-84	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-85	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-86	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-87	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-88	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-89	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-90	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-91	Colonial e Pós-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-92	Pós-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-93	Colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-94	Colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-95	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-96	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-97	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-98	Pós-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-99	Pós-colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-100	Pré-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-101	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-102	Pós-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-103	Pré-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-104	Colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-105	Pós-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-106	Pós-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-107	Pré-colonial e Colonial	Cerâmico / Lítico
Jaguaripe	REC-108	Pré-colonial	Lítico
Jaguaripe	REC-109	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-110	Pós-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-111	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Jaguaripe	REC-112	Colonial e Pós-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-113	Colonial e Pós-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-114	Colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-115	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-116	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-117	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-118	Pós-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-119	Pós-colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-120	Colonial	Estruturas construtivas
Jaguaripe	REC-121	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-122	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-123	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-124	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-125	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-126	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-127	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-128	Colonial	Cerâmico
Jaguaripe	REC-129	Colonial	Cerâmico
Juazeiro	Sítio Laranjeira	Pré-colonial	Arte rupestre
Jussara / Irecê	Aguada	Pré-colonial	Arte rupestre
Jussiape	Pedra do Chapéu	Pré-colonial	Arte rupestre
Jussiape	Lapão	Pré-colonial	Arte rupestre
Jussiape	Buraco da Onça	Pré-colonial	Arte rupestre
Jussiape	Tapera	Pré-colonial	Arte rupestre
Lapão / Irecê	Toca do Índio	Pré-colonial	Arte rupestre
Lençóis	Complexo Serra das Paridas I	Pré-colonial	Arte rupestre
Lençóis	Complexo Serra das Paridas II	Pré-colonial	Arte rupestre
Lençóis	Complexo Serra das Paridas III	Pré-colonial	Arte rupestre
Lençóis	Complexo Serra das Paridas IV	Pré-colonial	Arte rupestre
Licínio de Almeida	Pedra Arenosa	Pré-colonial	Arte rupestre

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Livramento de Nossa Senhora	Pedra do Sobradinho	Pré-colonial	Arte rupestre
Livramento de Nossa Senhora	Sítio do Boqueirão	Pré-colonial	Arte rupestre
Livramento de Nossa Senhora	Boqueirão de Baixo	Pré-colonial	Arte rupestre
Livramento de Nossa Senhora	Santiago	Pré-colonial	Arte rupestre
Macaúbas	Carrapato	Pré-colonial	Arte rupestre
Macaúbas	Pé do Morro	Pré-colonial	Arte rupestre
Macaúbas	Ponta do Morro	Pré-colonial	Arte rupestre
Malhada	Canabrava	Pré-colonial	Arte rupestre
Manoel Vitorino	Pedra da Figura	Pré-colonial	Arte rupestre
Maragogipe	Engenho da Lagoa	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Maragogipe	Engenho da Salamina	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Maragogipe	Ferreiro	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Maragogipe	Forte da Salamina	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Maragogipe	Gruta da Salamina	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Maragogipe	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Maragogipe	Santo Antonio do Pau Seco	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Maraú	Engenho Noviciado	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Maraú	Engenho Quitungo	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Maraú	Engenho Tremembé	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Maraú	Pedreira	Pré-colonial	Cerâmico
Maraú	Praia dos Algodões	Pré-colonial	Sambaqui
Maraú	Sete Estrelas	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Mata de São João	Sauípe	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Mata de São João	Sauípe 1	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Mata de São João	Sauípe 2	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Mata de São João	Sauípe 3	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Mata de São João	Sauípe 6	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Mata de São João	Sauípe 8	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Mata de São João	Sauípe 9	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Mata de São João	Sauípe 11	Pré-colonial	Lítico

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Mata de São João	Sauípe 14	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Mata de São João	Sauípe 15	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Mata de São João	Sauípe 16	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Mata de São João	Sauípe 17	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Mata de São João	Sauípe 18	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Mata de São João	Sauípe 21	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Mata de São João	Sauípe 22	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Mata de São João	Sauípe 27	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Mata de São João	Sauípe 31	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Mata de São João	Sauípe 36	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Milagres	Pedra do Sino	Pré-colonial	Arte rupestre
Mirangaba	Pedra Pintada	Pré-colonial	Arte rupestre
Monte Santo	Pedra do Índio	Pré-colonial	Arte rupestre
Monte Santo	Serrote da Onça	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro do Chapéu	Abrigo do Sol	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro do Chapéu	Vermelho	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro do Chapéu	Bocana	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro do Chapéu	Cachoeira Agreste	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro do Chapéu	Espinheira	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro do Chapéu	Jaboticaba	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro do Chapéu	Pedra do Boiadeiro	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro do Chapéu	Pingadeira	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro do Chapéu	Lajedo Bordado	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro do Chapéu	Poço das Traíras	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro do Chapéu	Tapera	Pré-colonial	Arte rupestre
Mucugê	Cachoeira do Boqueirão	Pré-colonial	Arte rupestre
Mucugê	Feixo da Lapa	Pré-colonial	Arte rupestre
Mucugê	Mucugê	Pré-colonial	Arte rupestre
Mucuri	Fazenda Jacaré	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Mucuri	Senzala da Fazenda de Benjamin Piro	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia

Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Mulungu do Morro / Irecê	Loca dos Tapuias	Pré-colonial	Arte rupestre
Nazaré	Sitio Senhor do Bonfim	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Nova Viçosa	Cemitério da Fazenda Caixa de Pedra	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Nova Viçosa	Fazenda Cajueiro	Pré-colonial	Cerâmico
Oliveira dos Brejinhos	Pedra do Tapuio	Pré-colonial	Arte rupestre
Oliveira dos Brejinhos	Pedra Furada	Pré-colonial	Arte rupestre
Palmas de Monte Alto	Abrigo Bela Vista	Pré-colonial	Arte rupestre
Palmas de Monte Alto	Aldeamento Santo Antônio	Pré-colonial	Cerâmico
Palmas de Monte Alto	Sambaiba	Pré-colonial	Arte rupestre
Palmas de Monte Alto	Sambaíba	Pré-colonial	Arte rupestre
Palmas de Monte Alto	Sítio do Coité	Pré-colonial	Cerâmico
Palmas de Monte Alto	Sítio do Espinho	Pré-colonial	Arte rupestre
Palmeiras	Matão de Baixo	Pré-colonial	Arte rupestre
Palmeiras	Matão de Cima	Pré-colonial	Arte rupestre
Paramirim	Gameleira	Pré-colonial	Arte rupestre
Paramirim	Pedra Branca	Pré-colonial	Arte rupestre
Paramirim	Pedra do Queixinho	Pré-colonial	Arte rupestre
Paramirim	Pequizeiro	Pré-colonial	Arte rupestre
Paulo Afonso	Complexo de Sítios Pedra do Sal (297–327)	Pré-colonial	Arte rupestre
Paulo Afonso	Caraíbas	Pré-colonial	Cerâmico e Lítico
Paulo Afonso	Curva da Solidão	Pré-colonial	Lítico
Paulo Afonso	Fronteira	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Paulo Afonso	Mandu	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Paulo Afonso	Mulungu	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Paulo Afonso	Recanto do Olodum	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Paulo Afonso	Serra do Umbuzeiro	Pré-colonial	Arte rupestre
Paulo Afonso	Xingozinho	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico
Piatã	Lapa dos Tapuias	Pré-colonial	Arte rupestre
Piatã	Serra Grande	Pré-colonial	Arte rupestre
Piatã	Três Morros	Pré-colonial	Arte rupestre
Porto Seguro	Sítio do Mirante	Pré-colonial	Cerâmico / Lítico

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Porto Seguro	Engenho do Itacimirim	Colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Outeiro da Glória	Colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Cidade Baixa de Porto Seguro	Colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Cidade Alta de Porto Seguro	Colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Cidade Alta do Arraial d'Ajuda	Colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Buranhém 3	Colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Núcleo Urbano de Vale Verde	Colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Fazenda Nova América	Colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Canoas	Colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Praça Jesuítica de Trancoso	Colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Igreja de São João Batista	Colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Santo Amaro 1	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Santo Amaro 2	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Fazenda Vistabela	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Jaqueiras	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Tapera I	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Tapera II	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Bosque	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Cléia	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	Caci	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Porto Seguro	São Francisco 1	Pré-colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Mangues 1	Pré-colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Buranhém 1	Pré-colonial	Sambaqui
Porto Seguro	Buranhém 2	Pré-colonial	Sambaqui
Porto Seguro	Santo Amaro 3	Pré-colonial	Sambaqui
Porto Seguro	São Pedro	Pré-colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Campo de Pouso	Pré-colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Alto do Torrão 1	Pré-colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Dois de Ouro	Pré-colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Fazenda Paulinho	Pré-colonial	Cerâmico

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Porto Seguro	Fazenda Santana	Pré-colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Fazenda do Salvatore	Pré-colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Bebedor da Onça	Pré-colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Barra Velha	Pré-colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Jambeiro 2	Pré-colonial	Cerâmico
Porto Seguro	Juacema	Colonial	Cerâmico
Presidente Dutra / Irecê	Toca dos Tapuios	Pré-colonial	Arte rupestre
Rio de Contas	Alambique	Pré-colonial	Lítico
Rio de Contas	Estácio	Pré-colonial	Lítico
Rio de Contas	Dos Bichos	Pré-colonial	Lítico
Rio de Contas	Baeta	Pré-colonial	Lítico
Rio de Contas	Cascável	Pré-colonial	Lítico
Rio de Contas	Caracão	Pré-colonial	Lítico
Rio de Contas	Igreja Santa Efigênia	Colonial	Estruturas Construtivas
Rio de Contas	Brumadinho	Pré-colonial	Arte rupestre
Rio de Contas	Canavial	Pré-colonial	Lítico
Rio de Contas	Casa de Telha	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Rio de Contas	Casa do Minerador	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Rio de Contas	Encosta	Pré-colonial	Lítico
Rio de Contas	Fazenda Paracatu	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Rio de Contas	Galeria I	Pré-colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Rio de Contas	Galeria II	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Rio de Contas	Galeria III	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Rio de Contas	Galeria IV	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Rio de Contas	Galeria V	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Rio de Contas	Gameleira	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Rio de Contas	Laranjeiras	Colonial e Pós-colonial	Estruturas construtivas
Rio de Contas	Marcolino	Pré-colonial	Cerâmico
Rio de Contas	Palma	Pré-colonial	Lítico

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Rio de Contas	Pedra da Acauã	Pré-colonial	Arte Rupestre
Rio de Contas	Pilões de Baixo	Pré-colonial	Cerâmico
Rio de Contas	Pilões de Cima	Pré-colonial	Lítico
Santa Brígida	Fazenda Caraibeiras I	Pré-colonial	Arte rupestre
Santa Brígida	Fazenda Caraibeiras II	Pré-colonial	Arte rupestre
Santa Brígida	Serra da Formiga I	Pré-colonial	Arte rupestre
Santa Brígida	Serra da Formiga II	Pré-colonial	Arte rupestre
Santa Brígida	Serra da Formiga III	Pré-colonial	Arte rupestre
Santa Brígida	Fonte de Pedra de Santa Brígida	Colonial	Estruturas Construtivas
Santa Brígida	Pindobal	Pré-colonial	Arte rupestre
Santa Brígida	Fazenda Arueira	Pré-colonial	Arte rupestre
Santa Brígida	Serra do Galeão	Pré-colonial	Arte rupestre
Santa Brígida	Serra Encantada	Pré-colonial	Arte rupestre
Santa Brígida	Serra do km 42	Pré-colonial	Arte rupestre
Santa Cruz Cabrália	Buranhém	Pré-colonial	Cerâmico
Santa Cruz Cabrália	Santa Cruz 1	Pré-colonial	Cerâmico
Santa Cruz Cabrália	Santa Cruz 2	Pré-colonial	Cerâmico
Santa Cruz Cabrália	Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália	Colonial	Estruturas construtivas
Santa Cruz Cabrália	Cidade Baixa de Santa Cruz Cabrália	Colonial	Estruturas construtivas
Santa Cruz Cabrália	Fazenda Camurugi	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Santa Cruz Cabrália	Mata Medonha 1	Pós-colonial	Cerâmico
Santa Cruz Cabrália	Mirante da Coroa Vermelha	Pré-colonial	Cerâmico
Santa Cruz Cabrália	Sapolândia	Pré-colonial	Cerâmico
Santa Cruz Cabrália	Arakakaí	Pré-colonial	Cerâmico
Santa Cruz Cabrália	Vermelho	Pré-colonial	Sambaqui
Santa Luzia	Bendegó / Catra Azul	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Santa Luzia	Cachoeira	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Santa Luzia	Cemitério Vila do Jacarandá	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Santa Luzia	Igreja da Vila do Jacarandá	Pós-colonial	Estruturas construtivas

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Santa Luzia	Porto da Vila do Jacarandá	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Santa Luzia	Rua Principal da Vila do Jacarandá	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Santa Maria da Vitória	Gruna do Cristal	Pré-colonial	Arte rupestre
Santa Maria da Vitória	Gruta do Tapuia	Pré-colonial	Arte rupestre
Santa Terezinha	Morro do Jatobá	Pré-colonial	Arte rupestre
Santo Amaro	Sítio Vitória II	Pré-colonial	Lítico
São Félix	Beija Flor	Pós-colonial	Estruturas construtivas
São Félix	Chalé dos Guinle	Pós-colonial	Estruturas construtivas
São Félix	Engenho Cachoeirinha	Pós-colonial	Estruturas construtivas
São Félix	Engenho Capivari	Pós-colonial	Estruturas construtivas
São Félix	Engenho Quilombo	Pós-colonial	Estruturas construtivas
São Félix	Engenho São João	Pós-colonial	Estruturas construtivas
São Félix	Muro	Pós-colonial	Estruturas construtivas
São Félix	Sítio Ruína do Paraguaçu	Pós-colonial	Estruturas construtivas
São Gabriel / Irecê	Toca do Gado	Pré-colonial	Arte rupestre
São Gabriel / Irecê	Toca Progresso	Pré-colonial	Arte rupestre
São Sebastião do Passé	Fazenda São João	Pós-colonial	Estruturas construtivas
Saúde	Genipapo	Pré-colonial	Arte rupestre
Saúde	Serra da Santa Cruz	Pré-colonial	Arte rupestre
Seabra	Aguada	Pré-colonial	Arte rupestre
Seabra	Alagadiço I	Pré-colonial	Arte rupestre
Seabra	Areião	Pré-colonial	Arte rupestre
Seabra	Brejinhos	Pré-colonial	Arte rupestre
Seabra	Carreiro do Cercadinho	Pré-colonial	Arte rupestre
Seabra	Chicão de Baixo	Pré-colonial	Arte rupestre
Seabra	Morrinho do Cascudo	Pré-colonial	Arte rupestre
Seabra	Morro das Pinturas	Pré-colonial	Arte rupestre
Seabra	Sapeca	Pré-colonial	Arte rupestre
Seabra	Serra dos Tapuias	Pré-colonial	Arte rupestre
Sebastião Laranjeiras	Cidade de Pedra	Pré-colonial	Arte rupestre
Sebastião Laranjeiras	Curral de Pedra do Mineiro	Colonial / Pós-colonial	Estrutura construtivas
Sebastião Laranjeiras	Curral de Pedra do Pé de Serra	Colonial / Pós-colonial	Estrutura construtivas
Sebastião Laranjeiras	Lapa da Pedra	Pré-colonial	Arte rupestre

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Sebastião Laranjeiras	Sítio do Pouso	Pré-colonial	Arte rupestre
Sebastião Laranjeiras	Toca dos Tapuios	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Alegre	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Brejinho	Pré-colonial	Lítico
Sento Sé	Corrente	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota da Floresta I	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota da Floresta II	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota da Floresta III	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota da Floresta IV	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota da Floresta V	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota da Floresta VI	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota da Floresta VII	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota da Lídia	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota do Alevino I	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota do Alevino II	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota do Alevino III	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota do Alevino IV	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota do Alevino IX	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota do Alevino V	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota do Alevino VI	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota do Alevino VII	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota do Alevino VIII	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota do Batedor	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Grota dos Animais	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Riacho das Minas I	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Riacho das Minas II	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Riacho das Minas III	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Riacho das Minas IV	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Riacho das Minas V	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Serra do Rafael II	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico
Sento Sé	Sítio Pedra da Espera	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Loca do Mocó	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Loca da Raposa	Pré-colonial	Arte rupestre

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Sento Sé	Sítio Pedra Pensa	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra Bamba	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra do Amorim	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Loca do Morcego	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra dos Macacos	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra do Juazeiro	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra Gêmea	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Campo do Toré	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Talhado Nascente	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Toca do Sobrado	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Furna do Caboclo	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra Solta	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra do Riacho	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra da Mangueira	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra da Gameleira	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra do Jacurutu	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Furna do Caçador	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra do Cavalo	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra Branca	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra do Cipó	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Andar de Cima	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra do Fogo	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Loca da Cascavel	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Poço da Gia	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Rabo da Raposa	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Pedra do Facheiro	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Sítio Poço da Onça	Pré-colonial	Arte rupestre
Sento Sé	Volta da Serra	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Abrigo Magnífico I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Abrigo Magnífico II	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Abrigo Joãozinho	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Alcides	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Baixão da Canoa	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Boqueirão	Pré-colonial	Arte rupestre

(continuação)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Serra do Ramalho	Cabeceirinha I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Cabeceirinha III	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Cabeceirinha IV	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Caldeirão Verde I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Caldeirão Verde II	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Desenhos dos Índios	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Fazenda Serra I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Fazenda Serra II	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Fazenda Sertão IV	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Fazenda Sertão V	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Fazenda Sertão VI	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	João Gravatá	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Lapa dos Tapuios I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Lapa dos Tapuios II	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Lapa do Veado	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Lapa do Campo Largo	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Lapa da Boa Vista I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Mata do Cipó I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Mata do Cipó II	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Morro da Espera	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Morro Furado I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Morro Furado II	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Morro da Lapinha	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Paredão Salobo	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Pedra Escrita	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Pedro Cassiano I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Pedro Cassiano II	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Serra dos Índios	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Ping. do Corrêa	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Pingueira do Durval	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Rodoinha	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Serra Azul I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Tamarindo I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Tamarindo II	Pré-colonial	Arte rupestre

(conclusão)

Localização de sítios arqueológicos no estado da Bahia			
Município	Sítio	Tipo de sítio	Classificação
Serra do Ramalho	Tamarindo III	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Tamarindo IV	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Tamarindo V	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Tatu I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Tatu II	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Tatu III	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Vazante Cercada I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Vazante Cercada II	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Ramalho	Vazante Cercada III	Pré-colonial	Arte rupestre
Sobradinho	Olho d'Água	Pré-colonial	Arte rupestre
Sobradinho	São Gonçalo	Pré-colonial	Arte rupestre
Tanque Novo	Morro do Serrote I	Pré-colonial	Arte rupestre
Tanque Novo	Morro do Serrote II	Pré-colonial	Arte rupestre
Uibaí / Irecê	Boi Carreiro	Pré-colonial	Arte rupestre
Uibaí / Irecê	Complexo do Cânion da Fonte Grande	Pré-colonial	Arte rupestre
Umburanas	Baixão do Mota	Pré-colonial	Arte rupestre
Umburanas	Grota Dois Meninos I	Pré-colonial	Arte rupestre
Umburanas	Grota Dois Meninos II	Pré-colonial	Arte rupestre
Umburanas	Olho d'Água II	Pré-colonial	Arte rupestre
Umburanas	Olho d'Água III	Pré-colonial	Arte rupestre
Umburanas	Olho d'Água IV	Pré-colonial	Arte rupestre
Umburanas	Olho d'Água V	Pré-colonial	Arte rupestre
Umburanas	Olho d'Água VI	Pré-colonial	Arte rupestre
Umburanas	Olho d'Água VII	Pré-colonial	Arte rupestre
Umburanas	Olho d'Água VIII	Pré-colonial	Arte rupestre
Umburanas	Olho d'Água IX	Pré-colonial	Arte rupestre
Umburanas	Olho d'Água X	Pré-colonial	Arte rupestre
Várzea Nova	Várzea Nova I	Pré-colonial	Arte rupestre
Vera Cruz	Capela Santo Antônio dos Velásquez	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Vera Cruz	Forno de Cal da Penha	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Vera Cruz	Igreja de Bom Jesus de Vera Cruz	Pré-colonial e Pós-colonial	Cerâmico / Estruturas construtivas
Vereda	Duas Barras	Pré-colonial	Lítico

Fonte: site www.iphan.gov.br, www.bahiarqueologica.com e 7ª Superintendência Regional do IPHAN/Salvador, 2010.

SEI

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Bahia GOVERNO

TERRA DE TODOS NÓS

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ISBN 978-85-85976-89-7